



ISBN nº 978-65-01-11585-6

A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E AS ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO TELETRABALHO OU “HOME OFFICE” PÓS PANDEMIA DA COVID-19

Rinaldo Aparecido Galetto – Universidade Estadual de Maringá – UEM
Leonardo Lopes – Universidade Estadual de Maringá – UEM

ÁREA: HISTÓRIA ECONÔMICA.

RESUMO

A Reforma Trabalhista de 2017 foi apresentada como uma mudança institucional fundamental para favorecer o aumento na geração de emprego e renda, principalmente a partir do momento em que a economia brasileira interrompeu um período bastante longo, e atípico para nossa história recente. No presente estudo pretendeu-se: a) Sistematizar a literatura sobre a Reforma Trabalhista visando apresentar o debate acadêmico sobre esse tema, destacando os aspectos positivos ou negativos da reforma Trabalhista, no que tange ao debate sobre as relações de trabalho e o Teletrabalho ou Home Office, segundo as principais correntes de pensamento econômico e jurídico; b) Realizar uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno do Teletrabalho ou Home Office, com a instauração da pandemia ocasionada pelo Covid-19, para se avaliar o estado da arte desse fenômeno no Brasil. Sistematizar a literatura sobre o Teletrabalho ou Home Office no Brasil, destacando os aspectos positivos ou negativos segundo as principais correntes de pensamento atinentes ao tema. Realizar uma revisão bibliográfica visando apresentar o debate acadêmico sobre o Teletrabalho ou Home Office, a partir da Reforma Trabalhista de 2017. Realizar uma revisão bibliográfica/metodológica, visando detectar as dimensões do Teletrabalho ou Home Office no Brasil, em especial a partir da pandemia da Covid-19, em 2020.

Palavras Chave: Mercado de trabalho, Relações de Trabalho, Teletrabalho ou Home Office.

ABSTRACT

The 2017 Labor Reform was presented as a fundamental institutional change to favor the increase in employment and income generation, especially since the Brazilian economy interrupted a very long period, and atypical for our recent history. In this study we intended to: a) Systematize the literature on Labor Reform with a view to presenting the academic debate on this topic, highlighting the positive or negative aspects of Labor reform, with regard to the debate on labor relations and Teleworking or Home Office, according to the main currents of economic and legal thought; b) Carry out a bibliographical review on the phenomenon of Teleworking or Home Office, with the establishment of the pandemic caused by Covid-19, to assess the state of the art of this phenomenon in Brazil. Systematize the literature on Teleworking or Home Office in Brazil, highlighting the positive or negative aspects according to the main currents of thought relating to the topic. Carry out a bibliographical review aiming to present the academic debate on Teleworking or Home Office, based on the 2017 Labor Reform. Carry out a bibliographical/methodological review, aiming to detect the dimensions of Teleworking or Home Office in Brazil, especially since the coronavirus pandemic Covid-19, in 2020.

Keywords: Job market, Labor Relations, Teleworking or Home Office.

Classificação JEL: J01; J08; J41; E65.

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Trabalhista de 2017 foi apresentada como uma mudança institucional fundamental para favorecer o aumento na geração de emprego e renda, principalmente a partir do momento em que a economia brasileira interrompeu um período bastante longo, e atípico para nossa história recente, caracterizado pelo crescimento econômico com inclusão social, resultado das políticas econômicas adotadas principalmente pelos governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016).

Apesar da existência de sistemas nacionais de regulação do trabalho e de proteção social muito distintos entre os países, chama atenção o fato de haver grandes similaridades nas reformas, tanto no conteúdo quanto nas justificativas apresentadas. Em geral, elas visam a: 1) ampliação de contratos de trabalho atípicos e rebaixar direitos do contrato de trabalho padrão; 2) flexibilizar a utilização do tempo de trabalho; 3) alterar as regras de remuneração do trabalho, especialmente em relação às formas de pagamento (mais variáveis) e à política do salário mínimo; 4) fragilizar as regras de segurança e saúde do trabalho; 5) enfraquecer a atuação pública na fiscalização do respeito à legislação trabalhista; 6) descentralizar a definição das normas e redefinir o papel dos sindicatos. Em síntese, a tendência é a busca de um padrão de regulação do trabalho menos protetivo, propiciando maior liberdade de determinação, pelo empregador, das condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho.

As alterações da Reforma Trabalhista de 2017 foram antecedidas pela aprovação da Lei 13.429, de 31 de março de 2017, que alterou as regras relativas ao contrato por tempo determinado e ampliou sem limites a abrangência da terceirização da força de trabalho, antes restrita às denominadas atividades-meio. Essas alterações nas normas legais, entendidas como parte de reformas de matriz neoliberal em curso em diferentes países, além de substancialmente relevantes, impactam de forma qualitativa na estruturação e dinâmica das relações de trabalho no Brasil e incidem fortemente no nível e composição dos empregos. No cerne das novas normas e das alterações por elas desencadeadas, parte delas em discussão desde os anos 2000, encontram-se as noções de segurança jurídica e de flexibilidade. Ambas foram alinhavadas por meio de pelo menos quatro importantes e articuladas dimensões da chamada reforma trabalhista brasileira. Estas dimensões, por sua vez, só podem ser compreendidas se consideradas suas conexões tanto com o fluxo do mercado e as finanças globais como com os patamares de desenvolvimento tecnológico que o sustenta.

A primeira delas refere-se à instituição da prevalência do negociado sobre o legislado. Uma segunda dimensão diz respeito à supressão dos poros de não trabalho nas jornadas, flexibilizando-as ao máximo, associada à ampliação da parcela de trabalho não remunerado. A terceira dimensão, diz respeito à fragmentação e restrição da capacidade de negociação, já presentes antes de 2017, mas acentuadas pelas alterações na legislação trabalhista. A quarta dimensão diz respeito aos distintos mecanismos que visam inviabilizar o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras à Justiça do Trabalho.

O discurso favorável ao aprofundamento da flexibilização da legislação trabalhista apoiou-se largamente nesse contexto, apontando as mudanças então propostas como meio de reversão do quadro de crise, a partir de 2015, e articuladamente, como potencializadoras da recuperação dos níveis de emprego mas tal situação não se efetivou. Tampouco indicam um futuro no qual se amplie a capacidade, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, de recolhimento das contribuições previdenciárias. A reforma trabalhista se sustenta sobre um tripé que promove o desmantelamento da proteção social: o aprofundamento do processo de flexibilização dos aspectos que regem a relação de emprego; a fragilização das instituições públicas e da organização sindical; e a individualização do risco, condenando os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras à vulnerabilidade social.

Com a crise da Covid-19 tem-se o avanço da reforma trabalhista no Brasil e suas consequências no plano do trabalho. A crise do capitalismo, desde os anos 1970, impulsiona modificações na

legislação trabalhista e o avanço do neoliberalismo acelerou tais mudanças. No Brasil, mesmo após a lei que regulamentou a reforma trabalhista em 2017, alterações na legislação laboral vem ocorrendo. Em período de alta de desemprego e de crise sanitária da Covid-19, o governo impulsiona medidas que modificam e precarizam as condições de trabalho. As medidas de reforma trabalhista que vêm sendo apresentadas ou planejadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19, indicam que o governo utiliza-se da fragilidade do momento de pandemia e alta do desemprego para implementar medidas que retiram direitos trabalhistas.

Ainda no que tange às modalidades de contratação, também ocorreram outras tendências de flexibilização nas formas de contratação da mão de obra, que estão sendo estimuladas na reforma trabalhista, entre as quais se destacam; a) liberalização da terceirização, b) o autônomo permanente, que pode ser uma *proxy* da pejetização ou seja, o processo de transformar o assalariado em pessoa jurídica, que se constitui como uma relação de emprego disfarçada, e c) além disso, há outras novidades da relação de emprego que foram se desenvolvendo, para as quais a reforma busca proporcionar algum respaldo jurídico, tais como o trabalho a domicílio, *Home Office* ou Teletrabalho.

No presente estudo pretendeu-se: a) Sistematizar a literatura sobre a Reforma Trabalhista visando apresentar o debate acadêmico sobre esse tema, destacando os aspectos positivos ou negativos da reforma Trabalhista, no que tange ao debate sobre as relações de trabalho e o Teletrabalho ou Home Office, segundo as principais correntes de pensamento econômico e jurídico; b) Realizar uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno do Teletrabalho ou Home Office, com a instauração da pandemia ocasionada pelo Covid-19, para se avaliar o estado da arte desse fenômeno no Brasil; c) Sistematizar a literatura sobre o Teletrabalho ou Home Office no Brasil, destacando os aspectos positivos ou negativos segundo as principais correntes de pensamento atinentes ao tema; d) realizar uma revisão bibliográfica/metodológica, visando detectar as dimensões do Teletrabalho ou Home Office no Brasil, em especial a partir a pandemia da Covid-19, em 2020

2 A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O DEBATE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.

O debate acadêmico sobre o tema da reforma trabalhista passa necessariamente pela discussão da relação entre a dinâmica do capitalismo contemporâneo no Brasil e os desafios para a discussão de uma regulação pública do trabalho. Segundo Baltar & Krein (2013) o debate no Brasil considera os seguintes aspectos: a) as mudanças no capitalismo contemporâneo que vêm apresentando implicações desfavoráveis à regulação pública do trabalho¹ e à ação coletiva dos trabalhadores; b) a retomada do crescimento da economia possibilitou redefinir os termos do debate do trabalho no Brasil; c) a crise atual coloca em discussão a possibilidade de o Estado ter um papel mais ativo no desenvolvimento da economia; d) as tendências demográficas vem aumentando o peso da População Economicamente Ativa – PEA adulta, o que traz implicações para o funcionamento do mercado de trabalho. As posições, segundo Baltar & Krein (2013) localizam-se entre dois polos: a) a defesa de uma estruturação do mercado de trabalho com

¹ “Regulação pública (estabelecida a partir de uma politização das relações de trabalho, em que os agentes sociais participam diretamente). Já na regulação privada (construída com base no mercado autorregulado, em que as relações mais individualizadas) (Dedecca, 1999 e Krein, 2013). Por regulação pública se compreende o processo de definição das regras com base na ação dos trabalhadores, por meio de negociação coletiva ou regulamentação estatal, que se traduz na colocação de limites sobre a forma como o capital utiliza a força de trabalho. Ela compreende dois princípios básicos do direito do trabalho: 1) a relação entre capital e trabalho é marcada por uma assimetria, sendo fundamental assegurar a existência do sindicato e da negociação ou a intervenção do Estado para proteger o elo mais frágil da relação; 2) o trabalho não pode ser considerado como uma mercadoria qualquer, pois quem vende a força de trabalho é uma pessoa e sua dignidade precisa estar assegurada. **A regulação privada refere-se** à definição das regras no âmbito do mercado ou pelo poder discricionário do empregador (Noronha, 1998).

implicações na qualidade das relações sociais; b) a afirmação dos negócios, que destaca a necessidade de maior flexibilização na contratação, no uso e na remuneração da força de trabalho.

No Brasil, onde o mercado de trabalho assalariado é pouco estruturado² e a proteção social ainda está em construção, as questões novas do debate sobre o trabalho e a proteção social decorrem da forma como o Brasil se inseriu recentemente no processo de globalização e internacionalização das atividades produtivas e de como as mudanças provocadas pela abertura econômica e financeira redefiniram a agenda de discussão sobre mercado de trabalho e relações de trabalho (BALTAR & KREIN 2013).

Segundo Baltar & Krein (2013) a posição de resistir à inserção passiva na globalização com uma interferência estatal mais firme na economia para uma melhor evolução do emprego e da renda do trabalho foi vencida pela posição que enaltecia os efeitos de uma abertura brusca e indiscriminada para acirrar a competição e promover a eficiência no uso dos recursos existentes. O predomínio dessa posição restringiu a agenda de discussão sobre mercado e relações de trabalho à questão da adaptação das normas e instituições à abertura da economia, sob o argumento de que essas normas e instituições teriam sido construídas para uma economia fechada e estariam prejudicando a incorporação dos efeitos virtuosos da abertura sobre a concorrência e um melhor uso dos recursos.

Segundo essa visão predominante, o mau desempenho do emprego e da renda do trabalho no Brasil, pós abertura comercial e financeira, foi atribuído a inadequação das normas e instituições, que regem a contratação, uso e remuneração da força de trabalho, que não estariam induzindo a um comportamento apropriado de trabalhadores e empregadores, prejudicando os efeitos da abertura e de maior eficiência no uso dos recursos (BALTAR & KREIN, 2013 p. 19).

Segundo Baltar (2015 (a) e (b)) em um quadro internacional favorável ao desempenho da economia brasileira, o aumento do valor do salário mínimo e a formalização dos contratos de trabalho reforçaram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ampliando a expansão do consumo com a incorporação de uma parte da população de baixa renda. A crise global ameaça essa elevação da condição socioeconômica dos brasileiros e exige mais ação pública, tanto para articular os investimentos públicos e privados necessários quanto para melhorar a regulação do trabalho assalariado. A melhora na regulação do trabalho assalariado é necessária para que o crescimento do PIB com maiores taxas de investimento e crescimento da produtividade, redução da elasticidade-emprego e aumento na proporção de ocupações especializadas e melhor remuneradas não resulte em aumento da dispersão relativa das rendas do trabalho³.

Segundo Filgueiras (2018), há várias justificativas aparentes para as reformas trabalhistas, como “modernizar”, aumentar a produtividade, “melhorar” o ambiente de negócios, “adaptar” a legislação às novas tecnologias, à globalização. Entretanto, essas justificativas não constituem objetivos em si. Afinal, “modernizar”, “flexibilizar”, por que? E se esses objetivos são questionados? Neste caso, o ponto fundamental (ao menos retoricamente) dessas reformas rapidamente surge no debate: “modernizar” e “flexibilizar” seriam condições de combater o desemprego. É esta promessa que, invariavelmente, busca legitimar qualquer reforma.

Na versão que domina o debate econômico e se impõem como senso comum, existe uma relação direta entre custo do trabalho e desemprego. A origem dessa relação remete à teoria econômica neoclássica e a suas atualizações, que pressupõem que, se o custo do trabalho diminui, o emprego aumenta, pois desse modo as empresas conseguem produzir e vender no mercado sem reduzir seus lucros. Ademais, o aumento do lucro oriundo do corte de custos elevaria a poupança da economia, ampliando investimentos e, por conseguinte, o número de empregos. Em algumas correntes dessa matriz do pensamento, defende-se que a reforma melhoraria o ambiente do mercado, incentivando contratações. Trata-se de uma versão mais suave da

² Ver Oliveira (1998), Pereira (2018) e Marques, L. et al. (2018)

³ Ver BALTAR, P.E.A. et al. 2017 e Saiane & Veríssimo (2018).

interpretação anterior, pois a redução dos custos contribui para a geração de empregos, mas não produz efeitos isoladamente. O custo do trabalho seria uma variável, dentre outras existentes. Segundo Filgueiras (2018), há posições que refutam a própria interpretação hegemônica sobre a relação entre direitos e nível de emprego. Elas apontam que, por mais que se cortem custos do trabalho, pode não haver demanda por mais produtos e, portanto, não ocorrerem contratações; cortes podem não aumentar o lucro – as vendas podem cair com uma demanda menor –; mesmo que o lucro cresça, este pode ou não virar investimento (por que investir sem demanda crescente?); cortes podem piorar a situação, pois trabalhadores tendem a consumir parcelas maiores dos seus ganhos, de modo que a transferência de renda para os empresários pode reduzir a demanda agregada da economia e a própria produção.

Segundo Mariano & Barcellos (2019), apesar das críticas relativas à rigidez do mercado de trabalho brasileiro em decorrência da existência da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ao longo dos anos 1990 ocorreram significativas mudanças regulatórias. Especialmente no final da década de 90, havia um grande crescimento nas taxas de desemprego e surgiam pressões para implementação de políticas públicas voltadas para a geração de empregos. Segundo Teixeira et al (2019), as principais motivações para mudanças neste período estavam relacionadas com a introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho (COSTA, 2003, 2005).

A reforma realizada nessa época flexibilizou os regimes de trabalho (jornadas, salários, mobilidade funcional, etc.) e desregulamentou a legislação de proteção ao trabalho (CLT) com a implantação do banco de horas, da suspensão temporária do contrato de trabalho por motivos econômicos e do contrato de trabalho por tempo determinado (COSTA, 2003). Argumenta-se, à época, que a maior flexibilidade do trabalho poderia reduzir os custos das empresas, em consequência estas tornar-se-iam mais competitivas e poderiam gerar mais empregos (AMADEO et al, 1994; PASTORE, 1995).

Segundo Teixeira et al (2019), as mudanças impostas por essa reforma pretendiam formalizar a reestruturação no processo de produção, ações que podem ser consideradas como estratégias condizentes com o “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009), tendo como propósito aumentar a produtividade e a competitividade das empresas inseridas em um contexto de maior concorrência. Em decorrência desse quadro, o governo implantou um conjunto de alterações na legislação, por meio de medidas provisórias, com intuito de promover a flexibilização do mercado de trabalho e que, segundo Lazzareschi (2015) apud Mariano & Barcellos (2019, p.66), tratavam de características de novas relações de trabalho precárias. Desde os anos 90, a dimensão da gravidade do problema social vivido pelo país, com a profunda desestruturação produtiva e os recordes históricos de desemprego vêm acompanhando cada vez mais a precarização das condições⁴ e relações de trabalho⁵.

Segundo Krein & Colombi (2019) a adoção de uma agenda ultra neoliberal vem aglutinando forças políticas desde o golpe parlamentar de 2016. Ela foi fundamentada no documento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) denominado de *Uma Ponte para o Futuro* (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB, 2015), que realiza um diagnóstico

⁴ “Precarização das condições de trabalho: aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria) Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria.” (MATTOSSO, 2000 p.8).

⁵ Precarização das relações de trabalho: processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais.” (MATTOSSO, 2000 p.8)

dos problemas do país tendo como referência não a construção da nação, mas a viabilização dos negócios privados, especialmente os vinculados ao sistema financeiro.

Portanto, a reforma trabalhista: “(...) visa adquirir a confiança do mercado como solução para o país voltar a crescer e, conseqüentemente, gerar emprego, porém os primeiros impactos dessa reforma evidenciam que os resultados estão longe do esperado. A recuperação econômica não aconteceu até o momento, o que coloca em xeque a teoria do ajuste fiscal expansionista, segundo a qual um ajuste fiscal não contrai a demanda agregada, mas melhora as condições de confiança do setor privado, resultado em efeito expansionista sobre a renda e o emprego (GIOVAZZI & PAGANO, 1990).” (KREIN & COLOMBI, 2019, pág. 9).

Segundo Teixeira et al (2019), essa reforma teve origem na proposta apresentada em 23/12/2016, com o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 6.787/2016, no qual o deputado relator do projeto, ao final do texto, apresentou, dentre outras, as seguintes razões para justificar sua apresentação: valorização da negociação coletiva; redução da judicialização trabalhista; melhoria no ambiente de trabalho; aumento da produtividade das empresas; redução do emprego informal; e por fim, aumento da oferta de empregos. Segundo Krein (2018), na experiência empírica, não há evidências que a reforma possa trazer os resultados esperados para melhorar as condições de competitividade e produtividade da economia com efeitos sobre a geração de emprego:

“No máximo ela reforça a opção do Brasil se inserir na economia globalizada, com base em uma competitividade espúria, em que prevalecem baixos salários e pequena proteção. O problema da produtividade do trabalho é algo mais complexo do que uma reforma que reduza custos. Muito mais que custo, salário também é demanda, e sua redução, do ponto de vista macroeconômico, pode ter efeito negativo na ativação da economia. É uma contrarreforma que traz consigo um projeto de país, pois secundariza a busca por uma competitividade mais sistêmica, que prioriza o valor agregado produzido, o avança tecnológico, a política econômica favorável às exportações, o investimento em infraestrutura, a pesquisa, a formação de qualidade da força de trabalho, o desenvolvimento da economia que atenda às necessidades do país etc.” (KREIN, 2018 pág. 98).

Teixeira et al (2019) destacam que o argumento da valorização da negociação coletiva é apresentado na proposta em que os Acordos Coletivos possam se sobrepor às regras estabelecidas na legislação trabalhista, dispositivo não aprovado na reforma de 1990 (COSTA, 2003), mas incluído na reforma trabalhista de 2017. Além disso, foi aprovada a extinção da contribuição sindical obrigatória, que poderá resultar num enfraquecimento dos sindicatos, reforçando a desigualdade na correlação de forças entre trabalho e capital em eventuais negociações coletivas. Segundo Machado (2019) a ideia de judicialização do conflito do trabalho é um tema central das relações de trabalho, intrínseca ao âmbito do Direito do Trabalho porque define o modelo de intervenção estatal pela via do Poder Judiciário, por meio do desenho de um sistema de proteção judicial dos direitos. A exigibilidade dos direitos do trabalho tem como fundamento teórico e político o acesso à justiça ou à justiciabilidade desses direitos, que funcionam como mecanismos para garantir a sua efetividade.

No panorama das transformações das relações de trabalho e do direito do trabalho, os sistemas de resolução de conflitos e de acesso à justiça do trabalho são objetos de mutações importantes. A partir da crise de 2008 são induzidas reformas na jurisdição do trabalho, em especial naqueles países em que está organizada uma Justiça especializada do Trabalho. O sentido dessas reformas na jurisdição é duplo: “(...) criar obstáculos ao acesso à justiça, e neutralizar o controle judicial por juízes e tribunais do trabalho. O que se constata é que para que a aspiração de desregulação do direito do trabalho se realize plenamente, além da derrogação e flexibilização de direitos, removem-se alguns obstáculos da mediação do conflito o trabalho pela Justiça do Trabalho.” (MACHADO, 2019 pág. 256).

Para Machado (2019), no caso brasileiro, a reforma trabalhista de 2017 se localiza nessa tendência global de reformas da jurisdição do trabalho, na medida em que adota dois grandes vetores-chaves de alteração da jurisdição:

“(...) primeiro, modifica as condições de acesso à justiça, com a restrição da gratuidade e instituição de honorários de sucumbência, entre outras medidas e; segundo, busca neutralizar o controle da interpretação judicial, com a limitação na lei do papel interpretativo de juízes e tribunais do trabalho. Esses dois aspectos modificativos promovem uma inflexão profunda no modelo de base de amplo acesso à justiça do trabalho no Brasil, com o potencial para reconfigurar a judicialização do conflito do trabalho pelos tribunais do trabalho e de deformar o sentido da Justiça do Trabalho.” (MACHADO, 2019 pág. 256).

Machado (2019) argumenta que a denominada “modernização trabalhista” debilita a jurisprudência da Justiça do Trabalho. Além disso, combinada com as demais normas que criam obstáculos de acesso à justiça, afrouxa a mediação estatal do direito em prol da emergência de uma crescente recontractualização e individualização da relação de trabalho. A questão de fundo, mais radial, é a pretensão de romper com o sistema de solução de conflitos. Menelau (2019) analisou de que modo as alterações inseridas pela reforma trabalhista podem limitar a atuação do Poder Judiciário e, em última análise, a partir das novas restrições impostas à atividade jurisdicional, levar à supressão de direitos laborais fundamentais, concluindo que: “(...) constata-se a dissonância dos artigos da reforma que tratam da Justiça do Trabalho com o ordenamento jurídico brasileiro, tendo como vetor interpretativo a Constituição de 1988. (...) As inovações em comento, ao limitarem a atuação jurisdicional, em afronta à independência e autonomia do Judiciário, colocam em vulnerabilidade os direitos laborais, que sem a salvaguarda da jurisdição trabalhista poderão ter sua efetividade comprometida, sendo imperioso, portanto, o exercício do controle de constitucionalidade dos dispositivos trabalhados, pelos tribunais brasileiros.” (MENELAU, 2019 pág. 64).

No mesmo sentido, Vieira (2019) destaca a inobservância do princípio da proteção ao trabalhador pela reforma trabalhista do Brasil. Algumas alterações implementadas na legislação do trabalho pela reforma trabalhistas não observaram o princípio da proteção ao trabalhador, fato que deverá repercutir tanto na execução como na interpretação da norma trabalhista, diminuindo a proteção ao trabalhador, característica típica do Direito do Trabalho: “Constatou-se o grande espaço aberto à negociação coletiva. A prevalência do negociado sobre o legislado enfraqueceu a indisponibilidade dos direitos trabalhistas, tornando-os mais privados, e reduziu a proteção dos trabalhadores. Em decorrência da negociação coletiva, o princípio da proteção ao trabalhador deixou de ser imperativo no Direito do Trabalho, haja vista uma norma menos vantajosa ao empregado poder prevalecer no interior do contrato de trabalho.” (VIEIRA, 2019 pág. 77).

Com todas essas alterações e sendo algumas delas justificadas pela possibilidade de gerarem novos empregos ao flexibilizarem as relações de trabalho, verifica-se o contraste com um estudo realizado em 2015 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), envolvendo diversos países que implementaram mudanças recentes na legislação que regulam as relações de trabalho, que apontou não existir correlação entre estas mudanças e o aumento na geração de empregos. Neles foram analisados quantitativamente a relação entre proteção ao trabalho, taxa de ocupação e desemprego, os resultados demonstram que não há significância estatística na correlação entre rigidez da legislação do trabalho e o nível de emprego (ADASCALITEI & MORANO, 2015; ILO, 2015). Além das mudanças apontadas por Lazzareschi (2015) apud Mariano & Barcellos (2019, p.66) e Teixeira et al (2019) é importante destacar que ao longo desse período há o avanço da terceirização em inúmeras atividades, especialmente no segmento de serviços.

Apesar dos equívocos desta posição nos debates sobre mercado e relações de trabalho no Brasil se tornarem evidentes a partir de 2003 quando: a) a situação internacional ficou mais favorável

às exportações; b) o crescimento do PIB levou a um aumento do emprego formal, diminuindo a participação na absorção das pessoas ativas do emprego sem carteira profissional e dos trabalhos por conta própria e não remunerado; c) da queda da inflação acompanhada de um aumento do poder de compra da renda do trabalho, tudo isso ocorrendo sem mudanças nas normas e instituições que regem a contratação, o uso e a remuneração da força do trabalho⁶; a Reforma Trabalhista de 2017 foi apresentada como uma mudança institucional fundamental para favorecer o aumento na geração de emprego e renda, principalmente a partir do momento em que a economia brasileira interrompeu um período bastante longo, e atípico para nossa história recente, caracterizado pelo crescimento econômico com inclusão social, resultado das políticas econômicas adotadas principalmente pelos governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016)⁷.

A última grande alteração no sistema de regulação do mercado de trabalho ocorreu no final de 2017 tinha como principal argumento a ideia de que a queda observada no biênio 2015/2016 só poderia ser revertida com estímulos ao setor produtivo e a condição necessária para tal processo seria a fratura na suposta rigidez do mercado de trabalho brasileiro. Há uma série de pontos polêmicos nessa reforma e reverte uma tendência de melhoria nas condições de trabalho do país. A partir de uma das principais alterações implementadas pela reforma trabalhista vale destacar a expansão da “pejotização”. Na próxima seção serão apresentados, ainda que sucintamente, uma breve revisão da literatura pertinente ao tema, destacando-se os aspectos positivos e negativos dessa “nova” modalidade de contratação da força de trabalho.

3 TELETRABALHO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Segundo Krein et al (2018), outra possível expressão da terceirização é o *home office*, cuja essência pode ser captada na colocação de Neves & Pedrosa (2007, p.21): “o espaço do trabalho é o espaço da família, está disperso por toda a cidade, fora dos limites da empresa e dentro dos limites da casa”. A terceirização se apropria dessa “confusão” dos tempos de vida e trabalho e faz uso dessa força de trabalho em *home office* para reorganizar a produção. Esse mecanismo de descentralização da produção impacta na formação das cadeias globais de produção, de modo que parte da produção é deslocada para fora do espaço físico daquele que se beneficia do trabalho.

Santos & Kern (2018) questionam como a aprovação da Reforma Trabalhista impacta nas transições juvenis para a vida adulta aumentando a precarização das relações de trabalho. Apresentam os institutos jurídicos controversos que empurram os jovens para as novas formas de trabalho que caracterizam a precarização. Verificam os aspectos jurídicos do instituto do teletrabalho concluindo que as novas relações de trabalho trazida pela Reforma Trabalhista impactam diretamente no processo de transição juvenil.

Santos & Kern (2018) destacam que em termos geracionais, os jovens são os usuários mais intensos das mídias. Como conciliar a jornada de trabalho e o descanso necessário para reestabelecer as energias após um longo período de trabalho? Qual o limite suportável entre o excesso e a produção de um teletrabalhador?: “Esses elementos demonstram a potencialidade e ao mesmo tempo a gravidade do teletrabalho às novas gerações, de modo a afetar a fase de transição. Primeiro, o risco de isolamento ao não estabelecer novas sociabilidades, na medida em que o trabalho é um dos principais locais de constituição de identidade e de interação social

⁶ “Os defensores da reforma ignoram que, na história recente da economia nacional, não foi nos momentos de flexibilização da legislação que o desemprego diminuiu, mas, antes, quando foram adotadas medidas de política econômica que privilegiaram a conjugação de crescimento econômico e aumentos de salários e benefícios sociais. Assim, a aprovação da reforma trabalhista representa a escolha de um modelo específico de desenvolvimento para o país que submete os trabalhadores à competitividade desenfreada baseada no menor custo do trabalho.” (MARTINS, et al 2017, pág. 149); Ver também ROSSI & GIMENEZ (2017).

⁷ Para uma análise detalhada desse processo ver Baltar (2015 (a) e (b). Ver também (CARVALHO, 2017).

dos jovens; segundo por submeter o jovem a ritmos de trabalho muito mais intenso e desgastante, direcionando toda sua energia à atividade do trabalho em casa, o que repercute na sua saúde psicossocial.” (SANTOS & KERN, 2018 pág. 12).

Para Santos & Kern (2018), juntamente com o trabalho intermitente, essas espécies de trabalho podem afetar o convívio social dos jovens, como a diminuição de tempo livre, menos tempo para qualificação profissional, perder sua privacidade, dentre outros direitos e liberdades individuais protegidos constitucionalmente.

O teletrabalho é a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de meios tecnológicos, mas não se configurando como trabalho externo. Essa modalidade foi regulamentada nos arts. 75-A e 75-B pela Lei n. 13.467/17, com a inclusão do Capítulo II-A no Título II da CLT (ROMAR, 2021, p. 86). Elton Duarte Batalha acrescenta que ao analisar o texto legal, deve-se observar que o entendimento preciso do que seja trabalho remoto requer a existência de três aspectos: o local onde o trabalho é realizado, a natureza do serviço prestado e a utilização de determinada ferramenta na execução o trabalho. (BATALHA, 2018, p. 101).

A CLT em seu art. 75-D, define que a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento de equipamentos e toda a estrutura adequada para o trabalho ficará definida em contrato escrito, o que diferentemente ocorre no trabalho presencial, que tais despesas são de inteira responsabilidades dos empregadores, contudo, foi relativizado durante a pandemia do corona vírus, facultando essa responsabilidade ser decidida por meio contratual.

Segundo Salvan (2019), de forma bastante sintética, a reforma modificou os elementos centrais da relação de emprego, uma vez que: a) amplia as possibilidades de utilização de modalidades de contratação a termo e introduz a figura do contrato intermitente, do trabalhador autônomo permanente e do *home office*; b) viabiliza inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em favor da empresa; c) permite o avanço da remuneração variável e o pagamento como não salário. Em outras palavras, ela constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho.

Lima & Bridi (2020) analisam as mudanças no trabalho decorrentes das novas tecnologias e as ocupações oriundas de sua utilização. Entre as ocupações analisadas encontram-se os desenvolvedores de software, os montadores de hardware nas fábricas de equipamentos informáticos, os atendedores de callcenter em serviços terceirizados, como também o trabalho em plataformas digitais. O estudo buscou responder, ainda que preliminarmente, em que medida a reforma trabalhista estabelecida em 2017 favorece a fragmentação ainda maior do trabalho, liberando a terceirização de forma geral, que tem na chamada “uberização” seu formato mais extremo. Lima & Bridi (2019) concluem que: “(...) a precariedade é constituinte desses “novos” trabalhos que surgem num contexto de flexibilidade e inovações tecnológicas, na qual a internet pontifica, mesclando tempo e espaço, embaralhando questões constituintes do próprio valor trabalho, do tempo e espaço, do material e imaterial e do próprio conceito de empresa. Uma das facetas mais contraditórias do chamado capitalismo flexível consiste na transferência do risco da atividade econômica para os trabalhadores,” (LIMA & BRIDI, 2019 pág. 325).

Segundo Lima & Bridi (2019) analisaram a reforma trabalhista e as configurações do trabalho mediadas pela Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. Foram inúmeras alterações que tendem a legalizar e institucionalizar as diversas modalidades flexíveis de trabalho e emprego e dificultar o acesso dos trabalhadores à justiça do Trabalho. Podemos dizer que se abriu, então, uma nova agenda de pesquisa sobre trabalho (sociologia do trabalho, economia do trabalho, entre outras).

Dentre as modalidades “novas” de organização do trabalho, o teletrabalho compreende aquelas atividades que podem ser realizadas fora do chão da empresa (espaço físico) e podem ser

organizadas em rede, o que é possibilitado pelas tecnologias de informação usadas de forma intensiva. O teletrabalho “é uma forma de trabalho efetuado fora da empresa central e do centro produtivo e que implica uma nova tecnologia, que permite a separação e facilita a comunicação” (MACHADO, 2019 pág. 131).

Essa modalidade de trabalho foi regulada pelo art. 75 da reforma trabalhista, que define as suas condições: “Art. 75-A. A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo. Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. Parágrafo único: O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não caracteriza o regime de teletrabalho. Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado. § 1º Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual. § 2º Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual. Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. Parágrafo único. As utilidades mencionadas no caput deste artigo não integram a remuneração do empregado. Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho. Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.” (BRASIL, 2017).

Lima & Bridi (2019) destacam que as condições podem ser alteradas a qualquer momento, desde que acordadas pelo empregado e empregador, sem contudo, assegurar a assistência do sindicato ao trabalhador. Trata-se de uma legislação que, segundo o Ministério Público do Trabalho – MPT, em sua nota técnica 08/2017: (...) possibilita a transferência de parte dos custos e dos riscos da atividade econômica ao empregado. Isso é incompatível com os direitos estabelecidos na Constituição de 1988, visto que violam os direitos fundamentais previsto no art. 7º, incisos IV, V e VII da Constituição.” (LIMA & BRIDI 2019, págs. 336-337).

A transferência dos risco para os trabalhadores, apontada pelo MPT para os casos dos /teletrabalhadores, se generaliza, de fato, para as novas ocupações, como, por exemplo, os motoristas de UBER e de outras plataformas, e se estende para outras categorias de trabalhadores, que foi proporcionada pela reforma trabalhista que assegurou que essas empresas possam utilizar mão de obra sem um limite de jornada, férias e outras proteções. Mesmo que as tecnologias tenham o potencial de facilitar o trabalho, a sociedade capitalista o utiliza para maximizar a redução de seus custos de produção (LIMA & BRIDI 2019, págs. 337).

Lima & Bridi (2019), destacam ainda que a reforma trabalhista, no Brasil, aprovou duas leis que regulamentam a intermediação de mão de obra, passando a autorizar sua adoção de modo irrestrito nas atividades-fim da empresa, antes vedado pela jurisprudência. “A Lei nº13.429/17 regulamentou a possibilidade de intermediação de mão de obra via contratação de serviço temporário, que era limitada pela lei anterior, nº6.019/74, pelo período de três meses; e uma segunda lei, publicada em 13 de julho de 2017 (Lei 13.476/17), que passou a permitir a terceirização em todas as atividades-fim da empresa (Bridi; Machado e Portela, 2014).” (LIMA & BRIDI 2019, págs. 337).

Com essas mudanças, a legislação favorece a desproteção dos trabalhadores de novas ocupações, e fornece um leque de possibilidades flexíveis e precárias de contratação de trabalho, de modo que a precariedade para a ser um traço característico dessas novas ocupações. Segundo Mendes et al., (2020), o home office surgiu na década de 1970 e é uma forma flexível de trabalhar na casa do trabalhador, possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Dentre as modalidades de trabalho remoto, o home office se destacou como uma das mais populares no contexto da pandemia instaurada pelo SARS-COV.

Segundo Machado & Bridi (2021), o teletrabalho não é novidade na organização do trabalho, na medida em que o trabalho em domicílio, em outros contextos históricos, conviveu com as formas de trabalho presenciais na empresa. Porém, foi apenas em 1990 que a modalidade ganhou maior visibilidade na organização do trabalho e nas formas de regulação do trabalho; embora tenha-se mantido associada à expansão do trabalho flexível. No Brasil, do ponto de vista normativo (MACHADO & BRIDI, 2021 pág. 189).

Embora realizado em local diverso da sede empresarial, o teletrabalho pode ser distinto do trabalho à distância ou externo, aquele que é realizado fora das dependências da empresa e sem controle pessoal e direto do empregador; ou trabalho externo e do trabalho em domicílio, aquele em que o empregado executa suas atividades em sua habitação ou em oficina de família por conta do empregador que o remunere, como por exemplo, costureiras.

No que tange à regulamentação da modalidade no Brasil, o teletrabalho era um instituto já existente no direito brasileiro antes da reforma trabalhista (Lei nº13.467/2017). A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT previa um artigo que foi alterado pela Lei nº 12.551 de 2011, equiparando os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos, garantindo a igualdade de direitos entre trabalho presencial e teletrabalho.

Bezerra (2021) destaca que apesar da regulamentação pela lei de 2011, havia diversas disputas acerca do tema, com destaque para: “(...) as demandas judiciais que questionavam se o teletrabalho é compatível ou não com a limitação da jornada de trabalho. Parte da jurisprudência dos Tribunais, ao entenderem pela incompatibilidade, consideram que o teletrabalho é uma das modalidades de trabalho externo (artigo 62, I, CLT), e assim excluem-no do controle de jornada e, consequentemente, dos direitos às horas extras, garantias de descansos e intervalos intra e Inter jornadas. Opostamente, outra parte da jurisprudência aduz que o teletrabalho e a limitação de jornada são compatíveis desde que exista meio disponível para o controle da jornada de trabalho.” (BEZERRA, 2021 pág. 616).

Em 2017, a reforma trabalhista regulamentou a modalidade de forma mais específica. A nova legislação estabelece que a prestação de serviços no teletrabalho deve constar expressamente em contrato individual de trabalho, o qual especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado. Além disso, para alteração do regime presencial para o de teletrabalho é necessário o mútuo acordo entre as partes, já o contrário, do teletrabalho para o presencial, pode ser alterado por determinação do empregador (art. 75-C, CLT):

Nascimento, et al, (2020) argumentam que no Brasil, onde ainda havia uma cultura de controle e não de resultados, o home office não era visto como uma boa alternativa para o ponto de vista competitivo e por muito tempo foi considerado impossível. No entanto, com o surgimento desta pandemia, as organizações públicas e privadas, bem como todo o setor comercial, são obrigadas a se reinventar com medidas obrigatórias de proteção contra o coronavírus. Nesse contexto, o home office surge como uma das poucas formas eficazes de dar continuidade ao funcionamento de algumas empresas sem causar prejuízos significativos.

A regulamentação do Home Office trazida pela Reforma Trabalhista não diminuiu a judicialização, haja vista que os processos dispararam durante a pandemia.

Tabela 1: Ações trabalhistas durante a pandemia de Covid-19.

Período de Janeiro a Junho	Novas ações trabalhistas
2019	620.742
2020	687.467
2021	891.182

Fonte: Fonte: LG&P Advocacia (2021) in: De Luca (2021).

Os principais motivos das reclamações são: a) Recebimento de horas extras: dois milhões de processos que somam R\$225 bilhões de reais; b) As reclamações podem aumentar em função de questões diretamente relacionadas com o Home Office (De Luca, 2021)

As reclamações relacionadas ao auxílio de custos do Home Office decorrem do Art. 75-D: “Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. Parágrafo único. As utilidades mencionadas no caput deste artigo não integram a remuneração do empregado.”

O art. 75-D retira a obrigação do empregador de fornecer ferramentas de trabalho ao seu empregado. Poder-se-á indicar, no Contrato de Trabalho, “responsabilidade pela aquisição, manutenção e fornecimento dos equipamentos tecnológicos e infraestrutura necessária à prestação do trabalho”: “Não é preciso muito esforço intelectual para imaginar sobre quem recairá o ônus pela aquisição e manutenção dos equipamentos e despesas do empregado na execução do seu próprio trabalho. O encargo certamente recairá sobre o lado mais fraco da relação, o do empregado. Trata-se de uma descarada transferência de custos e os riscos inerentes à atividade econômica ao empregado, sem que, no entanto, o empregado participe de lucro”, tais como: 1) Conta de Luz; 2) Plano de Internet; 3) Computadores e Celulares; 4) Problemas ergonômicos (ESTEVES & COSENTINO FILHO, 2019).

As reclamações também estão relacionadas à doenças e acidentes do trabalho: “Art. 75-E. O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho. Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.” (BRASIL, 2017).

A lei limita a responsabilidade do empregador a: “(...) “instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às preocupações a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho” (art. 75-E). Mas como se pode garantir que o trabalhador disporá de um ambiente de trabalho seguro e saudável, se o empregador não está obrigado a fornecê-lo? Deverá ele mesmo, o empregado, arcar com os custos relacionados a medicina e segurança do trabalho?

A resposta é sim. (ESTEVES & COSENTINO FILHO, 2019)

4 PESQUISAS EMPÍRICAS PARA A MENSURAÇÃO DO HOME OFFICE OU TELETRABALHO

Tendo em vista as dificuldades metodológicas para a mensuração da real dimensão do home office ou teletrabalho, principalmente no período pós-pandemia, as pesquisas empíricas vem se realizando através de “Estudos de Caso” nas mais variadas atividades econômicas, destacando principalmente seus aspectos positivos e negativos: 1) Empresas de Tecnologia da Informação: Haubrich & Froehlich (2020); Nogueira (2020); Costa (2022); Daniel (2022) e Daniel & Lopes Jr. (2022); Silva et al. (2022). 2) Instituições de Ensino Superior: Santos (2021); Pinheiro (2021); Pieper & Bragato (2021); Oliveira et al (2022); Negreiros et al. (2022); Silva (2022); Oliveira & Souto (2022). 3) Estudos em ambiente doméstico: Lima (2021); Quadros & Oletto (2021); Antunes & Fischer (2021); Mendes et al (2021); Coutinho (2021); Melo (2021); Branadtner & Wulfig (2021); Brum (2022); Borges (2022); Ceribeli, et al. (2022). 4) Comércio e Indústria: Resende (2021); Freitas et al. (2021); Lana (2021); Fontoura (2022). 5)

Instituições Financeira e Cooperativas de Crédito: Batistella et al. (2021); Uehara, et al. (2023); Pereira & Lopes (2023). 6) Setor Serviços: Barbosa & Oliveira (2021); Santana et. Al (2021); Bueno (2022); Terebinto & Vier (2022); Flores et al. (2022); Meinerz, et al. (2022); Nascimento (2022). 7) Setor Público: Lemos (2022); Silva (2022); Lima et al. (2023); Mendes & Souza (2023). O quadro a seguir sintetiza as principais conclusões dos estudos supracitados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quadro 1: aspectos positivos e negativos do Teletrabalho ou Home Office.

NEGATIVOS	POSITIVOS
Enfraquecimento da regulação do trabalho e dos direitos sociais	Liberdade do empregado, com jornadas não tão rígidas
Multiplicação de atividades precarizadas. Dificuldade na organização dos trabalhadores. Problemas relacionados a ergonomia	Produção de acordo com a demanda e gestão conectada ao cumprimento das metas e prazos previamente estabelecidos
Flexibilização do contrato, das condições de trabalho, da jornada de trabalho	Pode repercutir positivamente na saúde física e mental do trabalhador (qualidade de vida do trabalho)
Extensão/interação entre espaço privado/doméstico e econômico/produtivo	Melhorias ambientais referente à circulação de pessoas pelas cidades dado o horário flexível
Falta de socialização através do trabalho	Aumento da produtividade do trabalho
Problemas relacionados à saúde mental	Melhorias na gestão dos trabalhadores
Transferência do risco da atividade econômica para os trabalhadores	Maior convívio familiar, principalmente pós-pandemia
Trabalho e vida privada se confundem	Relativa liberdade no trabalho (PJ)

Fonte: elaborado pelos autores

Tendo em vista as proposições acima apresenta-se uma breve proposta de agenda de pesquisa para o tema em tela.

- 1) Realização de pesquisas mais abrangentes que permitam dimensionar ao longo do tempo o trabalho potencial e efetivo nessa modalidade.
- 2) Aproveitar melhor os instrumentos e metodologias até então disponíveis para conhecer melhor o “estado da arte” dessa “nova” forma de organização do trabalho.
- 3) Realização de pesquisas longitudinais e setoriais para identificar eventuais similitudes e diferenças intra-setoriais e principais tendências pós-pandemia.
- 4) Tendo em vista que o home office parece se configurar como uma tendência, avaliar os efeitos do home office sobre o mundo do trabalho, as condições de trabalho, as relações de trabalho contemporâneas e sobre a forma de organização classe trabalhadora.

5 REFERÊNCIAS

ADASCALITEI, D. & MORANO, C. **Labour Market reforms since the crisis: Drivers and consequences**. Research Department working paper nº5, Outubro/2015. Genebra: [s.n.] Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_414588.pdf

AMADEO, E. J. et al. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho desde 1980**. In: Texto para discussão IPEA Nº353, Brasília, 1994. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2464/1/td_0353.pdf

ANTUNES, E.D. & FISCHER, F.M. **Home office, teletrabalho ou trabalho remoto? A importância da ergonomia quando o trabalho se mudou para casa**. In: SENHORAS, E.M. (Org.) Engenharia de produção: além dos produtos e sistemas produtivos 2. Ponta

Grossa - PR: Atenas, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/350026774_HOME_OFFICE_TELETRABALHO_OU_TRABALHO_REMOTO_A_IMPORTANCIA_DA_ERGONOMIA_QUANDO_O_TRABALHO_SE_MUDOU_PARA_CASA

BALTAR, P.E.A. & KREIN, J.D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. In: **Caderno CRH**, 26 (68), maio-ago. (2013). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Yj7XZWrtxyVwpfFLt9NXtF/?format=pdf&lang=pt>

BALTAR, P.E.A. & KREIN, J.D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. In: **Leituras de Economia Política**, Campinas, (21), Dezembro 2012/Julho 2013. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3307/Prim%20secao%20Artigo%204.pdf>

BALTAR, P.E.A. **Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho**. Sumário Executivo. 2015 (a) Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036_sumex.pdf 2015 Acesso em 10/04/2019

BALTAR, P.E.A. **Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho**. Sumário Executivo. 2015 (b). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036_sumex.pdf 2015 Acesso em 10/04/2019

BALTAR, P.E.A. et al. **Emprego e distribuição da renda**. Texto para discussão nº 298. Instituto de Economia. UNICAMP, maio de 2017. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3527/TD298.pdf>

BARBOSA, B.A. de F. & OLIVEIRA, F. N. de. **Aspectos ergonômicos e percepção de trabalhadores de telemarketing com relação aos modelos home office e presencial durante a pandemia da Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Ciência e Tecnologia). Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFRSA. Mossoró – RN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrsa.edu.br/handle/prefix/6886>

BATALHA, Elton Duarte. **Teletrabalho: A Reforma Trabalhista Brasileira e a Experiência Estrangeira**. In: MANNRICH, Nelson, (Org.). Reforma trabalhista: reflexões e críticas. São Paulo: LTr, 2018.

BATISTELLA, A.J. BEHM, E.F; PINHEIRO, A.B; RANSAN, D. Home office e comportamento humano durante a pandemia: evidências dos colaboradores de uma cooperativa de crédito. In: **Anais do EGEN Encontro de Gestão e Negócios**. 27 a 29 de setembro. Uberlândia, MG – 2021. Disponível em:

<http://www.egen.org.br/sites/default/files.pdf>

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho.

BRASIL, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho CLT. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. **Medida provisória nº 927, de 2020**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

BRASIL. **Medida provisória nº 1046, de 2021**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

BRASIL. **Medida provisória nº 1109, de 2022**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

BEZERRA, G.U. **Teletrabalho: maior flexibilidade do uso do tempo de trabalho e desresponsabilização das empresas**. In: KREIN, J.D. et al (Orgs.) O Trabalho pós- reforma

trabalhista (2017), Volume 2, São Paulo: CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/lancamento-o-trabalho-pos-reforma-trabalhista-28-6/>

BORGES, A.C.S. Trabalho home office e os reflexos na vida pessoal e profissional das mulheres durante a pandemia de Covid-19. In: **Revista de Gestão Estratégica de Organizações**. Santo Ângelo, v. 10, nº2, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/gesto/article/view/637>

BRANDTNER, I.C.J. & WULFING, J. 80 (oitenta) anos da Justiça do Trabalho e os desafios para conciliar a maternidade e o home office na pandemia da covid-19. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho**. 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 67, nº 103, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/71492>

BRUM, I.T. da S. **A pandemia e os idosos em quarentena: geração de riscos e o uso de tecnologia em home office**. Trabalho de Conclusão de Curso (Centro Universitário UNIFACIG. Cursos de Administração). 2022. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriottcc/article/view/3427/2474>

BUENO, J.V.S. **Home office: satisfação dos colaboradores de um escritório de contabilidade no contexto da pandemia Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Curso de Administração). Goiânia – GO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/3910>

CACCIAMALLI, M.C. Globalização e processo de informalidade. In: **Revista Economia e Sociedade**, Campinas:UNICAMP, nº14, jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124/10674>

CARVALHO, S. S. de **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. Boletim Mercado de Trabalho nº 63 – IPEA – Brasília, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/171024_bmt_63.pdf

CERIBELI, H.B.; COUTINHO, C.M.F.; MACIEL, G.N.; SILVA, A. de A.P. O impacto da pandemia da Covid-19 sobre as mães em home office: um estudo na região Sudeste do Brasil. In: **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v.11, nº3, set./dez., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/37554>

COSTA, M. da S. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. In: **RAE-eletrônica**, v.2, nº2, 1-16,2003. Disponível em: <https://old.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10.pdf>

COSTA, M. da S. O sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº 59, p.111-131, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/fHFbMMCdjMhs5bhPFnysVxh/?format=pdf&lang=pt>

COSTA, R.R. da. **Fatores que impactaram na saúde e bem-estar dos profissionais de vendas do segmento de distribuição de produtos tecnológicos, que atuaram em teletrabalho/home office durante a pandemia da COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Curso de Administração), Goiás – GO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/3916>

COUTINHO, C.M.F. **O impacto da pandemia de COVID-19 sobre as mães em home office**. Monografia (Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Ciências Administrativas). Mariana – MG, 2021.

DANIEL, A.N.A. **Home sweet office? O desempenho dos trabalhadores do SERPRO. O que mudou com o surto da Covid-19**. Dissertação (Universidade Estadual do Ceará. Mestrado Acadêmico em administração), Fortaleza- CE, 2022.

DANIEL, A.N.A. & LOPES JR, E.P. Home Sweet Office? Percepção do desempenho dos trabalhadores do Serpro durante a COVID-19. In: **Anais do IX Encontro de Administração**

Pública da ANPAD VI – enAPG 2022. On-line, 30/May. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/f2708856060b3b50379aeb13c54a563e.pdf>

DE LUCA, A. **Processos trabalhistas disparam na pandemia.** CNN 31/10/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=amQrwt63jgk>

DEDECCA, C.S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado.** Campinas, IE – Unicamp. Coleção Teses, 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/colecao-de-teses/racionalizacao-economica-e-trabalho-no-capitalismo-avancado>

ESTEVES, J. T. & COSENTINO FILHO, C. **O teletrabalho na Lei 13.467/17 (Reforma Trabalhista): uma regulamentação em desacordo com as evidências empíricas.** Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/152270>.2019

FILGUEIRAS, V. A. Promessas e realidade da reforma trabalhista no Brasil. In: **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, nº195, julho/dezembro, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/issue/view/17>

FONTOURA, E.L. dos S. **Desafios e oportunidades da comunicação no trabalho home office vivenciados pela Kley Hertz Farmacêutica.** Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências da Administração), Florianópolis – SC, 2022.

FLORES, R.A.; MOTTA, M.E.V. da; CAMARGO, M.A.; PRIENNITZ, M.C.; MASCARENHAS NETO, A.T.; TOSTA, S.S. Home office: percepção dos colaboradores e gestora de uma empresa contábil na pandemia da Covid-19. In: **Research, Society and Development**, v. 11, nº 10, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32014/27650>

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). **Uma ponte para o futuro.** Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

HAUBRICH, D.B. & FROEHLICH, C. Benefícios e desafios do home office em empresas de tecnologia da informação. In: **Revista Gestão & Conexões**. Vitória – ES, v. 9, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/27901>

ILO. **Word Employment Social Outlook: The changing nature of Jobs** 2015.

KREIN, J.D. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil.** São Paulo: Ltr. 2013.

KREIN, D.J. et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n.52, 2018. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/141969>

KREIN, J. D. & COLOMBI, A. P. F. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 40, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/X9zPP8bXjivTHTXK4wYqszk/?format=pdf&lang=pt>

LANA, N.A.R. **Home Office no cenário pandêmico: benefícios, dificuldades e desafios.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Departamento de Ciências Administrativas). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana – MG 2021. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3703/6/MONOGRAFIA_HomeOfficeCenario.pdf

LAZZARESCHI, N. Flexibilização, desregulamentação, desregulamentação e precarização das relações de trabalho: uma distinção necessária. In: **Revista Labor**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23523> Acesso em 04/02/2021.

LEMOS, G.N. **Home Sweet Home-office? Uma análise sobre tempo-espço de vida-trabalho no serviço público.** Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Federal do Pampa. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública), Bagé – RS, 2022.

LIMA, J. C. & BRIDI, M. A. **Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade.** In: Caderno CRH, Salvador, v.32, n. 86, maio/agosto, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/PD9ywtNMPmKM4YDdH7jWc6n/?format=pdf&lang=pt>

LIMA, T. da S.B. **Home office e pandemia de Covid-19: desafios enfrentados pelos trabalhadores remotos na busca pelo equilíbrio entre vida profissional e pessoal.** Monografia (Universidade Federal do Ceará. Curso de Administração). Fortaleza – CE, 2021.

LIMA, T.V.; TEIXEIRA, E.P.; LIMA, O.P. de; ROBERTO, A.P.A.; MADURO, M.R.; OLIVEIRA JR, N.J. de; ROBERTO, J.C.A.; CUNHA, E.L. da. Mudança organizacional: impacto do home office no comportamento das servidoras e estagiárias da diretoria do Ministério Público de Contas. In: **Revista de Gestão e Secretariado**, v.14, nº6, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2279>

MACHADO, L. T. **A (i)licitude da prática da “pejotização” como espécie de terceirização de empregados após a Lei nº13.467/2017.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – SC, 2019.

MACHADO, S. & BRIDI, M.A. **O teletrabalho no Brasil: a reforma trabalhista de 2017 e o contexto na COVID-19.** In: KREIN, J.D. et al (Orgs.) O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017), Volume 1, São Paulo: Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/lancamento-o-trabalho-pos-reforma-trabalhista-28-6/>

MARIANO, J. & BARCELLOS, L. I. Mudanças na regulação do mercado de trabalho no Brasil: percepções e impactos sobre o emprego. In: **ORG & DEMO**, Marília, v. 20, n.2, Jul./Dez., 2019.

MARQUES, L. et al. **Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro.** Fundação Perseu Abramo (2018). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/Informalidade-final.pdf>

MARTINS, A. P A. et al. Reforma trabalhista e argumentos econômicos: o Brasil entre dois projetos. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, nº 51, 2017. Disponível em: https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/fields/colecoesdotribunal_v/revista-do-tribunal-eletronica/2017/r-51-2017.pdf

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Brasil_desempregado.pdf

MEINERZ, E.A.; KUHN, N.; HOFER, C.E.; LOPES, L.F.D. Percepções sobre gestão de tempo, desempenho e produtividade em home office. In: **RECAPE Revista de Carreiras Pessoas**, v.12, nº3, ano 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/53072>

MELO, K.C.R. de. **Os impactos do home office na vida das mulheres trabalhadoras antes e durante a pandemia de COVID-19, no Brasil: uma revisão sistemática da literatura.** Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Gestão e Negócios. Universidade Federal de Uberlândia – MG) 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33656/4/ImpactosHomeOffice.pdf>

MENDES, A.J. de. S.; MARIN, C.; STRUZIATO, I.C. **Os benefícios e desafios do Trabalho Home Office.** Disponível em: <https://fatec.edu.br/revista/index.php/RTecFatecAM> 2021.

MENDES, C.A. & SOUZA, L.M. de. **Uma análise do trabalho em home office de uma empresa de transformação digital sob a perspectiva da AET**. Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Federal de Ouro Preto. Curso de Engenharia da Produção). João Monlevade – MG, 2023.

ENELAU, G. F. **Reforma trabalhista e atividade jurisdicional: limitações e óbices à realização dos direitos sócio laborais no Brasil**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16208?locale=pt_BR

MENDES, D. C., Hastenreiter Filho, H. & Tellechea, J. (2020). **A Realidade do trabalho home office na atipicidade pandêmica**. Revista Valore, 5, 160-191.

NASCIMENTO, A. P. P. M., TORRES, L. G. R. & Nery, S. M. (2020). Home Office: Prática de Trabalho Promovida pela Pandemia do COVID-19. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20/6930120.pdf>.

NASCIMENTO, A.F. do. **Repercussão do trabalho em home office dos advogados e advogadas no estado da Bahia durante a pandemia da Covid-19**. Dissertação (Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania). Salvador – BA, 2022.

NEGREIROS, L.P.; MELO, M.C.A. de; MATTOS, C.A.C. de; MANCEBO, C.H.A.; CABRAL, D.B. Conflito trabalho-família, intenção de rotatividade e home office: uma análise com estudantes universitários do estado do Pará. In: **Revista Valore**, Volta Redonda, 7 (edição especial), 2022. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1394>

NEVES, M. de A. & PEDROSA, C.M. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções**. In: Sociedade e Estado, v. 22, nº1, Brasília, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/JcCwKD3qbVW8P87D3vfdbSF/abstract/?lang=pt>

NOGUEIRA, L.M. de B. **Desafios da implantação do home office durante a pandemia: estudo de caso de uma empresa de tecnologia**. Monografia (Curso de Administração. Faculdade Unifametro) Maracanaú – CE 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifametro.edu.br/handle/123456789/849>

OLIVEIRA, C. A. B. **Formação do mercado de trabalho no Brasil**. In Economia & Trabalho: Textos Básicos. OLIVEIRA, M. A. (Org.) Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

OLIVEIRA, A.A.R.; LUCENA, N.N.N. de; DAMASCENA, L.C.L.; ALBUQUERQUE, R.L. de; SILVA, L.B.G. da. Impactos da pandemia da Covid-19 na qualidade de vida no trabalho dos gestores do IFPB, campus João Pessoa, em atividades home office. In: **Revista Ciências Administrativas**, v. 28 (Edição Especial), 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/13039>

OLIVEIRA, L.C. & SOUTO, I.M. de M. Os impactos do trabalho home office para gestão de pessoas no Núcleo de Recursos Humanos da Universidade Tiradentes. In: **Ciências Humanas e Sociais** – Aracaju, v.7, nº3, outubro – 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/10873>

PASTORE, J. **Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva**. São Paulo: LTr. 1995.

PEREIRA, R. M. et al Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, 35(3) 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/nj9jkTcCyM7Dr7vRpFkmCQO/abstract/?lang=pt>

PEREIRA, T. da S. & LOPES, L.L.S. A percepção dos colaboradores do segmento bancário sobre o home office durante a pandemia de Covid-19. In: **Administração de Empresa em**

Revista. Vol. 2, nº46, Abril/Juno 2023. Disponível em:

<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/e-6001>

PINHEIRO, A.C.H. Home Office na Universidade Federal de Rondônia em tempos de Pandemia e proposta para implantação pós pandemia da Covid-19. Dissertação

(Mestrado Profissional em Administração Pública da Fundação Universidade Federal de Rondônia). Porto Velho – RO, 2021. Disponível em:

<https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3491>

PIEPER, A. da S.; BRAGATO, C. G. Motivação no trabalho em home office: um estudo realizado com os docentes do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina.

Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Administração. Instituto Federal do Espírito Santo – ES, Campus Colatina. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1482>

QUADROS. A.E.de F. & OLETO, A de F. A experiência do home office e os impactos desta modalidade na satisfação e produtividade dos trabalhadores frente à Covid-19. In: **Anais do EGEN Encontro de Gestão e Negócios.** 27 a 29 de setembro. Uberlândia, MG – 2021.

Disponível em:

<http://www.egen.org.br/sites/default/files/A%20Experi%C3%Aancia%20do%20Home%20Office%20e%20os%20Impactos%20desta%20Modalidade%20na%20Satisfa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produtividade%20dos%20Trabalhadores%20frente%20%C3%A0%20Covid-19.pdf>

REZENDE, V.C. de. Análise da qualidade de vida de colaboradores no trabalho home-office durante a pandemia da COVID-19 em uma empresa de Goiânia. Trabalho de

Conclusão de Curso. (Escola Politécnica. Engenharia de Produção). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia – 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/3324>

SALVAN, T. M. D. V. Reforma trabalhista: implicações da nova legislação no mercado de trabalho. Curso de Especialização em Gestão de Cooperativa de Crédito. Universidade do Sul de Santa Catarina (2019). Disponível em:

<https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/8263/Talita%20Dela%20Vedova%20Salvan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

SANTOS, C.L. dos & KERN, M. T. Juventude e a precarização nas relações de trabalho: apontamentos e repercussões a partir da reforma trabalhista. 2018. Disponível em:

<file:///C:/Users/Master/Downloads/4658-12706-1-SM.pdf>

ROSSI, P. L. & GIMENES, D. M. Crise econômica e o mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, nº 51, 2017. Disponível em:

https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/fields/colecoesdotribunal_v/revista-do-tribunal-eletronica/2017/r-51-2017.pdf (2017).

SAIANI, C. C. S. & VERÍSSIMO, M. P. Indústria, serviços e crescimento econômico dos municípios brasileiros. In: III ENEI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação.

Industria e Desenvolvimento Econômico: desafios e perspectivas. 18 a 20 de setembro de 2018, Uberlândia MG. Disponível em: [https://www.proceedings.blucher.com.br/article--](https://www.proceedings.blucher.com.br/article--details/industria-servicos-e-crescimento-economico-dos-municipios-brasileiros-28347)

[details/industria-servicos-e-crescimento-economico-dos-municipios-brasileiros-28347](https://www.proceedings.blucher.com.br/article--details/industria-servicos-e-crescimento-economico-dos-municipios-brasileiros-28347)

SANTANA, C.S.; AZEVEDO, G. da S.; OLIVEIRA, J.C. de; STEFANO, E. de;

NOGUEIRA, S.M.S. Home office e indústria 4.0 – Parceiros no combate à pandemia. In:

PEDROSA, R.A. (Org.) Gestão da Produção em Foco. Volume 47. Belo Horizonte – MG: Poisson, 2021. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/349616818_Home_Office_e_industria_40_-_](https://www.researchgate.net/publication/349616818_Home_Office_e_industria_40_-_Parceiros_no_combate_a_pandemia)

[Parceiros no combate a pandemia](https://www.researchgate.net/publication/349616818_Home_Office_e_industria_40_-_Parceiros_no_combate_a_pandemia)

SANTOS, R. L. dos Fraudes nas relações de trabalho: morfologia e transcendência. In: **Revista do TRT da 2ª Região**, São Paulo, nº3 2009.

SANTOS, C.L. dos & KERN, M. T. **Juventude e a precarização nas relações de trabalho: apontamentos e repercussões a partir da reforma trabalhista**. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Master/Downloads/4658-12706-1-SM.pdf>

SANTOS, K.S. dos. **Home Office e qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso com discentes da Universidade Federal do Tocantins**. Trabalho de conclusão de curso (Universidade Federal do Tocantins. Curso Superior de Tecnologia em Logística). Araguaína – TO, 2021.

SILVA, D.P. da; COSTA, B.R.L.; ARAÚJO, R.M. Home office e qualidade de vida no trabalho: desafios enfrentados pelo segmento da Tecnologia da Informação na pandemia do covid-19. In: **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v.20, nº3, 2022. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/3509>

SILVA, D.N. da C. **Engajamento e teletrabalho: uma análise dos efeitos da adoção do home office, em tempos de Covid-19, sobre o engajamento de estagiários da graduação em Administração da UFRJ**. Monografia (Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC), Rio de Janeiro - RJ, 2022.

SILVA, D.P. da. **Home Office na pandemia: um estudo de caso realizado na Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Curso Superior de Bacharelado em Administração). João Pessoa – PB, 2022.

SILVA, D.P. da. **Home Office na pandemia: um estudo de caso realizado na Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Curso Superior de Bacharelado em Administração). João Pessoa – PB, 2022.

TEIXEIRA, R. et al Reforma trabalhista no Brasil e o discurso jornalístico sobre a “modernização”: informação, omissão ou dissimulação? In: **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n.2, outubro de 2019. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/226>

TEREBINTO, C.F. & VIER, A.J. O home office nos escritórios contábeis localizados em Novo Hamburgo e São Leopoldo (RS). In: **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**. v. 11 nº1 (2022). Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/2394>

UEHARA, C.T.; CAVARZAN, G.M.; VIEIRA, R.; MACHADO, V. A negociação sobre home office/teletrabalho na categoria bancária. In: **Revista Ciências do Trabalho** nº23, maio de 2023. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/>

VIEIRA, E. B. **A inobservância do princípio da proteção ao trabalhador pela reforma trabalhista**. Disponível em: <https://trabalhodigno.org/laborare/index.php/laborare/article/view/34> 2019

VIEIRA, A.C.; BORGIO, B.N.; LOPES, J.V.; LECHI, J.S. **As consequências da reforma trabalhista para o fenômeno da pejetização**. In: 19º Jornada Científica e Cultural Faesa. 21 de setembro a 29 de outubro de 2020. FAESA Centro Universitário – Espírito Santo – 2020.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

JUAN DE MARIANA E A CRÍTICA À POLÍTICA MONETÁRIA PRATICADA PELO ESTADO ESPANHOL ABSOLUTISTA

Gabryel Lopes de Oliveira¹
Rosalina Lima Izepão²

ÁREA 01: HISTÓRIA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

O mercantilismo foi uma prática de política econômica adotada por vários países europeus, na fase do capitalismo comercial e que assumiu diferentes formas, variando de país para país. O bulionismo foi a forma praticada pela Espanha devido à quantidade de ouro e prata obtida da América. Os efeitos da má gestão destes recursos geraram graves crises nos campos social, econômico e político-administrativo do país tanto pelo excesso, quanto pela escassez de moedas, colocando em xeque a credibilidade do Estado espanhol. A monarquia espanhola foi duramente criticada pelas políticas monetárias adotadas no final do século XVI e início do XVII. Parte destas críticas veio de uma parcela da Igreja Católica, da qual o padre Juan de Mariana foi um dos destaques. Neste sentido, no presente artigo tem-se como objetivo verificar os argumentos utilizados por Juan de Mariana, em oposição a tais políticas econômicas e suas razões. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-documental tendo como base de estudo a obra de Mariana “Tratado e discurso sobre a moeda de Vellón”, de 1609. Os resultados evidenciaram que Mariana tinha razão em seus argumentos sobre a ineficácia de tais políticas e os prejuízos à sociedade. Em suas críticas demonstrou conhecimentos importantes e à frente do seu tempo não somente quanto ao funcionamento do Estado, mas, principalmente como operam os preços no mercado.

Palavras-chave: Juan de Mariana. Política Monetária. Estado Espanhol.

ABSTRACT

Mercantilism was an economic policy practice adopted by several European countries, during the commercial capitalism phase, which took different forms, varying from country to country. Bullionism was the form practiced by Spain due to the amount of gold and silver obtained from America. The effects of poor management of these resources generated serious crises in the social, economic and political-administrative fields of the country, both due to the excess and scarcity of coins, putting the credibility of the Spanish State into question. The Spanish monarchy was harshly criticized for the monetary policies adopted at the end of the 16th century. Part of this criticism came from a portion of the Catholic Church, of which Father Juan de Mariana was one of the highlights. In this sense, this article aims to verify the arguments used by Juan de Mariana, in opposition to such economic policies and their reasons. Methodologically, this is a bibliographic-documentary research based on Mariana's work “Treaty and discourse on the Vellón coin”, from 1609. The results showed that Mariana was right in her arguments about the ineffectiveness of such policies and losses to society. In his criticisms he demonstrated important knowledge ahead of his time not only regarding the functioning of the State, but mainly how prices operate in the market.

Keywords: Juan de Mariana. Monetary Policy. Spanish State.

JEL: B 11

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá – ra117191@uem.br

² Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – rlizepao@uem.br

INTRODUÇÃO

Com a desagregação do sistema econômico feudal, ocorrida na baixa Idade Média entre os séculos X e XV, na Europa Ocidental e Central tem-se a formação do capitalismo, na sua fase comercial que se estendeu do século XV ao XVIII. Trata-se de uma fase constituída por um processo complexo e multifacetado marcado pela consolidação dos Estados nacionais modernos e suas políticas mercantilistas, o Renascimento, a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica, além da expansão ultramarina. Foi uma fase onde se conectaram a formação das burguesias comercial e financeira, o comércio em escala mundial, a emergência de novas mentalidades tanto religiosas, quanto técnico-científicas e culturais, além da política econômica governamental mercantilista. O objetivo comum era o fortalecimento dos Estados nacionais e da burguesia em ascensão.

O desenvolvimento da Espanha, assim como de Portugal, está diretamente associado à expansão marítimo-comercial que resultou na “descoberta” e conquista da América, processo no qual foram pioneiros. Dada à grande quantidade de metais preciosos encontrados pelos espanhóis na América, o tipo de mercantilismo praticado pelo governo espanhol foi o chamado bulionismo. Os efeitos tanto do excesso, quanto da escassez da oferta destes metais preciosos, principalmente de ouro e prata, se fizeram sentir em toda a Europa, no final do século XVI e início do XVII. Na Espanha, durante este período, o cenário era de escassez levando o Estado adotar políticas econômicas monetárias de desvalorizações e alterações na moeda, com objetivo de debelar as crises oriundas da carência destes metais. Da mesma forma, a validade e as consequências destas políticas foram contestadas e amplamente debatidas por alguns segmentos da sociedade espanhola, entre as quais uma parcela da Igreja Católica, da qual o padre jesuíta Juan de Mariana fazia parte.

O padre Juan de Mariana se destacou como professor universitário, teólogo, filósofo e historiador, podendo ser, também, considerado precursor da Ciência Econômica por seus estudos e publicações na área de economia política. Neste campo, as publicações onde avaliava como deveria ser o comportamento de um monarca, bem como suas ações e políticas econômicas são bem conhecidas. À frente do seu tempo, as ideias defendidas por Juan de Mariana colocavam em xeque a ordem econômica da Espanha absolutista e mercantilista inserindo, no centro das discussões, o tratamento dado pelo Estado espanhol à moeda, como instrumento de política econômica. Neste sentido, considerando-se a importância histórica do pensamento de Juan de Mariana e sua abrangência em diversos aspectos, no presente artigo tem-se como objetivo analisar a sua obra “Tratado e discurso sobre a moeda de *Vellón*”, publicada originalmente em 1609, destacando seus principais argumentos contrários à política monetária praticada à época, pelo Estado espanhol.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa que pode ser caracterizada, por seus objetivos, como tipicamente bibliográfico-documental, tendo-se o documento “Tratado e discurso sobre a moeda de *Vellón*”, como fonte primária de análise. Na publicação original de 1609, a obra recebeu o título “*De monetae mutatione*,” ou, em português “Sobre a alteração da moeda”. A versão analisada neste artigo é a intitulada “Tratado y discurso sobre la moneda de vellón”, publicada em 1987. Adicionalmente foram utilizados livros e artigos que tratam sobre a temática, como fontes secundárias.

O artigo encontra-se estruturado em 3 seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira seção destacam-se alguns aspectos históricos dos Estados nacionais modernos e as políticas econômicas mercantilistas, enfatizando-se o metalismo também conhecido como bulionismo, por ser o caso típico do mercantilismo espanhol. Na segunda seção mostram-se a situação da Espanha no final do século XVI e início do século XVII, época em que viveu Juan de Mariana, as práticas de políticas monetárias do governo espanhol e a posição da Igreja

Católica. Na terceira seção tem-se a descrição e a análise dos principais elementos que compõem a obra “Tratado e discurso sobre a moeda de *Vellón*”.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE OS ESTADOS NACIONAIS MODERNOS E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS MERCANTILISTAS DURANTE O CAPITALISMO COMERCIAL

A origem do capitalismo está na desagregação do feudalismo na Europa Ocidental e Central, fruto do acirramento das contradições internas do próprio sistema. Estas contradições se tornaram mais significativas a partir do século XI com a Revolução Agrícola, a criação das universidades e, principalmente, com o advento das Cruzadas, no século XII. As transformações desencadeadas por tais acontecimentos refletiram-se em mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas durante a Baixa Idade Média e que se consolidariam a partir do século XV, com a ascensão do capitalismo, na chamada Idade Moderna.³

O período que se estende do ano de 1453, data da “Tomada de Constantinopla” pelos turcos otomanos até a Revolução Francesa, em 1789, ficou conhecido como Idade Moderna, séculos XV ao XVIII. Trata-se de uma fase conhecida como capitalismo comercial, porque o processo de acumulação de capital se dava na circulação de mercadorias e não na produção, que era incipiente dado o baixo grau tecnológico da época. As transformações econômicas, sociais, culturais, religiosas e políticas do período são caracterizadas pelo desenvolvimento comercial ligado à expansão ultramarina ou marítimo-comercial; conquista de novos continentes; exploração colonial; crescente fortalecimento da burguesia - classe composta por comerciantes, donos de manufaturas e financistas; declínio das relações servis e aparecimento do trabalho assalariado; fortalecimento de uma nova mentalidade e reforço dos valores burgueses pelo Renascimento e a Reforma Protestante que colocaram em xeque a fé cristã da Igreja católica, em algumas partes da Europa (DOBB, 1983)

Das transformações apontadas e que são ocorrências interligadas entre si, destacam-se as políticas econômicas governamentais a partir do estabelecimento dos Estados nacionais modernos, rompendo com o regionalismo e o universalismo característico do feudalismo. Os monarcas, alimentando-se das rivalidades entre a classe burguesa e a nobreza, passaram a concentrar todos os poderes em suas “mãos”. Em aliança com a burguesia comercial nascente, os monarcas passaram a comandar exércitos, representar a justiça, decretar leis e a praticar políticas econômicas voltadas ao enriquecimento do Estado e da burguesia, sobretudo a comercial e financeira. Neste sentido, tem-se então, no absolutismo monárquico e no mercantilismo, a política econômica do capitalismo nascente e em franca ascensão (ARRUDA, 1980; DOBB, 1983; BEAUD, 2004).

A concentração de todos os poderes caracterizou o absolutismo monárquico e foi justificada por diferentes autores.⁴ Para Jean Bodin e Bossuet apud Gruppi (1980), a autoridade do Rei representava a vontade de Deus na terra, enquanto para os filósofos Maquiavel e Hobbes, o estado forte era necessário para segurança dos próprios homens que, perigosos, colocavam em xeque a própria sobrevivência da humanidade (GRUPPI, 1980). Ao conjunto de políticas econômicas praticadas por tais Estados nacionais visando o seu enriquecimento e o da burguesia mercantil deu-se o nome de mercantilismo.

O termo mercantilismo é usado para caracterizar as doutrinas e práticas econômicas que vigoraram na Europa entre os séculos XV e XVIII, de diversas formas, em diferentes

³ Para melhor compreensão deste período indica-se a leitura de Huberman (1982). O tema é tratado nos capítulos I ao XV.

⁴ Sugere-se a leitura de Maquiavel (2019).

Estados nacionais. Entre os princípios defendidos pelo mercantilismo estavam: metalismo – sinônimo de riqueza do Estado; balança comercial favorável – exportações maiores que as importações; protecionismo – intervenção do Estado para estimular as exportações e inibir as importações; monopólios – principal elemento do protecionismo, era concedido pelo rei, no limite do país ou colônias, mediante um pagamento; colonialismo de exploração – instrumentos geradores de riqueza para a metrópole; defesa de uma população numerosa e laboriosa para garantir mão de obra barata e redução dos custos de produção (ARRUDA, 1980; BRUE, 2005).

De acordo com Beaud (2004: 20): “Monarcas ávidos de grandezas e de riquezas, Estados lutando pela supremacia e banqueiros encorajados ao enriquecimento: são estas as forças que promoverão o comércio, as conquistas e as guerras, sistematizarão a pilhagem, organizarão o tráfico de escravos e prenderão vagabundos para obriga-los a trabalhar.

Da mesma forma que os Estados nacionais modernos nasceram em circunstâncias históricas diferentes, as políticas mercantilistas também variaram de país para país. O português foi comercial e o espanhol acentuadamente bulionista. Quanto ao inglês e francês são controversos. As controvérsias prendem-se não somente às políticas mercantilistas como, também, ao absolutismo desenvolvido em cada uma destas nações. Para Hill (1991), o absolutismo inglês foi peculiar porque o Estado nacional foi-se organizando a partir do século XII, respeitando as liberdades individuais e demais valores da burguesia, a partir da limitação dos direitos e deveres do monarca e dos seus vassalos vindos da alta nobreza, por meio de uma “Carta Magna”⁵. É do bulionismo espanhol, suas consequências e as ações do Estado, bem como a reação da Igreja que trata a seção que segue.

2. TANTO A ABUNDÂNCIA, QUANTO A ESCASSEZ DE METAIS PRECIOSOS GERAM EFEITOS SOBRE OS PREÇOS E A MOEDA

2.1 O CASO ESPANHOL E A POLÍTICA MONETÁRIA EM FINS DO SÉCULO XVI E INÍCIO DO XVII

A doutrina mercantilista teve origem nas ações dos reis medievais e, ao longo do tempo, foi firmando-se como racionalização das políticas intervencionistas que já vinham sendo adotadas em cada parte da Europa, tendo como foco a acumulação de metais preciosos, considerados a principal medida de riqueza de uma nação (FEIJÓ, 2007). Assim, países que possuíam minas em seu território ou, como o caso espanhol, que possuía ricas minas de ouro e prata em suas colônias podiam aumentar constantemente suas reservas (HUBERMAN, 1982). Porém, não para sempre, considerando-se o esgotamento das minas de exploração ao longo do tempo.

Na Espanha⁶, o mercantilismo foi acentuadamente metalista ou bulionista em virtude da grande quantidade de metais preciosos – sobretudo ouro e prata, obtida das colônias

⁵ No caso inglês o governo foi exercido desde o século XIII, juntamente com o parlamento composto pela Câmara dos Lordes, constituída de nobres leigos e eclesiásticos escolhidos pelo Rei e pela Câmara dos Comuns, de onde participavam indivíduos eleitos vindos da baixa nobreza. O que contribuiria para que, mais tarde, ocorresse na Inglaterra a primeira Revolução Burguesa, em 1688, a chamada Revolução Gloriosa. A partir desta revolução estabeleceu-se a monarquia parlamentarista e, adicionando-se as demais condições históricas como a existência de estoque de capital, mão de obra e recursos naturais levaram aquele país à comandar a segunda revolução burguesa, em 1750, a denominada I Revolução Industrial. A partir de então a Inglaterra se tornaria, em curto período de tempo, na potência hegemônica mundial, posição que ocuparia até o final da I Guerra Mundial, em 1918. (DOBB, 1983; HILL, 1991)

⁶ A Espanha atrasou seu ingresso na expansão marítima, em relação a Portugal, por causa das guerras. Mas, em 1492, patrocinou a viagem de Colombo às Índias, o que resultou na “descoberta” da América. Com o tratado de

americanas. A exploração destes metais foi tão significativa que os espanhóis não desenvolveram suas manufaturas em condições de fornecer seus produtos ao mercado europeu. O mesmo ocorreu com a agricultura que continuou extensiva. Ao acumularem ouro e prata, os espanhóis passaram a importar, por altos preços, os produtos que necessitavam (ARRUDA, 1980). De acordo com Arruda (1980: 80): “Senhores que eram de colônias produtoras de metais, na América, os espanhóis podiam importar manufaturados e produtos alimentícios do estrangeiro. Os efeitos dessa prática foram consideráveis: fizeram desaparecer na Espanha as atividades agrícolas e manufaturadas”.

Os espanhóis, a partir da exploração dos metais em suas colônias, aumentaram de tal forma a quantidade de moeda em circulação na Europa que causaram a chamada “Revolução dos preços”. Ou seja, era tanto dinheiro em circulação que causaram uma violenta elevação nos preços. Alguns produtos tiveram seus preços quadruplicados em cem anos. Segundo Beaud (2004), os espanhóis em 1503, levaram o primeiro carregamento de ouro e prata das Antilhas para a Espanha, depois a pilhagem se estendeu ao México e ao Peru. Em 1534, os espanhóis encontraram no Peru 1.300.000 onças de ouro em um único lugar, 4 (quatro) estatuas de homens e 12 (doze) de mulheres em tamanho natural, em ouro. As pessoas ricas na Espanha faziam adornos para casas, jardins e templos com ouro e prata. Eram flores, pássaros, animais, pés de mesas e outros. O Rei, em uma ocasião, deu como resgate, uma câmara de ouro. Ou seja, não havia parcimônia com relação ao uso dos metais. É como se não fossem riquezas finitas. De acordo com Beaud (2004), no período que se estende de 1521 a 1660, dados oficiais indicam que a Espanha recebeu da América 18 (dezoito) mil toneladas de prata e 200 (duzentas) toneladas de ouro, mas, há evidências de que tenha havido o dobro.

Assim, no século XVI a Espanha era uma nação rica e na base desta riqueza estavam os metais preciosos extraídos da América, em larga escala. Outras fontes de riquezas vinham da produção de cana para fabricação do açúcar, rum e melão. Com isto, o Estado espanhol absolutista mercantilista pagava suas dívidas advindas de empréstimos estrangeiros, amortizava juros e financiava guerras. A rica burguesia composta de mercadores, financistas e aventureiros, a exemplo, do Estado espanhol comprava produtos prontos das cidades italianas, da França, da Holanda e da Inglaterra, gerando um efeito multiplicador da abundância dos metais preciosos, em outras partes da Europa (BEAUD, 2004). O tempo mostrou que, na realidade, esta riqueza deveria ter sido aplicada nas manufaturas, no campo e no comércio espanhol. Ao invés disto, a riqueza evadia-se para outras partes da Espanha, por meio das importações e gastos com guerras, já que a Espanha possuía grandes extensões de terras na Europa que se estendiam até os Países Baixos, incluindo-os. Para manter seus domínios, havia custos elevados.

Segundo Carande apud Beaud (2004: 22): “A Espanha é igual a boca que recebe alimento e só mastiga, enviando-o imediatamente aos outros órgãos, não retendo senão um gosto fugaz e algumas migalhas”. Além da Espanha não conseguir reter a sua riqueza e não investi-la na produção, sabe-se que a abundância de metais na Europa, fez os preços se elevarem. Os preços do trigo, por exemplo, quadruplicaram em menos de meio século, inclusive na Espanha entre o século XVI e início do XVII, época em que viveu Juan de Mariana. O salário real, conseqüentemente baixou porque os trabalhadores perderam o poder de compra. Segundo Beaud (2004), os salários reais dos trabalhadores caíram 50% levando a expressivas revoltas nos campos e nas cidades. Os governantes da Inglaterra, França e da Espanha reagiram, por meio de diversas políticas, entre as quais se destacam: leis sobre os pobres com punições severas contra vagabundagem e mendicância, além da criação das *Workhouses*, prisões, açoites e outros castigos físicos. A Espanha tentou, também, mas sem sucesso, fixar preços.

Tordesilhas, em 1494, a Espanha ficou com grande parte do território, onde havia uma grande quantidade de metais preciosos. Ver ARRUDA, 1980; BEAUD, 2004.

Se naquele momento, o problema era o excesso de moedas e suas consequências sobre os preços, no final do século XVI e início do século XVII, na Espanha a situação sofreu reversão. O país sofria com os altos preços na Europa, com os gastos militares e do Estado e pela escassez de moedas, considerando-se que tanto a burguesia, quanto o Estado levaram à evasão de divisas, sem desenvolver a economia internamente. O que resultou na escassez de moedas e na falta de geração de riqueza interna.

As políticas econômicas iniciais, tomadas pelo Estado espanhol, para coibir a evasão de metais preciosos foram: criação de leis que proibiam a saída de ouro e prata do reino, sob pena de morte; restrições à importação de mercadorias produzidas no estrangeiro e que poderiam ser produzidas no país e a proibição de exportação de matérias-primas para tentar desenvolver as manufaturas nacionais. O que não impediu o declínio espanhol. Somava-se a isto, o fato das Províncias Unidas, da qual a Holanda fazia parte, tornaram-se independentes da Espanha, em 1609, além de perder territórios também no Sacro Império Romano Germânico. Em 1588, a derrota da “Armada Invencível”, marcou o início desta decadência. O Estado espanhol desespera-se para encontrar caminhos para vencer a escassez de metais/moedas e suas consequências. Ademais, segundo Beaud:

As quantidades de ouro e prata arrancadas da América Latina diminuem a partir de 1590; elas são duas vezes menores em 1650 do que em 1550; reduz-se o comércio de Sevilha de 55 navios e 20.000 toneladas, em 1600-1604, a 8 navios e 2.500 toneladas, em 1701-1710; as despesas de guerra ficam mais pesadas, os impostos suplementares não bastam; o orçamento está desequilibrado; a produção interna não foi desenvolvida suficientemente; o rei da Espanha já não encontra empréstador; **deprecia-se a moeda**; a atividade econômica diminuiu; a população cai a seis milhões no fim do século XVI. A Espanha mergulha num inexorável declínio. (BEAUD, 2004: 33. Grifos Nossos)

É desta Espanha em franca decadência, que trata o padre Juan de Mariana. A Espanha não conta sequer com seus aliados. A Áustria, por exemplo, estava ocupada com as constantes guerras dos “Trinta Anos”, da qual só se livrou quando perdeu a concessão da Westfália.

2.1.1 A alteração da moeda como instrumento de política economia monetária praticada pelo Estado espanhol e a posição da Igreja Católica

Como já mostrado na citação anterior, um dos instrumentos de política econômica que o Estado espanhol usou para conter os efeitos da escassez de moedas foi a sua depreciação. No caso espanhol foi feita por meio da alteração da moeda, uma fraude comum de reis e príncipes. A desvalorização da moeda se fazia de duas formas: uma delas era duplicando o valor da moeda antiga e a diferença era dirigida aos cofres do Estado, ou seja, do monarca, representando grande lucro para estes. A outra forma se fazia por meio da cunhagem de uma nova moeda de cobre puro, sem adicionar qualquer porção de prata, como se fazia na moeda antiga, retirando da nova moeda metade do seu peso, gerando, ao monarca/Estado, um lucro em torno de dois terços (MISES, 2014).

Como se pode observar tratava-se da manipulação da moeda ofertada, sem se respeitar o justo peso, grau de pureza e o preço correto da mesma. Na prática, uma trapaça feita pelo Estado, com sérias e óbvias consequências para os mercados – produtos, serviços, trabalho e, portanto, para a sociedade em geral. Os preços se elevariam na mesma proporção da subtração do peso ou qualidade da moeda/dinheiro. Mas, o bom funcionamento da sociedade requer a

estabilização da moeda e dos preços. Por isto, este de política econômica foi muito criticado por diversas parcelas da sociedade, entre os quais o padre Juan de Mariana.

Sabe-se que o Estado espanhol foi aliado da Igreja Católica em oposição à Reforma Protestante que colocava em xeque o catolicismo. Da mesma forma, a Igreja reagiu com a Contrarreforma, de onde se tem origem a criação da Companhia de Jesus, em 1548, por um espanhol chamado Inácio de Loyola. A Companhia de Jesus contava com padres jesuítas dedicados aos estudos de filosofia política, leis, relação da Igreja com o poder temporal, defesa do livre arbítrio, entre outros. Considerados tomistas, ligados à “Nova ou Segunda Escolástica”⁷, os jesuítas faziam votos de fidelidade ao papa, num momento em que os reis desejavam ter liberdade de ação diante da autoridade papal, o que não era bem visto pelos membros da Companhia de Jesus. A questão é que o monarca espanhol tinha a Santa Inquisição⁸ a seu favor (FERES JUNIOR, 1997).

Juan de Mariana não era contrário à Inquisição, mas discordava dos abusos de poder. Chegou a ser preso por um curto período de tempo, por se manifestar, em diferentes situações contra o poder tirânico e o absolutismo. Sua inspiração vinha de filósofos da antiguidade como Isócrates, Xenofonte, Platão, Aristóteles, e outros. É neste contexto que se desenvolve o pensamento de Mariana e são publicados os seus escritos (FERES JUNIOR, 1997).

3 O PADRE JESUÍTA JUAN DE MARIANA E O TRATADO E DISCURSO SOBRE A MOEDA DE VELLON

3.1 O PADRE JUAN DE MARIANA: UMA NOTA BIOGRÁFICA

O padre jesuíta Juan de Mariana (1536-1624) na cidade de Talavera de la Reina, na Espanha. Filho de pais pobres e humildes, Marina aos dezessete anos ingressou na Universidade de Alcalá, onde se destacou como um dos mais brilhantes alunos. Um ano depois foi aceito na Companhia de Jesus, Instituição criada durante a Reforma Católica conhecida como Contrarreforma, para atuar na cristianização dos nativos americanos. Após completar seus estudos em Alcalá, Mariana passou a lecionar Filosofia e Teologia em várias instituições Jesuítas da Europa até completar 33 anos. Após isto, mudou-se para a França onde se tornou professor de Teologia, na Universidade de Paris. Quatro anos mais tarde, devido a problemas de saúde, Mariana aposentou-se indo morar em Toledo, na Espanha. No entanto, mesmo aposentado Mariana continuou ativo. Sua sabedoria e erudição atraíam pessoas de todas as partes, desde cidadãos comuns até autoridades governamentais e eclesiásticas, que o procuravam em busca de conselhos e orientações (ROTHBARD, 1995).

Juan de Mariana publicou grandes e influentes livros, incluindo a História da Espanha, que se tornou um clássico da literatura espanhola. Em 1599, publicou a obra "*De rege et regis institutione*", ou, “Sobre o rei e a instituição real”, obra escrita por sugestão do rei Filipe II da Espanha e dedicada ao seu sucessor, Filipe III. Em “*De rege*”, Mariana defende a ideia de que o rei deve governar em favor do povo e, da mesma forma, condena a ação tirânica dos reis e a

⁷ Usam-se o termo Tomismo em referência a São Tomás de Aquino, cujo pensamento dominou a Companhia de Jesus. A Segunda Escolástica foi um movimento composto por teólogos e juristas que lecionavam na Universidade de Salamanca, na Espanha, no século XVI. Suas ideias influenciaram estudos nos campos do Direito e da Economia. Juan de Mariana é considerado escolástico, da segunda geração, mesmo sem nunca ter estudado na referida Universidade (CARVALHO, 2021).

⁸ A Santa Inquisição foi um tribunal criado em 1233, pelo papa Gregório IX e extinto já com o nome de Tribunal do Santo Ofício, em 1821. Sua função era julgar e punir os hereges, isto é, as pessoas cujas atitudes eram desaprovadas pela Igreja. Tornou-se, também, parte de um movimento político-jurídico (ARRUDA, 1980).

crescente onda do absolutismo⁹ na Europa, argumentando que tal comportamento, no limite, poderia justificar a morte do rei, pelo povo. Em razão dessas ideias polêmicas o livro foi, oficialmente, queimado em Paris¹⁰, sob a suspeita de ter influenciado o assassinato dos reis franceses Henrique III e Henrique IV (ROTHBARD, 1995).

O padre Mariana é considerado um pensador da Segunda Escolástica, um movimento composto por teólogos e juristas que lecionaram na Universidade de Salamanca, na Espanha, por volta do século XVI, apesar de Mariana nunca ter estudado em Salamanca. Essa escola de pensamento exerceu grande influência na Idade Média e foi crucial para o desenvolvimento dos estudos nos campos do Direito e da Economia (CARVALHO, 2021).

A Segunda Escolástica¹¹ foi uma escola de pensamento que também exerceu grande influência na Idade Moderna, sobretudo nas áreas do Direito e da Economia, e que tem como base moral a dialética aristotélica, o tomismo e a Doutrina Católica. Fundamentos esses que estão contidos no pensamento de Juan de Mariana. Por esta razão, ele é considerado como pertencente à Segunda Escolástica. (CHAFUEN, 2019)

A personalidade crítica e combativa, aliada ao seu compromisso com a verdade, levaram Mariana a manter posições filosóficas e políticas que destoavam do pensamento da época, já que questionava a origem divina da autoridade e as políticas econômicas do momento (ROTHBARD, 1995). No entanto, seu prestígio intelectual e seus muitos contatos lhe permitiram superar as dificuldades. O filósofo espanhol Jaime Balmes descreve essa personalidade autêntica de Mariana:

A impressão geral que Mariana passa é única: um teólogo completo, um perfeito scholar em latim, um profundo conhecedor de grego e de línguas orientais, um brilhante homem das letras, um estimável economista, um político de grande presciência; isso é só sua cabeça; adicione a isso uma vida impecável, uma moralidade austera, um coração que não conhece a falsidade, incapaz da lisonja, que bate fortemente ao mero nome 'liberdade', como aquele dos ferozes republicanos da Grécia e de Roma; uma voz firme e intrépida, que se levanta contra todos os tipos de abuso, sem qualquer consideração pelo grande, sem estremecer quando se dirige a reis; e considere que tudo isso se ajuntou em um homem que mora em um pequeno cubículo dos jesuítas de Toledo, e você certamente encontrará um conjunto de virtudes e detalhes que raramente se coincidem em uma única pessoa. (BALMES, 1949: 78-79).

Para Balmes (1949), Mariana possuía, portanto, virtudes ímpares que dificilmente poderiam ser encontradas em pessoas comuns. No Quadro 01, são destacadas algumas das obras publicadas por Mariana e que, na atualidade, ainda incitam grandes estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento.

⁹ Forma de Governo/Estado nascido da formação dos Estados nacionais modernos onde todos os poderes ficam concentrados nas “mãos” do monarca. É a chamada centralização do poder. (ARRUDA, 1980)

¹⁰ Ressalta-se que na França se teve o modelo mais característico de absolutismo monárquico.

¹¹ Escola de Salamanca é um termo comumente utilizado para se referir ao grupo de escolásticos ibéricos do século XVI e XVII que eram, ao menos vagamente, associados com a Universidade de Salamanca. Apesar de o dominicano – e distinto tomista – Francisco de Vitória (1483-1546) ser usualmente creditado como o fundador da Escola, ela não era limitada aos teólogos dominicanos, incluindo membros de outras ordens religiosas – particularmente jesuítas – também providenciando contribuições significativas para o desenvolvimento das ideias e da influência intelectual de Salamanca (ALVES; MOREIRA, 2010: 1).

3.1.1 As principais obras de Juan de Mariana

Quadro 01 – Obras publicadas por Juan de Mariana

N.	Ano	Título
01	1592	<i>Historia general de España</i> ou História geral da Espanha
02	1598	<i>De rege et regis institutione</i> ou Sobre o rei e a instituição real
03	1599	<i>De ponderibus et mensuris</i> ou Sobre pesos e medidas
04	1609	<i>De adventu Jacobi apostoli in Hispania</i> ou Sobre a vinda do apóstolo Santiago à Espanha
05	1609	<i>Pro editione vulgata</i> ou Sobre a edição vulgata
06	1609	<i>De spectaculis</i> ou Sobre os espetáculos
07	1609	<i>De monetae mutatione</i> ou Sobre a alteração da moeda
08	1609	<i>De die mortis Christi</i> ou Sobre o Dia da morte de Cristo
09	1609	<i>De annis arabum</i> ou Sobre os anos árabes
10	1609	<i>De morte et immortalitate</i> ou Sobre a morte e a imortalidade

Fonte: ÁLVAREZ (2017: 58-59).

Observam-se, portanto, que o padre Juan de Marina deixou-nos como legado um importante conjunto de obras que além de refletirem o momento histórico vivido por ele, tratam de diferentes temas relacionados à Igreja e às ações do Estado espanhol absolutista.

3.2. O TRATADO E DISCURSO SOBRE A MOEDA DE VELLÓN E AS CRÍTICAS DE JUAN DE MARIANA À ATUAÇÃO DO ESTADO ESPANHOL

A obra de Juan de Mariana, analisada neste estudo, é o Tratado e discurso sobre a moeda de *Vellon*, também conhecido pelo seu título original publicado, em 1609, “*De monetae mutatione*”, em português “Sobre a alteração da moeda”. Trata-se de uma obra de cunho político e econômico, destinada ao rei espanhol, membros da corte e, também, à população espanhola. O “Tratado” foi originalmente publicado em latim e depois traduzido para o castelhano pelo próprio autor. Na obra, Mariana faz uma denúncia à política monetária do rei da Espanha, Filipe III, quanto à prática de desvalorização da moeda, por meio da alteração na sua liga destacando os danos que esta política monetária causava ao País e à sociedade (ROTHBARD, 1995).

Esta política foi praticada pelo Estado espanhol, devido aos grandes gastos nas guerras prolongadas e à outras dificuldades enfrentadas pelo Reino da Espanha, que levaram o País a enfrentar uma forte escassez de moeda. Assim, o Rei Filipe III, interessado em

liquidar a dívida pública causada pela crise, praticou esta política de desvalorização da moeda por meio da alteração da sua composição havendo, assim, a substituição da moeda *Maravedí* pela moeda de *Vellon*. O *Maravedí* era a moeda utilizada pela Espanha nesse período composta de uma mistura de cobre a prata, tendo um valor mais estável. A decisão do reino resultou na retirada da prata da liga com o cobre, triplicando, desta forma, a oferta de moeda de cobre originando, assim, a moeda de *Vellon*, de cobre puro, ao dobro do valor. (ROTHBARD, 1995). Para Valdéon (2014), o período pode ser descrito da forma que segue:

Houve crise no século XVII e crise gravíssima, sobretudo no que se refere à economia e à circulação monetária. Para fazer frente aos gastos públicos cada vez maiores, o erário prestou-se a cunhar moeda de cobre em quantidades cada vez maiores que serviam essencialmente o mercado interno. Primeiro utilizou-se uma mistura de prata e cobre – a que se chamou *calderilla* – depois, em 1599, autorizou-se a cunhagem do *vellón* de cobre puro, que foi retirado pela casa da moeda em 1603 para voltar a ser cunhado ao dobro do valor oficial. Em 1617, retomou-se a cunhagem e só se a suspendeu definitivamente em 1626 quando Castela estava já inundada de moedas sem valor. Calcula-se que, até 1640, 92% das moedas que circulavam por Castela eram moedas de cobre puro; em 1660-1680 representariam pouco menos de 95%. Uma inflação de tamanhas proporções tinha que trazer consequências dramáticas para a economia (VALDÉON, 2014: 148).

O padre Mariana observou a época, que com o aumento na oferta de moeda, os preços dos produtos aumentavam significativamente e esse aumento representava um tipo de imposto oculto que afetava a população, em geral, principalmente os mais pobres (ROTHBARD, 1995). Apesar de não utilizar essa expressão, esse efeito observado pelo jesuíta é o que hoje é chamado de inflação dos preços¹² (CARVALHO, 2021).

O “Tratado” foi mal recebido pela corte. Tanto é que o rei ordenou que a obra fosse retirada de circulação e condenou Mariana, que na época tinha 73 anos, à prisão sob a acusação de lesa-majestade. Apesar disso, o Papa Paulo V recusou-se a puni-lo e quatro meses depois Mariana foi libertado. Após sua morte, aos 88 anos, a Inquisição Espanhola fez uma série de modificações, alterando páginas e removendo o conteúdo considerado ofensivo, fazendo com que essa importante obra caísse no esquecimento. No entanto, ela foi redescoberta no século XIX e se tornou um clássico espanhol (ROTHBARD, 1995). Conforme explica Moore (1948), Mariana permaneceu na prisão num período de 4 meses a um ano, seus escritos nunca foram devolvidos, além de ter sido ameaçado pela Inquisição apesar de se encontrar em idade avançada.

3.2.1. ANÁLISE DO TRATADO E DISCURSO SOBRE A MOEDA DE VELLON

Nesta seção optou-se por apresentar os dados qualitativos referentes aos principais dados que compõem os 13 capítulos do “Tratado”, um a um, para que se tenha uma compreensão mais próxima das ideias apresentadas por Mariana, no que refere ao

¹² A inflação pode ser definida como o aumento generalizado dos preços, resultando em uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. É um fenômeno monetário, e isso coloca uma questão básica: se é a expansão da oferta de moeda que tem efeito inflacionário ou se ela ocorre como resposta à maior demanda de moeda provocada pela inflação. A inflação pode ser resultado de fatores estruturais como a inflação de custos; monetários, inflação de demanda ou de uma combinação de fatores. No entanto, independentemente da causa inicial do processo de elevação dos preços, a inflação adquire autonomia suficiente para se auto alimentar por meio de reações em cadeia, ou seja, a elevação de um preço levando à elevação de vários outros. (SANDRONI, 1999).

comportamento do Estado espanhol e à política monetária praticada pelo mesmo. O “Tratado” é composto de 13 capítulos

No primeiro capítulo, intitulado “Se o rei é senhor dos bens particulares de seus vassallos”¹³, Mariana discute os limites do poder real em relação à propriedade privada dos cidadãos e alerta os riscos da concentração excessiva de poder. O autor defende que o rei é um administrador dos bens, mas não detentor de sua posse e que muitos engrandecem o poder real a fim de obter favores e aumentarem suas riquezas, enquanto outros acreditam que isso beneficia o reino. No entanto, essa é uma visão completamente equivocada, segundo Mariana, pois ultrapassar esse limite além da razão e da justiça pode levar à tirania, comprometendo assim a propriedade privada. Para Mariana, a tirania pode ser definida da seguinte forma:

O tirano é aquele que pisoteia tudo e mantém tudo como seu, ao contrário, o bom rei, restringe seus desejos dentro dos termos da razão e da justiça, governa indivíduos particulares e seus bens e não os mantém como seus nem os apreende, exceto nos casos que lhe são dados pelo mesmo direito. (MARIANA, 1987: 33)¹⁴

No segundo capítulo, “Se o rei pode impor tributos a seus vassallos sem o consentimento do povo”¹⁵, o jesuíta argumenta que não é lícito o rei impor novos impostos sem o consentimento do povo, exceto em casos de extrema necessidade. Caso contrário, isso significaria apropriação ilícita dos bens privados da população. Mariana utiliza como base a bula papal *Coena Domini* publicada, em 1363, pelo Papa Urbano V, que prevê excomunhão ao rei que apropriar-se dos bens privados dos vassallos, sem a aprovação das cortes. Mariana utiliza-se dos seguintes argumentos:

Digo então que é uma doutrina muito clara, sã e verdadeira que nenhum novo imposto pode ser cobrado sem a vontade daqueles que representam o povo. Isto é provado pelo que acabamos de dizer, que se o rei não é senhor dos bens privados, ele não pode apropriar-se dela, total ou parcialmente, exceto pela vontade daqueles que a possuem (MARIANA, 1987: 36).¹⁶

No terceiro capítulo: “O rei não pode alterar o peso da moeda ou da lei sem a vontade do povo”¹⁷, como o próprio título diz, Mariana explica as razões do rei não poder desvalorizar a moeda sem o consentimento do povo, e que isso representaria uma espécie de imposto oculto. Porém, Mariana também reconhece que em casos de guerra ou cerco o rei pode fazer alterações na moeda, mas com a condição que essa mudança seja de curta duração e, passada tal situação, sejam restituídos os danos aos interessados, no caso o povo.

No quarto capítulo, “Dos valores que tem a moeda”, Mariana apresenta dois tipos de valores da moeda: o valor intrínseco – valor natural de mercado da moeda, que depende da qualidade do peso do metal – e o valor extrínseco – valor legal da moeda, ou seja, que o rei

¹³ No original “*Si el rey es señor de los bienes particulares de sus vassallos*”.

¹⁴ Tradução dos autores. No original: “*El tirano es el que todo lo atropella y todo lo tiene por suyo; el rey estrecha sus codicias dentro de los términos de la razón y de la justicia, gobierna los particulares, y sus bienes no los tiene por suyos ni se apodera de ellos sino en los casos que le da el mismo derecho*” (MARIANA, 1987:33).

¹⁵ Tradução dos autores.

¹⁶ No original: “*Digo pues que es doctrina muy llana, saludable y cierta que no se pueden poner nuevos pechos sin la voluntad de los que representan el pueblo. Esto se prueba por lo que acabamos de decir, que si el rey no es señor de los bienes particulares, no los podrá tomar todos ni parte de ellos sino por voluntad de cuyos son*”.

¹⁷ No original: *El rey no puede bajar la moneda de peso o de ley sin la voluntad del pueblo*.

lhe atribui. É justamente este valor extrínseco que Mariana critica, pois para o autor, essas alterações na moeda provocam um fenômeno monetário que hoje é conhecido como inflação: Mariana afirma que: “[...] se o valor legal do dinheiro cai, todas as mercadorias sobem sem remédio, na mesma proporção em que a moeda foi depreciada, e tudo sai em uma conta” (MARIANA, 1987: 46).¹⁸

No quinto capítulo, “O fundamento da contratação é a moeda, o peso e a medida”¹⁹ Mariana defende que o peso e a medida são as bases da unidade monetária e que a moeda deve ser estável, pois caso contrário, se tem confusão e incerteza nos negócios. Neste aspecto afirma Mariana: “[...] assim como o alicerce do edifício deve ser firme e estável, os pesos, as medidas e o dinheiro não devem ser alterados para que todo o comércio não balance e se torne confuso” (MARIANA, 1987: 47).²⁰

No sexto capítulo, “Das muitas vezes que baixaram a moeda,”²¹ Mariana apresenta uma análise sucinta sobre a história monetária, utilizando-se de exemplos históricos que perpassam desde a antiguidade clássica romana até as monarquias cristãs de sua época. O objetivo foi reforçar a ideia de que é de extrema importância a manutenção da estabilidade da moeda nos países, alertando para os riscos históricos de sua desvalorização.

No sétimo capítulo, “Os inconvenientes de cunhar esta moeda”²², o autor reforça as ideias já discutidas no capítulo anterior, com base em fatos históricos. O diferencial é que neste capítulo, Mariana se utiliza de argumentos mais técnicos, ao mesmo tempo, em que elenca as comodidades que a estabilidade da moeda traz consigo, enfatizando o fato desta estabilidade da moeda induzir a poupança e reduzir o custo de transporte dessa moeda - pelo fato de menos moeda ter menos peso. Outro elemento destacado relaciona-se à garantia de que a moeda não sairá do país ficando, portanto, uma grande quantidade dela disponível para o comércio interno.

No oitavo capítulo, “Houve em Castela *maravedís* de muitas maneiras”²³, aborda a história dos diferentes tipos de *maravedís* que circularam em Castela e seus valores ao longo do tempo, ressaltando como o *maravedí* foi se desvalorizando ao longo da história. Inicialmente esta moeda era composta por ouro, posteriormente passou-se à prata que, ao longo do tempo, sofreu inúmeras flutuações até chegar a uma moeda desvalorizada, que passou a ser denominada moeda de *Vellón*. Essa depreciação da moeda *Maravedí* para a moeda de *Vellón* ficou também conhecida como hiperinflação castelhana.

No nono capítulo, “Os inconvenientes que resultam este trabalho”²⁴ são apresentadas, por Mariana, algumas vantagens e desvantagens da moeda de *Vellón*, contrapondo e refutando argumentos em favor dela. Para o autor, desvalorizar a prata pode ser um bom remédio para os problemas econômicos no curto prazo, porém pode levar a danos maiores e afetar negativamente o comércio em longo prazo e a economia como um todo.

No décimo capítulo, “Outros maiores inconvenientes”²⁵, Mariana continua sua análise histórica fazendo comparação das políticas adotadas pelos reis católicos anteriores até chegar a Filipe II, pai de Filipe III que reinava naquela época. Também demonstra os incômodos da

¹⁸ Tradução dos autores. No original: “[...] si baja el dinero del valor legal, suben todas las mercadurías sin remedio, a la misma proporción que abajaron la moneda, y todo se sale a una cuenta”.

¹⁹ No original: *El fundamento de la contratación es la moneda, pesos y medidas.*

²⁰ No original: “[...] es que cómo el cimiento del edificio debe ser firme y estable, así los pesos, medidas y moneda no se deben mudar, porque no bambolee y se confunda todo el comercio”. (MARIANA, 1987: 47)

²¹ No original: *Muchas veces se ha bajado la moneda.*

²² No original: *Los inconvenientes que hay en acuñar esta moneda.*

²³ No original: *Que ha habido en Castilla maravedís de muchas maneras.*

²⁴ No original: *Los inconvenientes que resultan de esta labor.*

²⁵ No original: *Otros inconvenientes mayores.*

cunhagem da moeda de *Vellón* que, segundo Mariana, seria como se o rei roubasse parte dos bens de seus súditos. Para Mariana, naquela época, diferente da medieval, o rei tinha o dever de respeitar a propriedade privada, em todas as suas formas o que inclui, portanto, a moeda e seu valor. Segundo Mariana:

“O rei não é senhor dos bens privados, nem pode tomá-la total ou parcialmente. Portanto vejamos: seria lícito que o rei entrasse nos celeiros de particulares e tomasse para si metade de todo o trigo e lhes garantisse que a outra metade deveria ser vendida pelo dobro do preço? Não creio que haja pessoa sensata que aprove isso; pois o mesmo é feito literalmente na moeda de *vellón* antiga, onde o rei toma metade apenas ordenando que o valor seja aumentado e o que valia dois agora valha quatro.” (MARIANA, 1987: 68)²⁶.

No décimo primeiro capítulo, “Se é conveniente alterar a moeda de prata”²⁷, há uma crítica às práticas e ideias do rei de resolver as necessidades financeiras do Estado nacional, no curto prazo à custa de desvantagens significativas a longo prazo. Tentar resolver as dívidas da nação espanhola alterando a moeda, era para Mariana uma atitude insensata porque se tratava de uma medida que gerava efeitos negativos reais para a economia, como a inflação. No longo prazo, as atividades comerciais reduzem e a pobreza da população aumenta. Para o autor, só seria aceitável o uso da moeda de cobre para transações comerciais pequenas. Pela lei natural, a melhor moeda é aquela que cumpre suas funções de facilitar o comércio.

O décimo segundo capítulo, “Sobre a moeda de ouro”²⁸, Mariana prossegue com a abordagem teórica e histórica, dando ênfase às diferentes leis estabelecidas em relação à qualidade e ao valor do ouro, em diferentes períodos. Evidencia, ainda, como essas mudanças afetaram o comércio e a economia, especialmente com a chegada de ouro das Índias Ocidentais.

No décimo terceiro e último capítulo “Como se pode atender as necessidades do reino”²⁹, Mariana oferece soluções para os problemas financeiros da corte. Entre as medidas apontadas pelo autor, se destacam: a redução de privilégios; diminuição dos gastos da casa real e a imposição de taxas sobre mercadorias de luxo. Os argumentos são de tais medidas seriam capazes de gerar receita adicional ao Estado espanhol, sem impor um fardo significativo à população. Ou seja, a política econômica indicada por Mariana seria a redução dos gastos, sobretudo do Estado, incluindo os dispêndios em guerras desnecessárias, a corrupção e o desperdício de recursos por parte dos funcionários do governo. Para moralizar o serviço público, Mariana propôs medidas para responsabilizar os funcionários, por seus atos. O autor conclui ressaltando a importância de o rei governar com sabedoria e responsabilidade, buscando o bem-estar do reino acima de interesses pessoais ou ganhos imediatos. Assim, diante de um problema econômico real, o correto seria a adoção, pelo rei, de mudanças reais

²⁶ Tradução dos autores. No original: *El rey no es señor de los bienes particulares ni se los puede tomar en todo ni en parte. Veamos pues, ¿sería lícito que el rey se metiese por los graneros de particulares y tomara para sí la mitad de todo el trigo y los quisiese satisfacer en que la otra mitad la vendiesen al doble que antes? No creo que haya persona de juicio tan estragado que esto aprobase; pues lo mismo se hace a la letra en la moneda de vellón antigua, que el rey se toma la mitad, con solo mandar que se suba el valor y lo que valía dos valga cuatro.* (MARIANA, 1987: 68)

²⁷ No original: *Si convendrá alterar la moneda de plata.*

²⁸ No original: *De la moneda de oro.*

²⁹ No original: *Cómo se podría acudir a las necesidades del reino.*

na administração pública. No Quadro apresentam-se, resumidamente, as ideias defendidas por Marina, no “Tratado”.

Quadro 02 – Principais ideias defendidas por Juan de Mariana na obra “Tratado”

Assunto	Posicionamento
Estado	Em oposição à visão predominante da época, marcada pela hegemonia do absolutismo, Juan de Mariana defendia que o Estado deveria estar sujeito às leis da Igreja Católica.
Rei	Para Juan de Mariana, o rei deveria governar respeitando as leis naturais e os direitos de propriedade, subordinado aos princípios da justiça e à moralidade decorrentes da doutrina Católica, sem abusar de seu poder. Governando em benefício do bem comum, sempre evitando atos tirânicos que prejudicassem o povo ou favorecessem apenas seus próprios interesses.
Propriedade privada	Juan de Mariana argumenta que propriedades privadas são geridas com mais eficiência do que as comunais, usando como exemplo a ordem jesuítica, onde os bens compartilhados tendem a ser mais gastos e desperdiçados do que os bens privados.
Impostos e intervenção Estatal	Segundo Mariana, o Rei não tem o direito de aumentar os impostos sem consentimento do povo ou causa justa, exceto em situações de extrema necessidade, como em tempos de guerra. Caso contrário tal prática estaria violando os direitos de propriedade dos cidadãos, e o rei poderia ser punido.
Aumento da oferta monetária de moeda na Economia	Juan de Mariana condenava a prática de aumentar a quantidade de moedas na economia por meio da criação de moedas de menor valor ou da adulteração de sua composição metálica. Ele acreditava que isso resultaria em efeitos negativos, como a inflação. Tal desvalorização da moeda é comparada a um roubo direto das propriedades dos súditos, uma violação dos direitos de propriedade.
Importância da moeda Forte	Segundo o autor, uma moeda forte e estável é fundamental para o comércio e os contratos, sendo a base de uma economia próspera e justa.
Solução para crises econômicas	O jesuíta propõe em seu tratado soluções para as crises a fim de equilibrar as dívidas públicas,

	como evitar guerras, reduzir os gastos públicos, taxar bens de luxo, moderar a concessão de benefícios aos funcionários reais e extinguir os monopólios.
--	--

Fonte: Chaffuen (2014); Mariana (1987); Rothbard (1995).

A análise da obra nos permite observar a defesa, por Mariana, da propriedade privada e dos direitos políticos e a crítica ao excessivo intervencionismo do Estado espanhol absolutista e à sua conseqüente tirania. Esses princípios predominaram o pensamento iluminista europeu durante o século XVII, especialmente com John Locke e nos séculos XVIII e XIX, com Adam Smith e David Ricardo, respectivamente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "Tratado e discurso sobre a moeda de *Vellón*", de Juan de Mariana, publicado em 1609, traz não somente críticas e soluções acerca das políticas monetárias do Rei Filipe III da Espanha, mas também uma defesa da propriedade privada e de alguns direitos do povo. Essa obra se configura não apenas como uma análise econômica, mas como uma reflexão profunda sobre a responsabilidade do governante e os direitos dos governados. Mariana denuncia a desvalorização da moeda, que na época foi adotada pelo reinado de Filipe III, como solução para as dívidas do Estado espanhol. Para o autor, isto representava um imposto oculto que afetava desproporcionalmente a parcela mais pobre da população.

Segundo Mariana, esta política monetária de desvalorização da moeda comprometia no longo prazo, os direitos de propriedade, as atividades econômicas e, sobretudo, colocava em risco a credibilidade das instituições. O jesuíta observou o fenômeno da inflação dos preços e defendeu a necessidade de uma moeda estável, levantando questões econômicas que permanecem relevantes até os dias atuais. Sua crítica ao intervencionismo estatal e à tirania fornece uma base ética para a defesa dos direitos individuais, reforçando a ideia de que o verdadeiro propósito do governo deve ser o bem-estar da população.

A visão de Mariana sobre a moeda forte como base do comércio e dos contratos ressalta a importância de uma gestão monetária ética e responsável. Mariana revela uma postura contrária à intervenção do Estado na alteração do valor da moeda, alertando para os males decorrentes dessa prática, como a instabilidade econômica e o empobrecimento da população.

Além de criticar, o autor oferece soluções para as crises enfrentadas na época pela Espanha, como a boa gestão do patrimônio público, a redução de gastos, a taxação de bens de luxo e o corte de privilégio e regalias da corte. Ademais, Mariana enfatiza a necessidade de uma moeda forte e estável, identifica os riscos de uma política monetária irresponsável e questiona a moralidade das decisões governamentais que visam benefícios imediatos à custa do bem-estar social. Em um contexto contemporâneo, seus escritos ecoam a relevância das questões éticas na economia, especialmente em tempos em que a manipulação monetária persiste como uma ferramenta política. O "Tratado" de Juan de Mariana antecipa conceitos que se tornaram fundamentais no campo da economia e do direito moderno e influencia diretamente pensadores do Iluminismo, como John Locke, Adam Smith e David Ricardo, além de contribuir para o advento do liberalismo.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, À. F. **La Escuela Española de Economía – Parte 1.** Escuela Española de Economía de los siglos XVI y XVII. Espanha: Unión Editorial, 2017.
- ALVES, A. A; MOREIRA, J. M. **The Salamanca School.** Nova York: Bloomsbury. 2013.
- ARRUDA, J. J. **História moderna e contemporânea.** 12. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- BALMEZ, Jaime. **Verdadera idea del valor o reflexiones sobre el origen, naturaleza y variedad de los precios.** Madri: Obras Completas, 1949.
- BEAUD, M. **História do capitalismo:** de 1500 aos dias atuais. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRUE, S. L. **História do pensamento econômico.** 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- CARVALHO, S. H. N. de. A Escola de Salamanca e sua teoria quantitativa da moeda. **Revista Cadernos de Campo.** Araraquara, n.31 (p. 263-292), 2021.
- CHAFUEN, A. A. O Pensamento Econômico de Juan de Mariana. **Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics.** Mises, n. 1. p. 155-161. 2014.
- CHAFUEN, A. A. **Fé e liberdade:** o pensamento econômico da escolástica tardia. São Paulo: LVM, 2019.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico:** de Lao Zi a Robert Lucas. São Paulo: Atlas, 2007.
- FERES JUNIOR, J. **Teoria política e história do pensamento:** uma reavaliação da obra de Juan de Mariana. (162f). Dissertação (Mestrado) em Filosofia. Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** 18 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** Brasília: Senado Federal, 2019.
- MARIANA, J. de. **Discurso de las cosas de la compañía.** Biblioteca de Autores Españoles, 31 Madrid: Atlas, 1950.
- MARIANA, J. de. **Tratado y discurso sobre la moneda de vellón.** Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1987.

MISES, L. V. Sobre a alteração da moeda – Parte 1. **Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**. Vol. II, n. 1. p.163-181. 2014.

MOORE, G. A. **The King and the Education of the King**. Country Dollar Press, 1948.

ROTHBARD, M. N. **Economic Thought Before Adam Smith**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1995.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

VALDÉON, J. **História de Espanha**. Portugal: Edições 70, 2014.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

ROBERTO SIMONSEN: O PLANEJAMENTO E A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO¹

Israel Rodrigues Pereira²

Rosalina Lima Izepão³

ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

Os temas planejamento e industrialização no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro tem incitado muitos estudos. Neste contexto, a conhecida controvérsia Simonsen *versus* Gudin, ocorrida na década de 1940, se faz bastante atual. De um lado, tinha-se a defesa do planejamento como instrumento de ação do Estado para viabilizar a industrialização do Brasil e do outro a defesa do liberalismo e do setor agrícola. O objetivo do presente artigo é apresentar algumas das contribuições pioneiras de Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) ao planejamento governamental, visando a industrialização do País. Trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva. Os resultados do estudo mostraram que Simonsen foi um homem à frente do seu tempo. De um lado deu importantes contribuições ao movimento industrialista brasileiro, por meio da produção teórico-intelectual, entre as quais se destacam estudos publicados nas áreas de História Econômica e do planejamento governamental brasileiro. Do outro, se tem as ações práticas ligadas ao empresariado nacional, resultando na criação de importantes instituições em defesa da indústria brasileira, às quais podem ser citadas: CIESP, FIESP, SENAI e SESI. Destacam-se, ainda, sua atuação política, como deputado e senador, além de influente empresário e banqueiro. Ademais, a famosa controvérsia Simonsen x Gudin contribuiu de forma significativa para o avanço tanto do uso do planejamento como instrumento de ação do Estado, quanto para que o Brasil se tornasse um país industrializado nas décadas subsequentes.

Palavras-chave: Simonsen. Planejamento e Industrialização. Desenvolvimento Brasileiro.

ABSTRACT

Planning and industrialization are key issues in the Brazilian economic development model that have prompted a great deal of research. In this context, the well-known controversy between Simonsen and Gudin during the decade of 1940 remains relevant. On one side was the advocacy for economic planning as a means of state action to facilitate industrialization in Brazil, while on the other side was the defense of liberalism and the agricultural sector. This paper aims to present some of the pioneering contributions of Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) to government planning, proposing industrialization for the country. This study constitutes a descriptive bibliographic review. The results indicate that Simonsen was indeed ahead of his time. Firstly, he contributed to Brazilian industrialism through his theoretical work, particularly in the areas of Economic History and government planning. Secondly, his active involvement with the national business community led to the establishment of important institutions for Brazilian industry, including CIESP, FIESP, SENAI, and SESI. Additionally, he played a significant political role as a congressman and senator, as well as being an influential businessman and banker. Furthermore, the controversy between Simonsen and Gudin not only advanced planning as a means of state action but also contributed to Brazil's industrialization in the following decades.

Keywords: Simonsen. Planning and Industrialization. Brazilian Development.

JEL: P10

¹ Projeto Institucional de Iniciação Científica (PIC) – UEM.

² Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá – ra124405@uem.br.

³ Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – rlizepao@uem.br.

INTRODUÇÃO

A formação social e econômica do Brasil é bastante particular, o que fez com que o sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira criasse uma alegoria metafórica para representar essa realidade. Segundo este autor, o Brasil é um ornitorrinco, um animal estranho, cuja evolução não apagou seus traços primitivos (OLIVEIRA, 2003). Essa comparação do autor acontece porque o Brasil é uma nação que se fundou na contradição, é um país que no atual estágio é uma sociedade que tem no mesmo corpo, várias idades da evolução. Trata-se de uma formação tão contraditória e peculiar que desde os tempos coloniais até a atualidade gerou uma farta produção teórica, além de diversas interpretações sobre estes diferentes brasis. Assim, têm-se, também, os brasis de Gilberto Freyre e de Darcy Ribeiro (FREYRE, 1968; RIBEIRO, 1995).

Estudos como estes e outros anteriores auxiliaram na construção do pensamento econômico brasileiro e nas proposições a respeito de possíveis soluções para as mazelas do País. Da mesma forma, buscavam-se o aproveitamento das potencialidades brasileiras, com o objetivo de colocar o Brasil entre as potências econômicas mundiais. O instrumento primordial para que isso acontecesse seria a industrialização, tema que passou a ser recorrente a partir dos anos 1930, no Brasil. Afinal, no século XX, o capitalismo nacional encontrava-se atrasado em relação às economias capitalistas centrais.

Desencadeava-se, assim, nos anos 1940, uma forte controvérsia entre os defensores de um Brasil liberal agrícola e os defensores de um Brasil industrializado, apoiado pelo Estado. Um dos casos notórios a este respeito foi a denominada “Controvérsias do planejamento da economia brasileira”, caracterizadas pelo longo e contundente debate entre Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) e Eugênio Gudin Filho (1886-1986). O primeiro era defensor da industrialização, do planejamento governamental e do intervencionismo estatal visando o desenvolvimento brasileiro, enquanto o segundo, liberal e defensor do setor agrícola. Roberto Simonsen está entre os principais autores clássicos, conhecidos como “Interpretes do Brasil”. Suas ideias e ações práticas devem ser estudadas quando se trata dos temas industrialização brasileira e planejamento governamental.

Neste sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar algumas das contribuições pioneiras de Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) ao planejamento governamental, visando a industrialização do País. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa que pode ser caracterizada como bibliográfico-descritiva. O que se pretendeu foi saber, nos caminhos acadêmicos e profissionais traçados por este industrialista, suas contribuições ao País. O escopo da análise foi, portanto, somente a corrente que defendia a industrialização, da qual Simonsen era integrante, embora se saiba da existência de grupos contrários.

O artigo encontra-se estruturado em 4 seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira seção mostram-se alguns traços do homem por trás do pensamento e das ações; na segunda apresentam-se os aspectos teórico-históricos do seu pensamento e de sua ação. Ainda nesta seção destacam-se alguns aspectos do antiliberalismo de Simonsen. Na terceira seção evidenciam-se os argumentos de Simonsen em defesa do planejamento e da industrialização do Brasil, enfatizando-se, na mesma seção, o conhecido debate ocorrido na década de 1940, entre Simonsen e Gudin. Na quarta seção apresentam-se algumas ressalvas aos traços característicos da trajetória acadêmica, empresarial e pública de Simonsen.

1 O HOMEM POR TRÁS DO PENSAMENTO E DAS AÇÕES

Roberto Cochrane Simonsen nasceu em 18 de fevereiro de 1889. Os seus pais eram Robertina da Gama Cochrane, uma brasileira de origem judaica, de uma tradicional família que em sua composição possuía engenheiros, militares, diplomatas e altos funcionários do Governo. O seu pai, Sidney Martin Simonsen, um bancário londrino, que aos 25 anos veio ao Brasil para ser gerente de um banco inglês. A família de Simonsen possuía grande aporte financeiro e pertencia à elite brasileira, o que lhe garantiu a possibilidade de estudar nos melhores colégios e obter primorosa formação acadêmica primorosa. Escolheu a profissão de Engenheiro Civil para seguir, a mesma do avô materno, o também Engenheiro Wallace Cochrane (FEA/USP, S.d).

Aos 21 anos, Simonsen formou-se em Engenharia Civil, com distinção e louvor, pela Escola Politécnica de São Paulo. No mesmo ano, isto é, 1909 iniciou sua carreira profissional na gigante empresa *Southern Brazil Railway Company*, uma multinacional do transporte ferroviário. Tornou-se, também, Diretor Geral de Obras da Prefeitura de Santos e Engenheiro-Chefe da Comissão de Melhoramentos do Município. Aos 23 anos, casou-se e teve 4 filhos. Em 1912, após ter-se exonerado do cargo da prefeitura de Santos, fundou seu primeiro empreendimento comercial, em conjunto com um grupo de investidores, a Companhia Construtora de Santos, que chegou a ter vários empreendimentos auxiliares, tais como: a Companhia Santista da Habitação Econômica e a Companhia Brasileira de Calçados, além de outras de menor porte. O ponto particular de todos os seus empreendimentos foi o seu desejo de por em prática o método taylorista⁴ de racionalização do trabalho, isto é, o *scientific management* (LIMA, 1976).

Em 1916, Simonsen fundou e presidiu um sindicato patronal de construtores e de industriais cujo objetivo central era ofertar assistência tanto aos empresários, quanto aos operários da indústria e da construção civil da cidade de Santos, por nome “Centro dos Construtores e Industriais de Santos”. Em 1919, participou da Conferência Internacional do Trabalho em *Washington* (EUA) e, neste período, estreitou suas relações com João Pandiá⁵, historiador e homem público que o nomeou membro da Missão Brasileira que visitou o parque industrial britânico, para obter conhecimentos sobre a experiência industrial inglesa, berço da indústria moderna, na intenção de que esta experiência pudesse dar alguns ensinamentos para a construção e fortificação do ainda incipiente parque industrial brasileiro. Dois anos depois, em 1921, assinou um convênio entre o Governo Federal e a sua Construtora, para a construção de quartéis no Brasil. Entre eles, destacam-se os de Pirassununga, em São Paulo; Campo Grande, em Mato Grosso do Sul e Joinville, Santa Catarina. As obras foram entregues no prazo e com qualidade inquestionável. Em 1928, participou da criação do Centro das Industriais de São Paulo (CIESP) (LIMA, 1976).

No contexto da chamada “Revolução de 30”⁶, que pôs fim à hegemonia da elite agrícola, sobretudo ligada ao setor cafeeiro e depôs o então presidente da República, Washington Luís, permitindo que Getúlio Vargas ascendesse à presidência em seu lugar, Simonsen por meio da sua empresa bancária Murrey, Simonsen & Cia LTDA foi um agente financeiro intermediário do grupo norte americano *Lazard Brother's*, que efetuou empréstimos para a lavoura cafeeira,

⁴ Teoria criada pelo engenheiro norte americano Frederick Taylor (1856 – 1915), por meio da qual se organiza hierarquicamente e de maneira sistematizada uma atividade específica do setor produtivo, de modo a obter dos trabalhadores, o cumprimento da tarefa, em menor tempo possível, premiando os que mais se destacam. O objetivo é privilegiar e ampliar a acumulação de capital.

⁵ João Pandiá Calógeras foi engenheiro, geólogo, deputado federal e Ministro da Agricultura, Comércio e Minas de Energia, em 1914, Ministro da fazenda em 1916 e Ministro da Guerra durante a presidência de Venceslau Brás (1914 – 1918), portanto, durante o período em que ocorreu a I Guerra Mundial.

⁶ Sobre a Revolução de 30 ver Fausto (2007).

fragilizada após a crise econômica de 1929. Em razão disto, Simonsen foi preso e acusado de atuar contrariamente aos interesses nacionais. Após quinze dias foi libertado, por falta de provas e foi “isento de culpa e pena” (VIEIRA, 1987:49 apud ROMPATTO, 2011).

Simonsen foi ainda apoiador da Revolução Constitucionalista de 1932, isto é, um levante das elites oligárquicas paulistas contra a gestão administrativa do presidente Getúlio Vargas, onde estava em jogo, o estabelecimento de uma nova Constituinte. Em 1933, Simonsen participou da criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), instituição de ensino superior, cujo objetivo central era desenvolver estudos direcionados à compreensão do Brasil e os caminhos para o seu desenvolvimento. Além da criação da escola ter sido provocada por ele, tornou-se nela, um destacado docente, onde assumiu a cátedra inédita de História Econômica, no curso de Ciências Sociais e Políticas. Neste mesmo ano, ainda que absorvido no mundo acadêmico tornou-se presidente do Instituto Nacional de Engenharia de São Paulo e assumiu, também, um cargo no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1934, se tornou um dos quatro representantes patronais na Assembleia Constituinte (LIMA, 1976).

Entre 1933 e 1937, assumiu o cargo de deputado federal e, juntamente com Horácio Lafer, Siciliano Junior e Ranulfo Lima formaram a bancada de representação dos interesses das elites oligárquicas paulistas (GOMES, 1979). Nesse período, teve um breve e estranho flerte com o Integralismo, um movimento de extrema-direita de ideologia política de caráter nacionalista e fascista fundado por Plínio Salgado, em 1932. Participou de reuniões em São Paulo e Rio de Janeiro, por aproximadamente dois anos, auxiliando Plínio nos seus primeiros atos públicos. Anos depois, assumiu ter se arrependido de tê-lo feito,⁷ visto que reconheceu os profundos equívocos presentes no eixo principal do movimento, passando, a partir de então, de antigo simpatizante para principal combatente (CARONE, 1971).

Em 1935, após discussão acalorada com Gustavo Barroso acerca do sionismo⁸, Simonsen rompeu formal e definitivamente com a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ficou ao lado do presidente Getúlio Vargas, na esperança de obter apoio e colocar em prática suas ideias sobre industrialização no Brasil. Simonsen apontava que somente por meio da industrialização do País, seria possível o aumento da renda do operariado e a criação de uma camada média entre a burguesia industrial e o proletariado. O que além de melhorar a vida de todos, atenuaria os conflitos de classe, que eram gerados pela contradição e oposição formal e real entre o capital e o trabalho (LIMA, 1976).

Essa estratégia de Simonsen rendeu bons resultados dado que Getúlio Vargas encomendou ao Conselho Federal do Comércio Exterior para que, em parceria com alguns industriais, providenciasse um estudo sobre as possibilidades e potencialidades econômicas derivadas da implantação de uma política de salário mínimo no Brasil. O fruto deste estudo foi materializado na publicação de 1937, sob o título de “A indústria em face da economia nacional”. Em 1937, Simonsen perdeu seu mandato de deputado, em razão da ruptura política e constitucional que ocorreu após o golpe de estado aplicado pelo próprio presidente da República, Getúlio Vargas⁹, que resultou na instalação do chamado Estado Novo (1937-1945).

A ruptura foi um plano de Vargas para que pudesse continuar seu governo e, também, centralizar ainda mais o poder em suas mãos. A Constituinte de 1934 era um obstáculo porque previa eleições diretas para presidente da República em 1938. Como Vargas não poderia se candidatar à reeleição, usou a retórica alarmista ao que chamou de suposta “ameaça comunista”.

⁷ Inclusive pela aparente contradição em fazê-lo, haja vista que o Integralismo era particularmente antissemita, e a mãe de Simonsen como se sabe era judia.

⁸ Foi um movimento político que se manifestou no final do século XIX, no seio da comunidade judaica europeia, que defendia a —restauração de um Estado nacional judeu independente e soberano.

⁹ A chamada —Era Vargas teve três fases: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), uma forma de governo ditatorial. Em 1951 voltou a presidir o país, eleito pelo voto direto. Seu mandato terminou com seu falecimento, em 1954.

A ameaça era fictícia e inexistente, mas a verdade é que através desse instrumento falacioso, Vargas pode ampliar, por meio do golpe, seu poder na presidência. Para isso, o presidente usou como instrumentos, decretos como a Lei da Segurança Nacional de 1935, para finalmente executar o golpe de estado que o manteria na presidência da República até 1945. Após estes episódios, Simonsen retornou fortemente à presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), um desdobramento do CIESP, fundado por ele em 1928 (ROMPATTO, 2011).

Em 1938, o presidente Getúlio Vargas voltou-se à implementação de políticas econômicas que forjaram o modelo denominado Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que, posteriormente, seria adotado pela Comissão Econômica para América Latina e, atualmente, Caribe (CEPAL), criada 1948. Tal modelo foi dominante na política econômica do Brasil até a década de 1960, quando entrou em crise. Trata-se de um processo de industrialização caracterizado pelo desenvolvimento de uma indústria “voltada para dentro”, onde o objetivo é que a produção satisfaça as necessidades do mercado interno, isto é, que a demanda interna absorva a produção de bens e serviços da indústria nascente, de modo que não precise recorrer integralmente à importação daqueles mesmos bens e serviços, os quais consumiu, cumprindo-se resolver os problemas de dependência de capitais externos, e transferindo o centro dinâmico da economia nacional de fora para dentro, endogeneizando-o. Este modelo depende, sobretudo, de políticas governamentais que protejam a indústria nacional em relação à concorrência internacional e requer manipulações nas taxas de câmbio (SOUZA, 2008).

Durante todo esse tempo, Simonsen se manteve produtivo academicamente. No ano de 1939, já consolidado como grande intelectual, recebeu uma cadeira na Academia Paulista de Letras. Em 1942, fundou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a formar mão de obra demandada pela indústria nacional. No ano seguinte, em 1943, Simonsen viabilizou, política e economicamente, a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, capitalizando e organizando a participação do empresariado nesta tarefa. No fim do Estado Novo, ele estaria na posição de liderança da campanha pela Planificação da Economia Nacional, empreendida dentro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio (CNPIC). Com o fim do Estado Novo, em 1945, Simonsen foi eleito Senador da República pelo Partido Social Democrático (PSD), de São Paulo. Em campanha histórica, venceu ninguém menos que o artista plástico Cândido Portinari, do Partido Comunista Brasileiro (ROMPATTO, 2011).

Após o fim da segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1946, conduzido pelo industrial Euvaldo Lodi, Simonsen colaborou para criação do Serviço Social da Indústria (SESI). Atualmente, o SESI está presente em todas as unidades da federação, sob a supervisão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que inclusive é responsável pelo SENAI e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Entre outras coisas, atua nas mais variadas áreas, incluindo assistência social, cultura, lazer, educação e saúde, direcionadas aos trabalhadores da indústria, suas famílias e à sociedade (SESI, S.d). Um ano depois, em 1947, atuou na Reunião de Outubro, enquanto vice-presidente da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção e, nesta ocasião, defendeu a tese de uma espécie de plano Marshall¹⁰ latino-americano. Simonsen faleceu em 25 de março de 1948, vitimado por um ataque cardíaco, enquanto discursava na Academia Brasileira de Letras (ABL), da qual era membro desde 1930.

¹⁰ Plano Marshall ou Programa de Recuperação Europeia foi um programa de auxílio financeiro oferecido pelos Estados Unidos da América, aos países europeus de 1948 até 1951. Foi realizado por meio de assistência técnica e financeira para ajudar a recuperação dos países europeus destruídos pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Também tinha como objetivo não deixar que certos países passassem à influência do socialismo. Por esse motivo, foi uma forma de estabilizar o capitalismo na Europa Ocidental, bem como garantir a integração dos países europeus. O Plano Marshall leva o nome do general George Catlett Marshall (1880-1959), secretário do Estado dos EUA durante o governo de Henry Truman (1884-1972).

É de se impressionar que nunca houve uma desaceleração de Simonsen na sua vida política, acadêmica, profissional ou intelectual. Roberto Simonsen, sempre foi um homem produtivo, prático, objetivo e totalmente cedido e empenhado em todos os seus empreendimentos, fossem eles empresariais ou políticos.

Observa-se que ao longo da sua história de vida não houve paradas ou pausas na consecução dos seus objetivos. Do início ao fim, foi um líder defensor das ideias que acreditava e sua defesa não era apenas verbal ou retórica, mas era, especialmente, prática. Com Simonsen não bastava apenas apontar o caminho, mas, principalmente, auxiliar para que se chegasse ao destino apontado. Simonsen foi um árduo defensor do desenvolvimento do Brasil, tendo por base a industrialização planejada. Alguém que, com tantas atribuições durante toda a vida e até o fim dela, se poderia dizer que viveu várias vidas dentro de uma só. No ano do seu falecimento atuava como Senador da República, presidente da Confederação Nacional das Indústrias e Vice-presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP).

2 ASPECTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS DO PENSAMENTO E DA AÇÃO DE ROBERTO SIMONSEN

2.1 DA APOLOGIA À AÇÃO

Roberto Simonsen é um pensador dos mais importantes da história econômica do Brasil. E foi um pensador econômico bastante peculiar. Os pensadores econômicos e até mesmo os economistas modernos costumam ser pessoas que, em geral, gastam toda a vida nos estudos sobre a economia e os fenômenos econômicos, dos mais simples aos mais complexos e, na maioria das vezes, a sua atuação se resume a isso. Entretanto, existem alguns tipos infrequentes que fogem dessa tendência e, dentre estes, Simonsen se inclui. Em geral, são pessoas que durante sua trajetória tentam uma estreita conciliação entre a elaboração das teorias e a intervenção prática na realidade.

No caso de Simonsen, tratou-se de uma trajetória de muito sucesso. Fruto de sua época, em meio às transformações que a sociedade sofria, Simonsen era alguém inquieto. Um engenheiro, cujo projeto não tolerava deixá-lo apenas no papel. Pelo contrário, trabalhava para o que fora projetado fosse colocado em prática. Talvez porque os problemas do seu tempo tivessem requerido mais assertividade e diligência, do que meras postulações, fato que contribuiu para a constituição da natureza de seu caráter essencialmente pragmático. Roberto Simonsen “não somente viveu sua época intensamente, mas ainda ajudou a criá-la” (LIMA, 1976: 169).

Nota-se que Simonsen não se dedicou apenas, por meio de suas conferências e livros, a esclarecer o papel e o propósito da modernização do País, mediante a industrialização do Brasil. Ele foi, sobretudo, um verdadeiro operário das ideias que defendia. Todas as teses que elaborava eram prontamente orientadas e destinadas à execução. Simonsen fazia questão de encaminhá-las para que se cumprissem concretamente. E seu êxito foi garantido entre outras coisas pelo fato de ter sido um mestre da articulação política e da persuasão (LIMA, 1976).

O fato é que Simonsen não foi apenas um teórico, foi um teórico-prático, isto é, alguém para qual a teoria era inconcebível desacompanhada da prática. Ou seja, para Simonsen teoria e prática não eram termos rivais, mas pelo contrário, eram elementos siameses, isto é, que na hipótese de não andarem juntos seriam apenas fundamentos descartáveis. E, em sua maior missão intelectual e política que foi a viabilização da industrialização do Brasil, Simonsen além de estudá-la profundamente, buscou gerar as condições que possibilitassem tal missão, entre

elas, buscou formar pessoas devidamente qualificadas para que pudessem fazer com que esta industrialização se concretizasse (LIMA, 1976).

Roberto Simonsen, enquanto homem fiel à ação prática se destacou por ser sensível às transformações de seu tempo e às diligências que, com essas transformações, se tornaram necessárias a serem tomadas. De acordo com Souza (2008), as mudanças que ocorreram no Brasil, no início do século XX, e que tiveram grande impacto na formação da sociedade e do País, foram marcadas pela imigração europeia, pelo surgimento do setor de energia elétrica e, sobretudo, pela industrialização e a urbanização, processos que são causalmente conectados. Assim, o centro demográfico foi, aos poucos, se transferindo do campo para as cidades, levando a uma maior concentração populacional na última. E com isso surgiram novas formas de trabalho e de organização institucional e social.

Com o avanço dessas transformações que se sucediam crescentemente, o contexto social e político se tornou bastante diverso do existente. Com o fim da República Velha¹¹ (1889-1930) o modelo primário-exportador de artigos agrícolas, especialmente o café, o modelo de desenvolvimento “dirigido para fora”, como dizia Furtado¹² foi posto em xeque pelas próprias circunstâncias históricas e econômicas (IANNI, 1995). Simonsen sabia que não se poderia esperar que a economia brasileira crescesse ou que a sociedade alcançasse a modernização, a partir do setor de produção agrícola, como defendia Gudin. Simonsen não admitia aqueles que desejavam a “transformação do país num vasto cafezal” (LIMA, 1976: 162). Não porque a produção agrícola fosse ruim ou os produtos agrícolas não fossem mais importantes, mas, sim, porque as mudanças faziam desse modelo econômico insustentável. Esse modelo não seria capaz de modernizar as rígidas e envelhecidas estruturas da sociedade brasileira, segundo Simonsen (2010), frutos do seu passado colonial e da ordem escravista que durante séculos foi perpetuada.

Roberto Simonsen concluiu que era necessário que o centro da economia brasileira se deslocasse do setor agrícola, para o industrial. Esse entendimento se formou a partir de suas elaborações intelectuais e teóricas, de onde surgiram obras como a “História Econômica do Brasil”, de 1937. Estudando o passado pode-se entender a origem dos problemas nacionais e se permite elaborar algumas formas para a sua resolução. Nesse sentido, Simonsen, defendia o avanço das forças produtivas no Brasil. Não há indústria, nem tampouco industrialização sem a aquisição, invenção ou desenvolvimento de máquinas, equipamentos ou plantas industriais.

No pensamento de Simonsen, mais grave do que não possuir forças produtivas existentes ou suficientes para encetar um projeto de industrialização, era o Brasil não possuir uma força de trabalho habilitada para dirigir e instrumentalizar as máquinas, as ferramentas e os equipamentos industriais. Dado o surgimento da ciência e da indústria moderna, seria complicado, para não dizer incerto, favorecer o avanço da industrialização com uma população quase integralmente iletrada. Em 1910, quase 3/4 da população brasileira não era sequer alfabetizada¹³. Simonsen sabia da direta relação que havia entre a educação e o progresso técnico e da articulação necessariamente causal entre forças produtivas e a força de trabalho. A educação e a formação técnica dos trabalhadores, ou seja, a qualificação da força de trabalho era um fator fundamental para que o projeto de industrialização fosse exitoso. Vê-se a teoria, deste modo, materializando-se, para o cumprimento da finalidade para a qual foi pensada Simonsen, a partir dos seus estudos. O Quadro 01 mostra as publicações dos estudos realizados pelo autor.

¹¹ É a denominação dada à primeira fase da República brasileira, que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930.

¹² Ver Furtado (1958).

¹³ INEP (2024).

Quadro 01 – Obras escritas e publicadas por Roberto Simonsen

N.	Ano	Título
01	1912	O município de Santos
02	1912	Os melhoramentos municipais de Santos
03	1919	Gado e a carne no Brasil
04	1919	O trabalho moderno
05	1923	Calçamento de São Paulo
06	1928	A orientação industrial brasileira
07	1930	As crises no Brasil
08	1931	As finanças e a indústria
09	1931	A construção dos quartéis para o exercito
10	1933	A margem da profissão
11	1933	Rumo à verdade
12	1934	Ordem econômica e padrão de vida
13	1935	Aspectos da economia nacional
14	1937	História econômica do Brasil (2 volumes)
15	1937	A indústria em face da economia nacional
16	1937	Discurso pronunciado na Colação de Grau dos Primeiros Bacharéis em Ciências Políticas e Sociais de São Paulo*
17	1938	Consequências econômicas da abolição da escravatura**
18	1938	Aspectos da história econômica do café
19	1939	A evolução industrial do Brasil
20	1939	Objetivos da Engenharia Nacional
21	1940	Recursos econômicos e movimentos de população
22	1940	Níveis de vida e a economia nacional
23	1941	As indústrias e as pesquisas tecnológicas
24	1942	As classes produtoras de São Paulo e o momento nacional
25	1943	Ensaio sociais, políticos e econômicos.
26	1947	O Plano Marshall e a América Latina

Fonte: elaborado pelos autores com base em Câmara dos Deputados, (S.d); FEA (S.d)

Notas: * Publicado no Jornal Correio Paulistano no dia 19 de dezembro de 1937.

**Palestra proferida na Conferência Nacional referente ao Primeiro Centenário da Abolição da Escravatura. Publicada no Jornal do Comércio em 08 de maio de 1938 e, no mesmo ano, pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. XLVII, p.257, 1938.

Assim, pode-se afirmar que não foi por mero acaso que Simonsen militou e que foi por seus esforços a criação de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social de Indústria (SESI). Esse é um exemplo representativo da sua defesa aos seus ideais e à prática.

2.2 O ANTILIBERALISMO DE ROBERTO SIMONSEN

Talvez uma das características mais importantes do pensamento de Simonsen é que ele não foi apenas um autor não liberal, mas, foi um pensador antiliberal. Existem de modo geral dois tipos fundamentais de pensadores econômicos: os liberais e os que não são liberais, que também são conhecidos como ortodoxos e heterodoxos, respectivamente. Para além de qualquer outra divergência é ponto pacífico entre os liberais, a crença demasiada na capacidade resolutive do mercado, que no seu modo de ver é a instituição mais relevante da sociedade econômica. O mercado é uma instituição constituída de leis e estas leis possuem uma natureza particular. As suas leis são universais, inalteráveis e eternas. Essa crença baseia-se em alguns

pressupostos, sem os quais o seu modelo econômico e o seu sistema lógico causal não encontra amparo e nem sustento (MACHADO, 2020).

Parte-se da ideia de numa sociedade obrigatoriamente atomizada, onde os indivíduos são juridicamente livres e iguais perante a lei. Estes indivíduos livres são portadores do direito natural à propriedade privada e, desta forma, podem perseguir seus próprios interesses, e graças a isso, à perseguição individual e utilitarista a sociedade, no seu conjunto, alcança o maior bem-estar possível. O que garante, no entanto, que a ação meramente individual, utilitarista e auto-centrada destes indivíduos, portadores de seu direito natural à propriedade privada, se realize no conjunto da sociedade como êxito particular dos objetivos de cada um desses indivíduos? A resposta é o mercado, o livre mercado (MACHADO, 2020).

O mercado tem um aparelho ou tecnologia quase inteligível a seu serviço, que ficou conhecida a partir do pensamento de Adam Smith¹⁴ como a “mão invisível”. É a mão invisível, que a partir do livre exercício das liberdades empreendedoras individuais, numa estrutura institucional que salvaguarde o inabalável direito de propriedade privada e afaste qualquer regulação ou intervenção do Estado nos mercados, garante a otimização dos recursos escassos e o alcance do máximo grau da satisfação entre os agentes econômicos e, por conseguinte, o bem-estar social melhor possível. Bastaria, portanto, assegurar o funcionamento dos mecanismos de mercado de maneira livre, sem amarras, sem ressalvas, que o próprio mercado tudo resolveria (MACHADO, 2020).

Em síntese, a teoria liberal supõe que, quando cada agente, individualmente, busca seu autointeresse, o mercado garante a equalização das inúmeras fricções entre decisões e os interesses de todos os agentes econômicos, provocando uma síntese social positiva entre os interesses *ad aeternum* conflitantes. Logo neste quadrante, se a capacidade resolutiva do mercado é imensa e suas limitações são poucas ou inexistentes tudo deve ser deixado sobre seu encargo. Ou quase tudo, porque o Estado tem funções a desempenhar, inclusive na oferta de infraestrutura, educação e segurança interna e contra ataques externos. O Sistema de Justiça deve ser garantido pelo Estado.¹⁵

O grupo dos não liberais, por sua vez, é mais diverso entre si. Mas, compartilham a incredulidade nessa imensa capacidade resolutiva do mercado. Para estes, o mercado não possui apenas virtudes, mas possui também profundas contradições quanto ao seu próprio funcionamento, e assim, é no mínimo precipitado supor que tudo pode ser resolvido via livre mercado. Dessa forma, para os não liberais o mercado não é entendido como uma instituição cujos poderes são quase infínitos, como apregoam os liberais. E se o mercado não tem condições de abarcar tudo dentro de si próprio, ou não pode se estender sobre todas as esferas e domínios da economia e da sociedade, surgem omissões e vazios que necessitam ser observados e preenchidos. O Estado é, por esse motivo, ressuscitado e sua participação e intervenção na economia é, dessa forma, reconsiderada. Ele, o Estado torna-se uma instituição equiparada ao mercado, igualmente importante, ou talvez ainda mais significativa, isso apenas no caso dos não liberais e não marxistas¹⁶.

O Estado, para os não liberais é a instituição responsável por atuar exatamente sobre as falhas, fissuras e omissões do mercado. Ao Estado cumpre o papel de ir aonde o mercado não vai, e de fazer o que o mercado não faz. O Estado, não obstante, não se resume a ser uma instituição que opera sobre as ausências do mercado, mas é dele também a vocação de ordenar

¹⁴ Economista escocês considerado “pai” da Ciência Econômica e do liberalismo econômico.

¹⁵ Ver Smith (1988), em especial o Livro Quinto.

¹⁶ Em razão dos marxistas, na medida em que são propositores de outra forma de organização social, e da destruição, portanto, do modo de produção capitalista, acreditarem que o Estado alcançará a extinção, após a destruição do próprio capitalismo. Haja vista que, o Estado segundo eles é uma instituição fundamental no capitalismo, aonde se empresta ao financiamento dos interesses das classes dominantes, ou seja, das classes burguesas.

e governar sobre o mercado. O mercado possui vastas potencialidades, e isso é notório, mas ele deve ser orientado pelo Estado, por meio do planejamento. Isto nos países capitalistas a partir da década de 1930. Essa era, também, a interpretação de Simonsen.

Essas posições são as mais frequentes no debate econômico, desde os economistas clássicos até os dias atuais. Entretanto, é importante notar que as mesmas só fazem sentido desde que entendido que são posições filosófico-políticas que tem sua razão de ser no modo de produção capitalista, de maneira que, são absolutamente estranhas a outras formas de organização social e econômica. No decorrer de toda a existência do capitalismo, enquanto modo de produção dominante, em todo o mundo perante os ininterruptos e cambiantes deslocamentos da história da riqueza do homem, cada uma dessas posições obteve, em seu momento, mais popularidade, preferência e representação no discurso e nas aplicações práticas.

No limiar da década de 1930, as nações do centro capitalista e o mundo ocidental enfrentavam graves problemas de natureza econômica, aonde as soluções que os economistas liberais ofereciam apresentavam resultados completamente insatisfatórios. Havia, portanto, um desgaste profundo do receituário do liberalismo econômico que mostrava o crescente distanciamento entre a realidade e as medidas por ele sugeridas. Aguardava-se que o mercado sozinho pudesse transpor todos os problemas enfrentados, o que não se sucedia. Esse desgaste reiterado fez com que a posição liberal, posição dominante na época, perdesse prestígio, e cedesse seu posto, lentamente, a posição não liberal.

O século XX, sobretudo em seu início foi, no geral, um período de mudança de paradigmas, extremamente marcado como um tempo de vicissitudes das estruturas e dos padrões de funcionamento da sociedade e, especialmente, da economia. Eric Hobsbawm¹⁷ nomeou o século XX como a era dos extremos¹⁸ devido às rigorosas transformações que o mundo social, político e econômico comportou. O antagonismo ideológico, os acirramentos de classes e os extremismos políticos suscitados à esquerda e à direita são as características mais expressivas desse decurso (HOBSBAWM, 1995).

Mudaram os tempos e as mentalidades também. Os novos tempos fomentaram novas formas de pensamento. No caso brasileiro, Roberto Simonsen foi um espírito sensível a essas alterações das circunstâncias, mudanças nos paradigmas e renovação das mentalidades. Simonsen, longe de dogmatismos estereis, foi um autor que pautava por fronteiras livres o seu pensamento e que acompanhava, com precisão e cuidado, as vicissitudes do mundo moderno. Foi um homem que cresceu e se educou em meio a todas essas transformações, o que de fato moldou sua mentalidade e os parâmetros pelos quais o mesmo pensava. E assim, veio a tornar-se um industrialista de primeira grandeza, um intelectual prático, de filiação à corrente industrialista do desenvolvimento econômico (LIMA, 1976).

As experiências de Simonsen, enquanto Diretor Geral de Obras da prefeitura de Santos e engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do mesmo município ou, ainda, enquanto proprietário do seu primeiro empreendimento, a Companhia Construtora de Santos lhe renderam profundos aprendizados acerca da realidade brasileira. Nessas ocasiões, teve sua visão ampliada e foi apresentado as contraditórias duas facetas do Brasil, que foram nomeadas em um artigo jornalístico publicado e escrito por ninguém menos que Joaquim Maria Machado de Assis¹⁹, qual sejam, o “Brasil oficial” e o “Brasil real”²⁰. O primeiro é o país dos

¹⁷ Eric John Ernest Hobsbawm foi um historiador de orientação marxista britânico reconhecido como um dos nomes mais importante da intelectualidade do século XX e como um dos mais importantes pesquisadores no âmbito da historiografia contemporânea

¹⁸ Que dá nome também a uma de suas principais obras e que foi publicada em 1994.

¹⁹ Escritor brasileiro, considerado por muitos críticos literários, estudiosos e leitores como o maior nome da literatura brasileira.

²⁰ Referência direta à crônica de Machado de Assis — Comentários da semana – 29 de dezembro de 1861. Disponível em: <https://www.revistaprosaveroearte.com/o-pais-real-esse-e-bom-revela-os-melhores-instintos-mas-o-pais-oficial-esse-ecaricato-e-burlesco-machado-de-assis>

privilegiados, dos abastados, dos brancos, este já conhecido por Simonsen. O segundo é o país dos miseráveis, dos pobres, dos excluídos e dos negros, inédito para alguém com a origem de Simonsen. O seu envolvimento com estas obras e construções civis foram importantes para que o fizessem reparar a extrema pobreza e a miséria na qual vivia o povo brasileiro. Se a passagem de Simonsen à frente das supracitadas obras no Brasil lhe foi, de fato, pedagógicas no sentido de o ensinarem acerca da gravidade e da extensão dos problemas nacionais. Foram, por outro lado, as suas experiências políticas e diplomáticas no exterior que o fizeram compreender o processo de industrialização, como uma possível via para a solução dos problemas nacionais. A participação de Simonsen na Missão Brasil-Inglaterra, em 1919, é um destacado exemplo a esse respeito (LIMA, 1976).

É em meio a esta longa e complexa articulação de fatos e elementos que o pensamento de Simonsen se constituiu. O tempo, isto é, a época vivida por ele incumbiu-se de condicionar em partes o seu pensamento. Seus trabalhos na prefeitura de Santos serviram para ensiná-lo sobre a natureza atrasada do Brasil. E, por fim, suas idas e vindas da Inglaterra e Estados Unidos o instruíram acerca do mundo das economias desenvolvidas e os seus dilemas. Foi nessa importância que o caráter e o ímpeto antiliberal de Simonsen foi gerado, amadurecido e formado. Para além apenas de suas experiências práticas e observações mais particulares, Simonsen apropriou-se intelectualmente de autores como *Johann Karl Rodbertus*, *Friedrich List* e *Adolph Heinrich Wagner*, por longos períodos (MAZZA, 2004). E constatou que nenhuma economia desenvolvida e próspera foi engendrada por meio da mera espontaneidade das decisões dos agentes econômicos laborando no mercado.

Pelo contrário, todos, sem exceção, casos de industrializações bem concebidas ocorreram a partir da forte participação do Estado que, pelos mais variados meios, fomentou e favoreceu a industrialização, a modernização e a sofisticação de suas economias. E assim, portanto, Simonsen concluiu que era impossível a composição entre o liberalismo econômico e processo de industrialização, numa mesma harmonia. Seu compromisso e comprometimento com o projeto de industrialização nacional, sem o qual não seria possível diminuir a pobreza, nem haveria alternativa para a modernização do País, fez de Simonsen um pensador não apenas não-liberal, mas profundamente antiliberal e defensor da participação efetiva do Estado no processo de industrialização brasileiro, tendo como instrumento o planejamento governamental.

3 A DEFESA DA INDUSTRIALIZAÇÃO PLANEJADA: O EMBATE ENTRE ROBERTO SIMONSEN E EUGÊNIO GUDIN

O maior debate de natureza essencialmente econômica da história do Brasil foi travado na primeira metade do século XX, entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O enfrentamento intelectual e teórico e, sobretudo, político entre essas duas personagens de mentes brilhantes e de inteligência excepcional produziram círculos virtuosos de discussão e reflexão sobre as questões e os dilemas nacionais. O debate se estendeu por vários anos, sem nunca ter sido findado com consenso ou convencimento por parte de algum dos oponentes. Pelo contrário, no decorrer do tempo apenas firmou-se como a maior rivalização da vida de ambos, onde cada qual representou na vida do outro, o seu principal antagonista teórico-político. As divergências e os principais pontos controvertidos da discussão gravitavam em torno da questão do crescimento e do desenvolvimento econômico brasileiro e, além disso, dos meios e instrumentos que entendiam como necessários para a consecução destes objetivos (LIMA, 1976).

Eugênio Gudin (1886-1986) foi uma personalidade importante para a economia do Brasil. Engenheiro de formação, como Simonsen, e, bem sucedido na iniciativa privada, teve

grande protagonismo acadêmico ao ser um dos primeiros difusores do estudo de economia no Brasil. E enquanto Ministro da Educação, em 1944, foi o responsável por institucionalizar o ensino da disciplina no Brasil. Além disso, Gudin representou o Brasil na conferência de *Bretton Woods*²¹ na companhia de Roberto Campos, seu discípulo e admirador. Gudin era dotado de capacidade intelectual e destacadamente relevante em todas as atividades que se envolveu. Portanto, não foi menor que Roberto Simonsen. Foi igualmente importante principalmente para aqueles que se identificam com o pensamento liberal (MAZZA, 2004).

Eugênio Gudin foi o principal propagador das ideias tipicamente liberais no Brasil. Era partidário das medidas que priorizavam o funcionamento do sistema capitalista de produção, a partir dos princípios de livre mercado. Gudin defendia a abertura da economia brasileira ao comércio internacional, a decomposição das barreiras à penetração do capital estrangeiro e, não obstante, as privatizações das empresas estatais brasileiras. Essas medidas são muito significativas a respeito da sua maneira de enxergar o sistema econômico, no geral, e no caso brasileiro. Gudin acreditava que, por meio do comércio internacional, as economias nacionais alcançariam benefícios mútuos. Haveria, portanto, uma reciprocidade de proveitos econômicos que é garantida pela teoria das vantagens comparativas do economista britânico David Ricardo²². Esta teoria pressupõe que um país deve se especializar naquilo que possui menor custo de oportunidade para despendê-la na produção (MAZZA, 2004).

No caso nacional, segundo Gudin, o Brasil possuía uma grande vantagem comparativa dos demais países para a produção de artigos primários agrícolas, devido à sua dotação natural para a agricultura, única atividade que o País possuía condições de produzir competitiva e vantajosamente. A industrialização, para o autor, não seria benéfica para a nação porquanto levaria a consequências eminentemente antieconômicas. A industrialização que fosse encetada pelo projeto desenvolvimentista, faria surgir uma indústria através de políticas econômicas e da atuação ativa do Estado, seja como produtor realizando estatizações estratégicas, ou seja, como gestor da economia de mercado, protegendo a economia interna das importações e controlando o mercado de crédito ou, ademais, censurando a livre entrada de capitais estrangeiros no país. Essa abordagem, aos olhos de Gudin, serviria apenas para fazer surgir uma indústria fechada, não integrada e ineficiente, que seria completamente incapaz de auto-gerar seu próprio sustento e que, portanto, tenderia a extrair renda do restante da sociedade para assegurar sua manutenção (LIMA, 1976).

Como liberal Gudin entendia que qualquer intervenção do Estado na economia seria ruim para o mercado e a sociedade. Este era um ponto onde o debate com Simonsen circulava de maneira constante e permanente. Para Gudin, existia uma clareza em saber o papel e lugar do Estado dentro da dinâmica do sistema econômico, ou seja, o Estado teria por missão exclusivamente “estabelecer as regras para o jogo, mas nunca jogar” (GUDIN apud LIMA, 1976, p. 173). O posicionamento de Simonsen, conforme expresso nos debates sobre o planejamento, seguia a direção diametralmente oposta à de Gudin.

Para Simonsen, o objetivo superior do Estado era promover o desenvolvimento econômico brasileiro. E isso tão somente poderia ser realizado pela via da industrialização. A industrialização, em seu modo de ver, seria o meio mais adequado para aumentar a quantidade de riqueza produtiva pelo País e, de mesmo modo, o melhor modelo para a consequente transformação modernizadora das instituições sociais e econômicas da nação. A

²¹ Foi um acordo assinado em 1944, na cidade homônima nos Estados Unidos (que deu origem ao nome do acordo) por 45 nações aliadas, onde foram acertadas as bases que regeriam a política econômica global após a Segunda Guerra Mundial. O acordo de *Bretton Woods* tinha como principais objetivos promover a cooperação econômica, facilitar o comércio internacional, padronizar as políticas cambiais e construir um sistema financeiro multilateral entre os países.

²² Economista britânico do início do século XIX e início do XX. É considerado um dos principais economistas da escola clássica de economia.

industrialização para Simonsen era uma espécie de panaceia, visto que à esta cumpriria a tarefa de aumentar a produção de riqueza do Brasil, elevar a produtividade do trabalho, otimizar a utilização dos recursos econômicos e reduzir o nível de pobreza e miséria da população. Para Simonsen: "a industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos." (SIMONSEN apud LIMA, 1976: 174). Trata-se de um processo que não se consegue automaticamente, pelos mecanismos de mercado, mas, sim, por meio da ação do Estado e suas políticas econômicas.

Para Simonsen apud Lima (1976), uma nação agrícola não se torna industrializada da noite para o dia, por mero acaso, tampouco é o processo de industrialização uma ocorrência accidental, fruto da articulação inteiramente fortuita dos interesses dos agentes econômicos. É, sim, resultado de um conjunto amplo de políticas públicas industriais planejadas e executadas pelo Estado, instituição responsável por legislar sobre o processo de modificação dinâmica-estrutural da economia de um País integralmente agrário, com uma economia pautada em produtos primários, portanto, com baixíssimo nível de densidade tecnológica e complexidade. Nesse sentido, o Brasil era, para Simonsen, uma economia completamente distanciada dos altos níveis de produtividade, urbano e assentado numa produção industrial de alta complexidade e densidade tecnológica que o colocaria, se nesta posição estivesse, no pequeno e seletivo grupo de economias desenvolvidas.

O desempenho do Estado, no cumprimento dessa missão, era inteiramente defendido por Simonsen e poderia se dar de várias formas: através da execução de obras e serviços públicos de infraestrutura; do aprimoramento do setor de transportes, sem o qual o circuito de produção da riqueza material não pode fluir; na organização do crédito e da legislação tributária, responsáveis pelo financiamento do crescimento econômico, que provocaria um importante impulso na atividade econômica industrial e pela sustentação das receitas do Estado, respectivamente. A incumbência maior do Estado seria determinar os rumos economicamente mais oportunos e adequados, conciliando o capital e o trabalho. O interesse de Simonsen era que os atritos entre o capital e o trabalho, na impossibilidade de se anularem, pudessem ser reduzidos, e que os problemas sociais produzidos por esse conflito distributivo, essa relação de oposição eminentemente política deixassem, por fim de existir. Simonsen, portanto, não excluía as atribuições possíveis do Estado, porque via a interversão do Estado na economia e nos negócios, como uma imposição do próprio desenvolvimento do capitalismo nacional da época. (MAZZA, 2004).

Ou seja, em Simonsen o Estado, diferente do que pensava Gudin, seria um agente que, sobretudo joga o jogo e tem total licença para fazê-lo. O Estado aparece, nesse sentido, como um agente fundamental para levar a consecução do processo de industrialização e do desenvolvimento econômico. Ao conjunto, amplo e diverso de políticas econômicas e medidas administrativas que estavam sobre incumbência do Estado realizar, Simonsen denominou de "Planificação da Economia Brasileira"²³. Esse programa era composto por uma série de políticas econômicas, especialmente, de natureza industrial ou industrializante que deveriam ser seguidas pelo Brasil diante do enfrentamento das consequências locais e mundiais do pós-guerra. Nesse pacote de medidas foram também sugeridas medidas oportunas para a articulação entre a política industrial e os interesses das classes produtoras envolvidas, isto é, o empresariado do setor, e, além disso, das demandas de consumo da sociedade (IPEA, 2010).

Ponto relevante da sua obra e pensamento, da qual não se pode negligenciar, era a questão do comércio internacional e o seu interessante protecionismo, típico do pensamento nacionalista. Ainda em 1932, Simonsen apresentou um breve texto que reunia alguns escritos e discursos que foi denominado "A margem da profissão", onde ele próprio conclui: "O livre-

²³ Nome de um dos principais textos teóricos, que foi um relatório enviado em 16 de agosto de 1944 à Comissão Nacional de Planejamento Industrial e Comercial. Ver IPEA (2010).

câmbio traduz a liberdade entre nações, com o consequente predomínio das mais fortes, muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota. (SIMONSEN apud MAZZA, 2004: 156). Observa-se, neste trecho, a crítica de Simonsen ao livre mercado, contradizendo a teoria ricardiana

Conforme se observa, Simonsen buscou demonstrar que o livre-mercado, defendido por Gudin com base nos economistas clássicos, seria incompatível com aquele momento do capitalismo globalizado. Da mesma forma, a teoria das vantagens comparativas de Ricardo porque alguns países obtinham maiores vantagens que outros no comércio internacional. A desigualdade estrutural entre as nações seria negligenciada por essa ótica defendida por Gudin e seus pares, segundo Simonsen. Para Simonsen, os liberais se recusariam a ver que as economias capitalistas nacionalmente consideradas, operam sem paridade alguma de condições e recursos. A sua colocação no centro da evolução do capitalismo é quase sempre diversa, cabendo o constante estudo da história econômica de cada uma delas, o que Simonsen com primor empreendeu (MAZZA, 2004).

O ponto é que, essa desigualdade estrutural se não levada em conta, levaria, segundo Simonsen apud Mazza (2004), a um único resultado, qual seja a subordinação perpétua das nações e dos povos da periferia do capitalismo, às nações do centro capitalista. Desta forma, uma economia nacional tão somente pode ser protagonista de sua história, se puder orientar sua própria trajetória de desenvolvimento. Esse procedimento é realizado, por meio inclusive e, sobretudo, do protecionismo, que é um meio de pavimentar vias de prosperidade econômica e social, e de internalizar liberdade política e econômica dentro do seu próprio território²⁴. Entre Gudin e Simonsen essa questão, particularmente, era a inconciliável do seu debate. Os fundamentos teóricos e as orientações políticas dos dois autores nunca os permitiria enxergar, nesse assunto, uma mesma imagem.

Ademais, para Simonsen apud Lima (1976), crescimento e o desenvolvimento econômico eram no seu vocabulário duas palavras que traduziam um mesmo sentido. O desenvolvimento era, em razão disso, uma questão exclusivamente de produtividade, ou seja, de produzir mais e, nesse sentido, para que um país pudesse alcançar o desenvolvimento seria preciso que a produtividade nacional aumentasse, e que a economia crescesse. E era na produção de artigos primários agrícolas aonde o Brasil tinha maior produtividade que Gudin apoiava sua tese em defesa da atividade agrícola, porque era o setor onde estrategicamente se poderia, com menor esforço, fomentar o aumento da produtividade, por ser onde se tinha historicamente maior especialidade, disponibilidade de fatores de produção e um complexo produtivo agrícola já estabelecido. Não havia razões satisfatórias para Gudin, de que fosse compensatório o abandono de um modelo de desenvolvimento para fora e já consolidado, para apostar em um setor e numa atividade em que o País não tinha intimidade, nem sequer dotação natural para seu empreendimento, como desejava Simonsen (LIMA, 1976).

Em Simonsen apud Leão et al (2015), todo esse edifício de ideias gudianianas estava em contradição com a realidade. Em primeiro lugar, não estava correto para Simonsen apud Lima (1976), a relação causal que Gudin fazia entre a produtividade e o crescimento com o desenvolvimento econômico. Mesmo supondo que a produtividade do setor agrícola pudesse elevar a produtividade brasileira como um todo, isso não asseguraria, por si só, o desenvolvimento econômico. Principalmente porque se elevando a produtividade, as demais variáveis continuariam constantes. O Brasil permaneceria numa posição de economia produtora de bens primários na divisão internacional do trabalho, e depois, a economia brasileira

²⁴ É a concepção cepalina que se desenvolveria, a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1948. Ver Rodrigues (1981).

permaneceria nucleada no mercado externo, e nesse sentido, totalmente exposta às flutuações dos preços internacionais e dependente da demanda externa por seus produtos.

Ou seja, a crítica de Simonsen é pontualmente onde Gudin considerava apenas as diferenças quantitativas entre as economias do centro e da periferia capitalista, isto é, que uma é mais produtiva e, por isso, mais rica que a outra. São totalmente ignoradas as diferenças qualitativas mais fundamentais entre essas mesmas economias. É graças a tais diferenças que essas economias também são chamadas de desenvolvidas e subdesenvolvidas, e, o são não porque apenas as primeiras são mais produtivas que as segundas. Mas, porque segundo as próprias características da história econômica do capitalismo, o desenvolvimento das economias desenvolvidas, de certo modo, refreou o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas (LEÃO et al, 2015).

Assim, pode-se afirmar que o processo de industrialização, tão afetivamente preconizado por Simonsen servia a esse propósito, em causar a transformação da economia brasileira, e, dessa maneira, superar as desigualdades estruturais entre as diferentes nações, eliminando o incomodo contraste entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, entre o polo central e o polo periférico (LEÃO et al, 2015).

4 O PENSAMENTO CONSERVADOR E AUTORITÁRIO DE SIMONSEN: UMA RESSALVA SADIA

Após o breve apanhado sobre as ideias e as atuações de Roberto Simonsen, entende-se que é importante apresentar uma ressalva acerca do caráter de suas ideias, ainda que esse escrito tenha o propósito de ser apenas uma simples análise sobre o pensamento do autor e suas ações e não especificamente, tenha a pretensão em ser uma revisão crítica dos pressupostos teórico-filosóficos ou metodológicos de suas ideias. Já foi dito que Roberto Simonsen defendia que o núcleo central na dinâmica de acumulação de capital, à época, fosse a expansão industrial. E é inegável que Simonsen tenha sido um dos mais proeminentes defensores deste modelo para o crescimento econômico do Brasil à época. Simonsen, como já mostrado, foi um homem de muitas atribuições e que, ao mesmo tempo, dispunha de um conjunto de competências, habilidades e recursos que lhe possibilitaram assumir a posição de destacada relevância tanto no pensamento econômico e historiográfico brasileiro, por meio do qual deixou importantes contribuições, quanto na sua atuação prática no âmbito político, empresarial e industrial.

Não obstante, existe um traço característico de sua obra e de seu pensamento que é marcante na sua orientação política. Em seu horizonte de análise tem-se fixo o propósito de uma transformação modernizadora da sociedade brasileira. Entretanto, todo esse ímpeto no favorecimento de mudanças estruturais é temperado, por outro lado, com “um nítido desejo de promover uma modernização, sem mobilização social” (MAZZA, 2004: 159). Seu intuito era, portanto, provocar um alargamento nos limites do tabuleiro, sem que as peças mudassem de lugar. Segundo Ribeiro (2001), Simonsen foi um pensador que, embora fosse nacional desenvolvimentista, possuía um caráter político autoritário, e, nesse sentido, desqualificava todas as soluções políticas dos problemas sociais.

No seu texto intitulado “A rebelião das massas”, por exemplo, seus preconceitos sociais são expostos abertamente ao dizer que as massas populares não deveriam dispor de todos os elementos materiais ou de liberdade decisória sobre o futuro do País, pois elas, devido sua total inabilidade intelectual e ausência de ilustração, não favoreceriam outra coisa senão um retrocesso civilizatório. E por isto, as tomadas de decisões e os centros decisórios da nação, os quais encaminhariam o País ao seu norte devido deveriam estar sobre incumbência de “uma elite ligada aos valores da ciência e da técnica” (MAZZA, 2004: 160). Aliás, para ele, não há civilização humana alguma que tivesse obtido sucesso e prosperidade, sem que possuisse por

fundamento “elites intelectuais sábias e poderosamente constituídas” (SIMONSEN, 1937: 7 apud MAZZA, 2004: 160).

No seu discurso, segundo Mazza (2004), verificam-se as marcas do autoritarismo comportado entre os limites do seu pensamento conservador. De modo geral, para Simonsen a participação popular em uma sociedade moderna tendia a ser fator de retrocesso da civilização, todavia, como antídoto, seria preciso haver, em seu lugar, um grupo de homens dotados da sabedoria técnica e científica que assumissem a vanguarda no desenvolvimento da nação. Para Simonsen apud Mazza (2004), a existência de uma elite esclarecida e sábia, um grupo de caráter tecnocrático, formado pelo método científico era condição inexorável da constituição de nossa civilização. Esse elemento autoritário e antidemocrático de seu pensamento, assim como sua orientação política conservadora é reconhecida, inclusive por Celso Furtado.

Furtado em sua obra “Formação Econômica do Brasil” publicada originalmente em 1958, cita Simonsen em uma nota de rodapé. Ao explicar e expor sobre alguns cálculos e estimativas sobre os níveis da produção de açúcar, na época colonial, Furtado referencia Simonsen ao utilizar os dados escrutinados pelo “grande pesquisador da história econômica do Brasil” (FURTADO, 1958: 77). No entanto, logo em seguida faz uma importante observação sobre o mesmo: “Contudo, nem sempre acolhemos na escolha o próprio critério de Roberto Simonsen, que teve sempre preocupação de reter apenas as referências mais conservadoras” (FURTADO, 1958: 77).

Atualmente sabe-se que, nenhuma teoria social produzida por qualquer cientista sociólogo ou economista é plenamente capaz de dar conta de explicar o seu objeto, a realidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, políticos e econômicos por completo, por várias razões, mas, principalmente porque no caso das ciências sociais, da qual a ciência econômica faz parte, o sujeito que observa está implicado e relacionado com o objeto e com a sua constituição. De modo que, todo pensador traz consigo suas individualidades, isto é, sua biografia, seu horizonte socio-cultural, suas aspirações, seus temores e suas idiossincrasias. E essas características fazem parte do conteúdo de sua análise e da teoria que esse sujeito produz. Ademais, o teor do discurso do pensador é orientado pelo lugar a partir do qual o mesmo vê e fala. Ou seja, nenhum pesquisador, pensador ou estudioso é, portanto, neutro ou imparcial em relação a dimensão política que permeia a realidade material do mundo no qual eles existem, e procuram objetivamente analisar. Sendo assim, todo pensador vocaliza os interesses de um dado grupo de interesse, de um determinado segmento da sociedade, ou de uma classe social específica (PAULO NETTO, 2011).

Observa-se, portanto, a partir deste estudo, que Roberto Simonsen foi um pensador que desempenhou pioneirismo naquela corrente que viria se denominar nacional-desenvolvimentista. Foi um profundo estudioso da história econômica do Brasil, um homem público comprometido com a transformação e prosperidade econômica deste País. Um cidadão que, graças seus empreendimentos privados e políticos, fez surgir diversas instituições que visavam o objetivo que o mesmo professava e defendia. No entanto, é preciso notar que em seu projeto, as massas populares ficaram politicamente à margem. Esses elementos, problemáticos do seu projeto político e autoritário, da sua maneira de pensar a política são meras expressões dos interesses da classe social dominante da qual Simonsen fazia parte. Seu discurso carregava, nesse sentido, os interesses e os objetivos das elites econômicas e sociais do País. Diferentemente de Caio Prado Junior²⁵, por exemplo, igualmente filho das elites, em seu projeto não optou politicamente pelos oprimidos, mas, sim, por uma nascente elite capitalista industrial, sendo, nesse sentido, um homem de seu tempo e de sua classe social.

²⁵ Foi um sociólogo, historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação alternativa da formação da sociedade colonial brasileira.

Isso, para além de qualquer engano, problematiza, porém, não inutiliza ou anula a importância da contribuição de Simonsen aos brasileiros e ao Brasil. O desenvolvimento para Roberto Simonsen, era um processo dentro dos horizontes do sistema capitalista, e nesse sentido, um desenvolvimento das categorias do próprio capitalismo, tal como o avanço das forças produtivas à serviço da acumulação de capital, levados a cabo pelo setor produtivo industrial.

A crítica que os economistas mais progressistas podem fazer ao autor, segundo a qual, Simonsen não tinha qualquer interesse em diminuir a desigualdade social e econômica entre as classes sociais do topo e da base é infeliz, pois é uma análise superficial das condições históricas e sociais, principalmente no que diz respeito à economia brasileira na sua interação dentro da economia mundial. Seria, de fato, preferível haver um crescimento econômico conjugado à diminuição da desigualdade social e à participação democrática e soberana nos processos políticos da nação. Entretanto, o motor que anima a história política dos homens é a ordem daquilo que é possível, dentro das condições histórico-concretas disponíveis, e não daquilo que é preferível dentro dessas mesmas condições. E dentro da ordem possível, o projeto de Simonsen era consistente e positivo. Ainda que, o produto social ou a riqueza não fosse equitativamente distribuído entre as classes sociais, seria preferível o crescimento desigual, ao não crescimento. Porque o crescimento econômico é uma condição para que haja desenvolvimento.

Dentro das condições em que se encontrava o Brasil na época de atuação de Simonsen, era prescritivamente impreterível favorecer o crescimento da economia brasileira, instrumentalizando-se do processo de industrialização para modernizar e transformar as instituições e estruturas centrais que constituíam a nação. Simonsen, independentemente do caráter elitista e autoritário do seu pensamento, foi cirúrgico à respeito do crescimento do País, captando a situação-problema que se enfrentava no Brasil e elaborando, pragmaticamente, um projeto efetivo na tentativa de solucioná-la. Tanto é que, mais tarde, foi o que se fez no Brasil inclusive no período conhecido como Processo de Industrialização por Substituição de Importações (PSI), no projeto nacional-desenvolvimentista. Mas esta é outra história!

CONCLUSÃO

Como resultados deste estudo pode-se concluir que a defesa industrialista-nacionalista empreendida por Roberto Simonsen, visando os interesses nacionais pautados no desenvolvimento de uma economia autodinamizada, por meio da industrialização apoiada pelo Estado, geraram elaborações autênticas que incitaram o surgimento do projeto do nacional-desenvolvimentista, nas décadas seguintes. A sua natureza e modo de pensar livre de fronteiras e, ao mesmo tempo, de escrutinar um modelo particular de desenvolvimento para o Brasil, a partir das peculiaridades de sua formação econômica e social, rendeu aos brasileiros, um rigoroso desenvolvimento da historiografia econômica, que o mesmo empreendeu. Simonsen, a partir das condições históricas do Brasil, fugiu dos modelos estrangeiros que eram completamente estranhos às condições do País e, portanto, inadequados à realidade brasileira.

E, nesse sentido, talvez suas ideias e ações tenham, atualmente, mais apelo pedagógico do que nos tempos que foram defendidas e aplicadas. Em tempos de fortalecimento do neoliberalismo, onde há uma total crença nas capacidades civilizatórias e resolutivas do mercado, a voz e as ações de Simonsen ecoam como um alerta, chamando atenção para a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento, sem o qual um País “atrasado” ou periférico como o Brasil jamais conseguirá transpor as barreiras de atraso que ainda persistem e as históricas desigualdades sociais. Assim, o resgate do pensamento e ações de Simonsen são

um convite para a observação atenta da situação do Brasil e para o modo pelo qual se poderia sair dela, como apoio do Estado e da iniciativa privada.

O pragmatismo político de Simonsen deixou, também, outras lições para a Ciência Econômica e para os economistas, ressaltando a importância da intervenção na realidade. Aliás, conforme apreende-se, a partir da obra textual de Karl Marx, de nada valeria a teoria, se essa não tivesse como função a intervenção prática na realidade. Outro aprendizado relevante que se obtém a partir do estudo do pensamento de Simonsen é que é possível ser defensor da industrialização e do desenvolvimento econômico, sem por outro lado, ser um pensador “à direita” ou “à esquerda”. Isto porque, embora Roberto Simonsen, como se demonstrou, fosse um defensor incurável da industrialização brasileira, e não visse alternativa benéfica para o crescimento e desenvolvimento do Brasil, senão esta, Simonsen não era, conforme um leitor desavisado possa crer um homem progressista, isto é, alguém que pressuponha como objetivo a diminuição das desigualdades sociais e a distribuição da renda, já que esses elementos estavam fora do seu horizonte.

Simonsen, pelo contrário, foi um pensador autoritário e elitista. O que não inviabiliza a grandeza do conjunto de suas obras e ações, desde que observado o contexto histórico-político de sua época. No geral, sua bem sucedida carreira enquanto empresário capitalista e homem de negócios, compilada à sua também exitosa trajetória na vida pública do Brasil, como intelectual, historiador, e político deixaram marcas indeléveis na história da economia do País. Sendo assim, Roberto Simonsen constitui, definitivamente, um pensador de contribuições teórico-práticas, inegáveis, para a sociedade e economia brasileira.

REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Roberto Simonsen**. Disponível em: www.camara.leg.br/. Acesso em: 03 maio 2022.

CARONE, E. R. C. Simonsen e sua obra. Rio de Janeiro: **Revista Administração de Empresa**, 1971.

CIESP. **Sobre o Ciesp**. Disponível em: www.ciesp.com.br. Acesso em 20 nov 2022.

CURI, L. F B; SAES, A. M. Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na Primeira República. **História Econômica & História de Empresas**. Vol. 17, n. 2 (2014), p. 313 -352.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 15.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FEA. Faculdade de Economia e Administração da USP. Roberto Simonsen. **Pioneiros & Empreendedores**. S.d. Disponível em: www.fea.usp.br. Acesso em: 20 out 2022.

FESPSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021 – 2025)**. Disponível em: www.fespsp.org.br. Acesso em: 20 ago 2023.

FGV-CPDOC. **Roberto Cochrane Simonsen**. S.d. Disponível em: www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-biografico/roberto-cochranesimonsen. Acesso em: 20 out 2022.

FREYRE, G. **Brasis, Brasil e Brasília**. Rio de Janeiro: Gráfica recorod, 1968.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Estado e planejamento no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: https://inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 12 set 2024.

IPEA. **A controvérsia do planejamento da economia brasileira**. Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin. 3 ed. Brasília: Ipea, 2010.

LEÃO, I; et al. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 177-199, abr. 2015. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 21 jan 2024.

LIMA, H. F. **O pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

MACHADO, G. **O Capital**. [2020]. Vídeos Diversos. Canal@orientação marxista. Disponível em: Youtube. Acesso em: 20 jul 2023.

MAZZA, F. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. 1.ed. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, R. J. **Hobbes: o medo e a esperança**. Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2001.

ROMPATTO, M. **Roberto Simonsen e a evolução sem revolução: uma contribuição ao estudo do pensamento industrialista brasileiro**. Maringá: Massoni, 2011.

RODRIGUES, O. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SESI. São Paulo. **Histórico**. S.d. Disponível em: www.sesisp.org.br. Acesso em: 23 out 2022.

SMITH, A. **A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas**. São paulo: Nova Abril Cultural, 1988, Vol. I, II e III.

SIMONSEN, R.; GUDIN, E. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed.

Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: www.repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 16 ago 202.

SIMONSEN, R. Conferência Nacional referente ao Primeiro Centenário da Abolição da Escravatura. **Jornal do Comércio**. 08 de maio de 1938.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

PLANO REAL 30 ANOS: ORIGENS E FUNDAMENTOS

Gustavo Ferreira Florindo¹
Rosalina Lima Izepão²

ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

O Plano Real está completando 30 anos. É considerado o mais bem sucedido plano de estabilização da história brasileira. Implementado em 1994 e ainda em vigor, este Plano foi responsável pelo fim do quadro hiperinflacionário no Brasil. Neste sentido, no presente artigo tem-se como objetivo evidenciar a origem e a fundamentação teórico-histórica das três fases que compuseram a implantação deste Plano que é um marco na política econômica do País. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa histórico-bibliográfica-descritiva. Após o estudo, verificou-se que o Brasil é um país com longo histórico inflacionário e a aceleração deste processo ocorreu a partir do “Segundo Choque de Petróleo”, em 1979. Desde então, acirraram-se os debates acadêmicos sobre a natureza da inflação brasileira e suas possíveis formas de combate. Neste aspecto, se destacaram os trabalhos sobre o *déficit* potencial, de Edmar Bacha e a Reforma Monetária, de Pêrsio Arida e André Lara Resende. O fruto deste cenário e discussões foi a implantação do Plano Real que se dividiu em três fases: ajuste fiscal, URV e a implementação da nova moeda e suas regras de emissão. O Plano consolidou-se de tal maneira que se encontra em vigor até a presente data.

Palavras-chave: Brasil. Inflação. Hiperinflação. Plano Real.

ABSTRACT

The Real Plan is completing 30 years. It is considered the most successful stabilization plan in Brazilian history. Implemented in 1994 and still in effect today, it was responsible for ending the hyperinflationary period in Brazil. In this sense, the objective of the present article is to highlight the origin and theoretical-historical foundations of the three phases that comprised the origin of this Plan, which is a milestone in the country's economic policy. Methodologically, it was a historical-bibliographical research. After the study, it was found that Brazil is a country with a long history of inflation, and the acceleration of this process occurred after the second Oil Shock in 1979. Since then, academic debates about the nature of Brazilian inflation and its possible ways of combating it have intensified. In this aspect, the works on potential deficit by Edmar Bacha and the Monetary Reform by Pêrsio Arida and André Lara Resende stand out. The result of this scenario and discussions was the implementation of the Real Plan, which is divided into three phases: fiscal adjustment, the URV (Real Unit Value), and the implementation of the new currency and its issuance rules, 30 years ago in Brazil.

Key-words: Brazil. Inflation. Hyperinflation. Real Plan.

JEL: P10

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá. Ra113898@uem.br.

² Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá – Departamento de Economia- rlizepao@uem.br.

INTRODUÇÃO

A inflação é um processo de elevação dos preços nominais de bens e serviços, que ocorre de forma generalizada. Dentre as suas principais consequências destacam-se a distribuição perversa da riqueza e a alocação ineficiente dos investimentos produtivos (TEIXEIRA, 2002). Samuelson e Nordhaus (2009) dividem a inflação em três níveis: baixa, galopante e hiperinflação. Na inflação baixa, os preços aumentam gradualmente, mantendo confiança na moeda. Na galopante, com taxas de dois ou três dígitos, a moeda perde valor rapidamente, ocorrendo fuga de capitais e esvaziamento do mercado financeiro. A hiperinflação, fase mais severa, é atingida quando se chega a uma taxa mensal de inflação de 50% ou mais, levando, de acordo com Cagan (1956) à rejeição da moeda, perda de financiamento do governo e à substituição da moeda nacional por estrangeira. A economia entra em recessão, com caos nos sistemas de preços e pagamentos.

No Brasil, os anos 1980 foram marcados por estagnação econômica e altas taxas de inflação. Na década anterior, a inflação já vinha apresentando aumentos significativos. Em 1978, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) atingiu 40,8% a.a., aumentando para 77,2% a.a., em 1979. Em meio ao processo de redemocratização do País, a partir de 1985, observou-se diversos debates sobre a natureza inflacionária, além da implementação de planos econômicos que tentaram combater a aceleração da inflação. Destacaram-se os seguintes planos: Cruzado, Verão, Collor e suas variações, mas não obtiveram o sucesso esperado já que, em 1989, a inflação brasileira atingiu cenário hiperinflacionário de 70% ao mês. A política econômica só evidenciaria sucesso no combate à inflação com a implantação do Plano Real, em 1994, durante a gestão Itamar Franco.

Completando trinta (30) anos de vigência, em 2024, a implantação do Plano Real é considerada a mais bem sucedida experiência de estabilização econômica brasileira, sendo o responsável pelo fim do quadro hiperinflacionário no País. Considerando-se tal importância, o objetivo do presente artigo é evidenciar a origem e os fundamentos teóricos-históricos que deram suporte à implantação do Plano Real, em 1994, enfatizando-se as três fases: ajuste fiscal, URV e a nova moeda. A metodologia utilizada foi a pesquisa histórico-bibliográfica-descritiva.

O presente artigo encontra-se estruturado em três seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira seção apresentam-se alguns aspectos teórico-históricos e conceituais sobre inflação. Na segunda faz-se uma revisão histórica evidenciando-se a relação do Brasil com o processo inflacionário desde o pós II Guerra Mundial, em 1945, até o final do Governo do presidente Fernando Collor³. Na terceira seção tem-se uma análise das origens históricas e dos fundamentos que deram suporte à implantação do Plano Real, no Brasil, e que está em vigência há 30 anos.

1 ASPECTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS E CONCEITUAIS SOBRE INFLAÇÃO

1.1 CONCEITOS, MEDIDAS E TEORIAS DE INFLAÇÃO

Entende-se por inflação o aumento generalizado e contínuo dos preços, sendo a taxa de inflação a variação percentual do nível de preços (TEIXEIRA, 2002). Trata-se de um fenômeno de suma importância para compreender o comportamento dos preços dos bens e

³ Em 29 de dezembro de 1992, Fernando Collor de Mello renunciou à presidência da República, por acusação de corrupção, antes de o seu impeachment ser confirmado. Para completar o mandato, o cargo foi assumido pelo seu vice Itamar Franco, que permaneceria na presidência da República até 01 de janeiro de 1995.

serviços, assim como também é um indicador fundamental para entender a dinâmica da economia de um país e suas implicações na vida das pessoas, das empresas e nas políticas governamentais. Samuelson e Nordhaus (2009), também destacam o conceito de deflação, que ocorre quando temos uma queda generalizada e contínua dos preços. Atualmente, o principal índice de medida da taxa de inflação utilizado no Brasil é o “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo” (IPCA)⁴.

Durante o período inflacionário, a estrutura dos preços relativos na economia muda constantemente. A incerteza dos agentes econômicos aumenta, prejudicando empresas, trabalhadores e outros participantes do mercado. Empresas que operam em setores mais competitivos sentem mais os impactos negativos da inflação, em relação às empresas que atuam em setores de menor competitividade. Os trabalhadores assalariados são os mais prejudicados pela inflação, pois, além da perda de poder de compra, também não têm a capacidade de repassar os seus custos para o preço de sua força de trabalho (SILVA, 2019).

Ademais, em uma economia com inflação elevada, é difícil distinguir as variações nos preços relativos, das variações no nível geral de preços. Em casos de inflação reduzida, os consumidores conseguem distinguir, por exemplo, um aumento de 50% no preço da carne para um aumento geral dos preços. Além disso, podemos pontuar que uma inflação elevada causa efeitos de distorção sobre o imposto, porque parte do código tributário está em moeda corrente, em uma situação de aumento do nível geral dos preços, o valor real dos impostos pagos também se eleva. Para Samuelson e Nordhaus (2009), a inflação pode ser classificada em três níveis de gravidade: inflação baixa, inflação galopante e hiperinflação. Na inflação baixa temos aumento lento e previsível dos preços, com taxa de inflação anual de um dígito. Mas, quando a taxa inflação atinge dois ou três dígitos, ou seja, 20% ou 100% ao ano, por exemplo, temos a inflação galopante. Neste grau, a moeda perde seu valor rapidamente, as pessoas retêm o mínimo de dinheiro possível e ocorre fuga de capitais para o exterior, esvaziando o mercado financeiro.

O mais letal grau de inflação é a “hiperinflação”. Quando as taxas anuais passam dos 1.000%, trabalhadores e empresas sofrem com as distorções causadas na flutuação do salário e dos preços e as relações de credores e devedores ficam desordenadas. Cagan (1956) destaca que o estágio de hiperinflação é atingido quando temos uma taxa de inflação mensal de 50% ou mais.⁵ Em suma, a inflação é um fenômeno econômico cujas implicações abrangem os preços dos bens e serviços, redistribuição de riqueza, confiança na moeda e a estabilidade de uma economia. A compreensão dos diferentes níveis de inflação, desde a baixa até a hiperinflação, é essencial para avaliar os desafios econômicos que podem ser enfrentados e garantir que as funções da moeda se mantenham.

1.1.2 Teorias de inflação

⁴ O IPCA é contabilizado pelo IBGE e tem como unidade de coleta, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos, com a população-objetivo abrangendo as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos (IBGE, 2023).

⁵ O conceito de hiperinflação é controverso. Neste artigo, utiliza-se a definição de Resende (1989), para quem a hiperinflação representa uma alta violenta dos preços. Um fenômeno em que a moeda nacional é rejeitada e o governo perde todas as suas fontes alternativas de financiamento. A alta dos preços está em constante aceleração e a indexação de contratos no índice de inflação para evitar perda real de valor se torna inviável, já que, mesmo que o ajuste seja diário, a aceleração do nível de preços é rápida o suficiente para que ainda ocorra essa perda. A rejeição da moeda é completa, a moeda perde suas funções como reserva de valor e unidade de conta. A moeda estrangeira passa a ser utilizada para cotar preços e liquidações, de forma que a recessão que acompanha a atividade econômica, com sistema de preços e pagamento desorganizados, é caótica.

As causas e origens da inflação são mais controversas do que seu próprio conceito, tendo sido interpretadas de diversas maneiras por diferentes correntes econômicas. A inflação pode ocorrer por múltiplas razões. Por isto destacam-se aqui apenas algumas das principais teorias que tentam explica-las. A inflação é um fenômeno que ocorre em várias épocas e países diferentes, com distintas organizações estruturais e conjunturais, graus de desenvolvimentos e funcionamento das instituições. Seguem algumas destas teorias:

- a) Inflação monetarista: para esta corrente teórica, aumentos excessivos da oferta de moeda e que superem a variação real da sua demanda elevam o nível dos preços. Outra possibilidade é a de que, em caso de consumo saturado, o excesso de moeda será aplicado no mercado financeiro, que, conseqüentemente, resultaria em um excesso de demanda por títulos, elevando seus preços e ou diminuindo a taxa de juros. A queda da taxa de juros provocará um novo aumento na demanda de bens e serviços, visto que será um incentivo ao investimento. Deste modo, o diagnóstico monetarista nos revela que o aumento do nível geral dos preços é causado pela oferta de moeda em excesso (TEIXEIRA, 2002). A solução seria a redução da emissão excessiva de moeda. Já para os novos monetaristas ou “novos clássicos”, o combate à inflação se faz com o ajuste às expectativas racionais dos agentes econômicos, que antecipariam a inflação devido à experiência com o fenômeno (CUNHA, 2000).
- b) Inflação de demanda: ocorre quando a demanda agregada aumenta de forma mais rápida que o potencial produtivo da economia. Um aumento do poder de compra pressiona o produtor quando este já tem todos os fatores de produção ocupados e não dispõe de mais insumos, sendo a elevação dos preços a forma de atender o crescimento da demanda. Entre as soluções para conter a demanda estariam as políticas monetárias e fiscais restritivas⁶ (TEIXEIRA, 2002).
- c) Inflação de custos: ocorre a partir de um choque de oferta, quando o nível geral dos preços se eleva devido a um aumento nos custos de produção ou pelo aumento de impostos ou preços públicos (CASTRO, 2011). A estagflação, ou seja, estagnação econômica com inflação alta, é uma consequência deste tipo de inflação.
- d) Inflação estruturalista: surgida na América Latina, as hipóteses são de que existem elementos estruturais da economia que são os principais responsáveis pelo aumento da taxa de inflação. Devido à rigidez nos preços, qualquer alteração nos preços relativos de uma economia só pode ser realizada mediante um crescimento da média geral dos preços. Além disso, para os estruturalistas a moeda é “passiva”, ou seja, as autoridades monetárias acomodariam todas as elevações de preços, elevando a oferta de moeda na medida necessária e a velocidade-renda da moeda acomoda-se às variações dos preços. Não haveria, para os estruturalistas, uma solução imediata. O ideal para eliminar o processo inflacionário seria uma reforma estrutural pensada para o médio e longo prazo (TEIXEIRA, 2002).
- e) Inflação inercial: neste caso, o comportamento dos preços e a experiência anterior com a inflação são os principais determinantes para as expectativas futuras que dão origem ao conflito distributivo. Em outras palavras, podemos definir a inflação inercial como a influência de uma inflação no período anterior, na inflação corrente. (BRESSER PEREIRA, 1989).

Em geral, pode-se afirmar que as teorias de inflação estão inter-relacionadas e, desse modo, a aceitação de uma não necessariamente elimina a outra. Por esse motivo a literatura sobre o tema é numerosa, devido ao caráter dinâmico dos movimentos inflacionários e pelas

⁶ A política monetária restritiva/contracionista reduz a demanda agregada através da contração da oferta de moeda e aumento da taxa de juros. A política fiscal restritiva/contracionista reduz a demanda agregada através do aumento de impostos ou redução de compras, transferências, bens e serviços do governo. (KRUGMAN E WELLS, 2023)

suas diferentes causas. É o caso brasileiro, com destaque para o tipo inercial descoberto nos anos 1980.

2 A ECONOMIA E AS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DA INFLAÇÃO E HIPERINFLAÇÃO⁷ NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX

2.1 A INFLAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 1945 E 1984

É essencial compreender a trajetória da inflação brasileira ao longo do século XX, não apenas para identificar quando se tornou um desafio significativo para a economia do país, mas, também, para entender como se chegou a uma fase de hiperinflação antes da implementação do Plano Real. Em 1945 foi criado o IGP-DI para medir a taxa de inflação brasileira. O momento foi ditado pelos governos: Eurico G. Dutra (1946-1950), Getúlio Vargas (1951-1954)⁸ e Café Filho (1954-1955). Foram dez anos de expansões do PIB e de pressões inflacionárias. O aumento da inflação de 11,11% para 22,22%, em 1946, conforme mostra Tabela 01, foi identificado como principal problema a ser combatido pelo Governo. O diagnóstico foi inflação de demanda, a ser combatida por meio de uma política monetária contracionista e de uma política fiscal austera. Apesar da queda na inflação para 2,73%, em 1947 e dos *superávits* provindos da contração dos gastos públicos, a expansão de crédito do Banco Central, em 1948, pressionou a política monetária e, por consequência, a inflação aumentou para 7,96% (VIANNA E VILLELLA, 2011).

A mudança no cargo de Ministro da Fazenda, de Correia e Castro para Guilherme da Silveira, em 1949, resultou em *déficits* orçamentários e inflação de dois dígitos. Nos primeiros dois anos da última fase do governo Vargas, 1951 e 1952, o IGP-DI de 12,34 e 12,41%, respectivamente, mostrou a persistência do processo inflacionário, que, já no ano seguinte, em 1953, teve um salto para 20,51%. Essa elevação na taxa de inflação, na visão ortodoxa, que ditou a política monetária no período, foi explicada como sendo consequência do retorno do *déficit* público e da expansão dos meios de pagamento. Poderiam, também, estarem atreladas às desvalorizações cambiais causadas pela Instrução 70. O curto governo do presidente Café Filho (1954-1955), que assumiu o cargo após a morte de Vargas, finalizou o período, isto é, 1955, com IGP-DI de 12,15% (VIANNA E VILLELLA, 2011).

Tabela 01: IGP-DI entre 1945 e 1984

Ano	IGP-DI(%)	Ano	IGP-DI(%)	Ano	IGP-DI(%)
1945	11,11	1959	39,43	1973	15,54
1946	22,22	1960	30,47	1974	34,55
1947	2,73	1961	47,78	1975	29,35
1948	7,96	1962	51,60	1976	46,26
1949	12,30	1963	79,92	1977	38,78
1950	12,41	1964	92,12	1978	40,81
1951	12,34	1965	34,24	1979	77,25
1952	12,72	1966	39,12	1980	110,24
1953	20,51	1967	25,01	1981	95,20

⁷ O conceito de hiperinflação é controverso. Para alguns economistas, inflação acima de 50% ao ano já é considerada hiperinflação. Em 1987, a inflação brasileira chegou a 415,83% a. a., e, em 1991, a 480,23% a.a. Ver Gremaud *et al* (2017). O ápice foi em 1993, com taxa anual de 2.708,17%. Ver Ipeadata (2023).

⁸ A Era Vargas divide-se em 1930-1937; 1937-1945 fase conhecida como Estado Novo e 1951-1954, eleito presidente via eleições diretas, tendo falecido antes de concluir o mandato, em 1954. A gestão foi concluída por seu vice, Café Filho (1954-1955).

1954	25,86	1968	25,49	1982	99,72
1955	12,15	1969	19,31	1983	210,99
1956	24,55	1970	19,26	1984	223,81
1957	6,96	1971	19,47		
1958	24,39	1972	15,72		

Fonte: Ipeadata (2023).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi um período de mudança estrutural na economia do país, pelo Plano de Metas e o lema “50 anos em 5”, que visava impulsionar no Brasil à industrialização, com metas para setores como energia, transporte e siderurgia. A política econômica favorecia o capital estrangeiro e a expansão dos meios de pagamento. Apesar da execução das metas setoriais terem superado as expectativas e o Plano ter resultado em forte crescimento econômico, com o PIB aumentando a uma taxa anual de 8,2% entre 1957-1961, o financiamento utilizado contribuiu para que a pressão inflacionária se elevasse durante o mandato de Juscelino Kubitschek (LACERDA, 2010; SOUZA, 2008).

O principal mecanismo de financiamento do Plano de Metas foi a inflação, consequência da expansão monetária que financiava os gastos públicos, e o aumento do crédito, que tornava viável os investimentos privados. Esse financiamento foi o principal indutor dos índices elevados de inflação que em 1958, 1959 e 1960 foram de, respectivamente, 24,39%, 39,43% e 30,47 (VILLELLA, 2011). A alta inflação foi herdada pelos governos de Jânio Quadros (1961)⁹ e João Goulart (1961-1964) que, de maneira ineficiente, adotaram políticas econômicas restritivas para controlar o processo inflacionário. Gremaud *et al.* (2017) destacam que o conteúdo recessivo dessas políticas, juntamente com problemas climáticos dificultaram a produção agrícola e a geração de energia levando à queda no ritmo de crescimento econômico.

O IGP-DI que, em 1961, foi de 47,78% atingiu 79,92% em 1963, o último ano completo de governo anterior ao regime militar. Hermann (2011) define o período de 1963 até o início 1964 na economia brasileira como sendo um estado de estagflação. Os primeiros anos do regime militar¹⁰, mais especificamente o período de 1964 até 1967, foram marcados pela implementação do “Plano de Ação Econômica” (PAEG) que tinha como objetivo estabilizar os preços. O diagnóstico do Ministro do Planejamento, Roberto Campos era de que os *déficits* governamentais e a contínua pressão salarial seriam os responsáveis pela pressão inflacionária, já que os *déficits* alimentavam a expansão dos meios de pagamento, os quais geravam os aumentos dos salários (HERMANN, 2011; SIMONSEN E CAMPOS, 1974).

Entre as principais medidas do PAEG estão: ajuste fiscal, para aumentar a receita e conter as despesas governamentais; orçamento com previsão decrescente dos meios de pagamentos; controle do crédito ao setor privado; correção salarial com base no salário médio no biênio anterior mais uma porcentagem correspondente ao aumento da produtividade (HERMANN, 2011; SIMONSEN E CAMPOS, 1974). Também se estabeleceu metas decrescentes para a inflação para os anos de 1964, 1965 e 1966 de, respectivamente, 70%, 25% e 10%, que não foram cumpridas. O IGP-DI de cada ano respectivo foi de 92,12%, 34,24% e 39,12%. As pressões inflacionárias derivadas da demanda e do custo diagnosticadas

⁹ Eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) para o exercício da presidência do Brasil de 1961 a 1964, Jânio Quadros surpreendeu o país com uma Carta de renúncia ao cargo, em 25 de agosto de 1961, com apenas sete meses de mandato. O substituto foi seu Vice, João Goulart.

¹⁰ No dia 1 de abril de 1964, iniciou-se o período conhecido como ditadura ou regime militar, quando as forças armadas brasileiras depuseram o presidente eleito democraticamente João Goulart, sob o pretexto de “ameaça comunista”, mas também foi motivado por pressões políticas e econômicas. Este momento na história brasileira foi caracterizado por forte autoritarismo e com eleições indiretas, com candidatos sendo eleitos através de um Colégio Eleitoral, para definir cargos municipais, estaduais e federais.

pelo PAEG foram controladas através de políticas monetária, fiscal e salarial restritivas, porém, o plano foi comprometido de forma parcial devido aos aumentos de impostos, tarifas públicas, câmbio e juros e pela criação da correção monetária para ativos e contratos em geral. (HERMANN, 2011; SIMONSEN E CAMPOS, 1974)

O período de 1968 até 1973 foi uma fase de crescimento da economia brasileira, com o PIB crescendo a uma taxa média de 11% a.a, recebendo o nome de “Milagre Econômico”. Tal ritmo de crescimento foi acompanhando por uma moderada queda na inflação. Ao assumir o Ministério da Fazenda, em 1967, Delfim Netto mudou a ênfase das políticas de combate gradual a inflação em dois sentidos: o controle passou a enfatizar o componente de custos no lugar da demanda, havendo a conciliação do combate à inflação com políticas de incentivo à retomada do crescimento econômico. Esse novo foco nas políticas anti-inflacionárias se refletiu no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1968, onde, além das medidas que visavam acelerar o crescimento da economia, a estabilização gradual de preços recebeu a fixação de metas explícitas (HERMANN, 2011; SOUZA, 2008).

Hermann (2011) cita quatro fatores que atuaram para conter a tendência de aumento da inflação: a capacidade ociosa da economia que foi herdada do período fraco de crescimento de 1962 a 1967; controle direto do governo sobre preços industriais e juros; política salarial que diminuiu os salários reais; e política agrícola que expandiu a produção sem haver pressões inflacionárias no setor, através de financiamentos públicos subsidiados e isenções fiscais para a compra de fertilizantes e tratores. Outros fatores estão ligados às melhorias nas contas externas e apesar das minidesvalorizações, em 1968, as defasagens entre ajustes cambiais e inflação evitaram que o câmbio se tornasse uma fonte de pressão inflacionária. O ano de 1974 representou o fim do “Milagre”. A economia brasileira, que era extremamente dependente do petróleo árabe, sofreu com o “Primeiro Choque do Petróleo” ocorrido no ano anterior, quando os países exportadores do petróleo quadruplicaram o seu preço. Este Choque provocou a interrupção do crescimento não só do Brasil, como da economia mundial. No Brasil, o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) tinha duas alternativas para lidar com a crise: se ajustar a realidade da economia internacional e focar em conter o grande crescimento da inflação devido ao choque externo ou buscar alternativas para manter o nível de investimento, através do financiamento externo. (MARIANO, 2012)

Com o diagnóstico de que a crise terminaria rapidamente foi implementado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado no final de 1974 e que durou até 1979. No geral, o II PND não manteve o ritmo de crescimento do PIB que tinha originalmente como meta, de 10% a.a. e a pressão inflacionária retornou gradativamente. O IGP-DI que, em 1973, era de 15,54%, em 1978, foi para 40,81% (MARIANO, 2012). O sucessor de Geisel, João Figueiredo (1979-1985) sofreu, em seu governo, com o “Segundo Choque do Petróleo”, de 1979, e com o endividamento externo não resolvido pelo II PND. As correções do câmbio e das tarifas públicas, além dos regimes de reajustes salariais aceleraram o processo inflacionário. O IGP-DI saltou para 77,25%, em 1979. A medida adotada foi a prefixação da correção monetária, em níveis inferiores ao da inflação, com objetivo de induzir a queda da inflação, mas sem sucesso. (HERMANN, 2011; GREMAUD *et al.*, 2017)

O modelo de ajuste externo implementado no biênio de 1979-1980, que com um viés não recessivo, combinava controles fiscal e monetário com ajuste de preços relativos, na prática, se mostraram inofensivos perante a aceleração que, em 1980, alcançou os três dígitos, com IGP-DI de 110,24%¹¹ (HERMANN, 2011; GREMAUD *et al.*, 2017). O período de 1981 a 1983, foi marcado pela recessão econômica e a estagflação. Foram promovidos ajustes por meio da redução de gastos, aumento da arrecadação e da contratação da liquidez, no intuito de reduzir a inflação por meio da diminuição dos meios de pagamento. Essas medidas de caráter

¹¹ Pode-se afirmar, a partir do conceito apresentado por Samuelson e Nordhaus (2009), apresentado no capítulo 1, que neste patamar a inflação atingiu o grau de “galopante”.

recessivo resultaram em queda da atividade econômica e frearam o crescimento, além de não surtir efeito na inflação que se manteve elevada. A queda da renda *per capita* em 11% também caracterizou a estagflação pelo qual a economia passava (MARIANO, 2012).

Ressalta-se, ainda, que em 1982 o México anunciou moratória, provocando crise nos mercados e queda no *superávit* comercial do Brasil. Para conter esse movimento, o governo brasileiro promoveu uma desvalorização cambial que colaborou no aumento da pressão inflacionária, com o IGP-DI, em 1983, sendo de 210,99%. Em 1984, o comportamento positivo da economia norte-americana favoreceu a retomada do crescimento¹² da economia no Brasil, porém o padrão de aceleração da inflação se manteve. O último ano do governo Figueiredo e do regime militar apresentou um IGP-DI de 223,81% (MARIANO, 2012). Nota-se, portanto, que o Brasil teve, no período analisado, um longo histórico de inflação nunca controlada adequadamente em longo prazo. Isso a transformou em principal alvo de combate durante a Nova República, período iniciado em 1985.

2.2 O PERÍODO DE 1984 A 1994: OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DA HIPERINFLAÇÃO BRASILEIRA

A política econômica na Nova República teve como principal meta combater a pressão inflacionária, dando origem assim a uma série de planos econômicos, dos quais se destacam os planos: Cruzado, Bresser, Verão, Collor I, Collor II e, por fim, o Real. Foi um período da economia brasileira marcado por grandes oscilações não só na taxa de inflação como no produto real e diversos mecanismos foram utilizados, tendo como base o diagnóstico da inflação inercial, na tentativa de vencer a pressão inflacionária. Entre os tais mecanismos se destacaram o congelamento de preços, as reformas monetárias e a fixação da taxa de câmbio. O ambiente conturbado pelo início do processo de redemocratização do Brasil e o cenário de exclusão do País do fluxo de capitais internacionais foram condições que dificultaram a estabilização dos planos que antecederam o Plano Real (GREMAUD *et al.*, 2017).

No Governo de José Sarney (1985-1990), vice do último presidente eleito pelo Colégio Eleitoral Tancredo Neves, que faleceu antes de iniciar o mandato, implantou-se o primeiro plano de estabilização, o Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Com este plano, além de substituir o cruzeiro pelo cruzado como moeda nacional, onde 1 Cruzado (Cz\$) era equivalente a 1.000 Cruzeiros (Cr\$), adotou medidas como: congelamento de preços; taxa de câmbio fixa; desindexação de contratos com prazo inferior a um ano; política salarial de reajuste com base no poder de compra dos últimos seis meses adicionados a um abono salarial de 8% e, para o salário-mínimo o abono era de 16%; política de gatilho salarial, que garantia correção de maneira imediata caso a taxa de inflação acumulasse 20% ao mês. Inicialmente o plano obteve sucesso, mas a explosão no consumo e a dificuldade em manter o congelamento de preços resultaram em pressões econômicas. O *déficit* público e a falta de controle fiscal colaboraram para o declínio do plano. As medidas adicionais tomadas pelo “Cruzadinho” e “Cruzado II”¹³ resultaram em aumento das taxas de inflação, de juros e em moratória da dívida externa, em 1987 (LACERDA, 2010). Para Castro (2011), os erros foram: o diagnóstico de que a inflação era puramente inercial; a condução frouxa das políticas fiscais e monetárias; os abonos salariais colaboraram para a explosão do consumo e o congelamento de preços que durou mais tempo do que o previsto.

¹² A expansão de mercado norte-americana colaborou para que no ano de 1984 houvesse um aumento das exportações brasileiras que caracterizaram a formação do *superávit* comercial de US\$ 13 bilhões neste mesmo ano. (CASTRO E SOUZA, 1985)

¹³ O “Cruzadinho” e o “Cruzado II” foram pacotes fiscais onde o primeiro tinha como objetivo desaquecer o consumo e financiar um plano de investimentos em infraestruturas e metas sociais, enquanto o segundo pretendia aumentar a arrecadação do PIB, além de marcar o fim do congelamento de preços. (CASTRO, 2011)

Com o fracasso do Plano Cruzado, em 1987, o Ministro da Fazenda Dilson Funaro, deixou o cargo. Em junho do mesmo ano, o novo Ministro Bresser-Pereira, implementou um novo plano, com elementos tanto heterodoxos, quanto ortodoxos¹⁴, que não tinha como meta “zerar” a inflação e nem eliminar a indexação da economia, mas, sim promover um choque deflacionário com a supressão da escala móvel dos salários e sustentar taxas de inflação mais baixas com a redução do *déficit* público. Conhecido como Plano Bresser, as principais medidas foram: congelamento de salários por três meses, com resíduo inflacionário sendo pago em seis parcelas mensais a partir de setembro; congelamento de preços por três meses; desvalorização cambial e não congelamento do câmbio; congelamento de aluguéis; criação da Unidade Referencial de Preços (URP), que corrigia os salários dos três meses seguintes a partir de uma taxa prefixada e a adoção de políticas monetárias e fiscais ativas com objetivo de reduzir o *déficit* público (MODIANO, 1990).

Sobre os resultados do plano, apesar de ter sido inicialmente bem-sucedido na redução da inflação e na recuperação da Balança Comercial, Gremaud *et al.* (2017) destacam que o plano levou à uma queda na produção industrial devido aos desequilíbrios no preço relativo. A tentativa de descompressão resultou em aceleração inflacionária, impulsionada por demandas de reposições salariais, que beneficiariam funcionários públicos e se estenderam a outros setores. A falha no plano em estabilizar a taxa de inflação em longo prazo pode ser observada na Tabela 02, com o IGP-DI de 1987 chegando aos 415,83% a.a., um grande salto comparado aos 65,03%, de 1986.

Tabela 02: IGP-DI (%) entre 1985 e 1990

Mês/Ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	12,64	17,79	12,04	19,14	36,56	71,90
Fevereiro	10,16	14,98	14,11	17,65	11,80	71,68
Março	12,71	5,52	15,00	18,16	4,23	81,32
Abril	7,22	-0,58	20,08	20,33	5,17	11,33
Maio	7,78	0,32	27,58	19,51	12,76	9,08
Junho	7,84	0,53	25,88	20,83	26,76	9,02
Julho	8,92	0,63	9,33	21,54	37,88	12,98
Agosto	14,00	1,33	4,50	22,89	36,48	12,93
Setembro	9,13	1,09	8,02	25,76	38,92	11,71
Outubro	9,05	1,39	11,15	27,58	39,70	14,16
Novembro	14,95	2,46	14,47	27,97	44,27	17,45
Dezembro	13,20	7,56	15,89	28,89	49,39	16,46
Anual	235,11	65,03	415,83	1.037,56	1.782,89	1.476,71

Fonte: Ipeadata (2023).

Em janeiro de 1988, o Ministro da Fazenda Mailson da Nobrega, sucessor de Bresser Pereira, propôs uma política ortodoxa gradualista, a “Política do Feijão com Arroz”, rejeitando as ideias heterodoxas, com propostas que se baseavam no congelamento dos valores nominais dos empréstimos do setor público e na contenção salarial do funcionalismo

¹⁴ A ortodoxia econômica atribui a inflação à emissão monetária, defendendo a necessidade de interrompê-la para conter a demanda e diminuir a pressão inflacionária, muitas vezes resultante do financiamento de *déficits* públicos, sendo combatida através de políticas recessivas, incluindo a redução do *déficit* público por meio de aumento de receitas e diminuição de gastos. Já a abordagem heterodoxa contesta essa visão, entendendo que é a emissão de moeda é uma consequência da inflação e não uma causa, argumentado que é possível combater a inflação sem políticas recessivas, utilizando medidas como o congelamento de preços e salários, característico da política de rendas. (GREMAUD *et al.*, 2017)

público, tendo como meta estabilizar a inflação em 15% ao mês. Aproximou-se da meta, mas vários fatores contribuíram para a aceleração inflacionária, em 1988: aumento nos preços públicos; choque agrícola; política monetária limitada pelos megassuperávits da balança comercial; a promulgação da Constituição Federal que, apesar dos avanços sociais, impactou na capacidade governamental de controle de contas. O IGP-DI de 1988 fechou em 1.037,56%, representando um novo salto da taxa de inflação anual (CASTRO, 2011).

Para evitar um cenário hiperinflacionário, o governo tentou um acordo com empresários e trabalhadores para aplicação de um redutor, porém, a taxa de inflação mensal acima dos 30%, em janeiro de 1989, levou a adoção do Plano Verão. Assim como o Plano Bresser, o Verão tinha elementos tanto ortodoxos, que visavam conter a demanda através da diminuição dos gastos públicos e da elevação das taxas de juros, quanto heterodoxos, adotando o congelamento de preços e uma reforma monetária, introduzindo como nova moeda - o Cruzado Novo (NCz\$), onde 1 NCz\$ equivaleria a 1.000 Cz\$. Outras medidas adotadas foram: a conversão dos salários pela média dos últimos 12 meses mais a aplicação da URP; aplicação de uma Tablita de conversão para os contratos prefixados e pós-fixados; a promoção de uma desvalorização cambial de 18% e a fixação da taxa de câmbio colocando o Cruzado Novo no mesmo valor do Dólar. A duração do Plano foi curta devido aos seguintes fatores: falta de ajustes fiscais, onde os *déficits* públicos se mantiveram elevados; incapacidade de negociações entre o executivo e legislativo e o cenário eleitoral que impedia adoção de medidas austeras e impopulares. Assim, a economia caminhou para a hiperinflação, tendo no final de 1989, a taxa de inflação mensal atingido 80% (GREMAUD *et al.*, 2017).

Em março de 1990, ao assumir o governo como primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Regime Militar, Fernando Collor de Mello anunciou o “Plano Brasil Novo”, que, posteriormente, viria a ficar conhecido como “Plano Collor I”. Neste Plano, tinham-se medidas que combinavam o confisco de depósitos à vista e de aplicações financeiras com prefixação da correção de preços e salários; câmbio flutuante; tributação ampliada sobre aplicações financeiras; privatização de estatais; abertura econômica; eliminação de subsídios e incentivos fiscais e uma reforma administrativa que realizou o fechamento de diversos órgãos públicos colocando grande quantidade de funcionários públicos em “disponibilidade”. As medidas foram justificadas pelo governo devido ao contexto hiperinflacionário do período. Apresentado como um “choque heterodoxo”, por conta do congelamento de preços e salários que visava combater o fator inercial da inflação, o plano tinha elementos monetaristas alinhados ao “Consenso de *Washington*”¹⁵ incluindo a redução da base monetária e a mudança de moeda, onde o Cruzado Novo foi substituído pelo Cruzeiro (PIRES, 2010).

O Plano, que teve um grande sucesso inicial, ao reduzir a inflação de março de 1990, que era de mais de 80%, para 11% em abril, voltou a sofrer com a aceleração inflacionária durante o segundo semestre. Em janeiro de 1991, adotou-se o “Plano Collor II”, cujas medidas eram: congelamento de preços e salários; substituição do *overnight* pelo Fundo de Aplicações Financeiras; racionalização dos gastos públicos; redução das despesas da administração federal em 10%; controle das estatais através da criação do Comitê de Controle das Empresas Estatais no Ministério da Economia e estímulo à competitividade industrial por meio do Programa de Fomento e Competitividade Industrial. O plano Collor I e o II marcaram os anos de 1990 até 1992 com forte recessão, aumento do desemprego, queda dos salários reais e da massa salarial. Os resultados do combate à inflação do Plano Collor II foram negativos, com a inflação de fevereiro de 1991, como se pode observar na Tabela 03, já alcançando os 21% e fechando o IGP-DI do mesmo ano com 480,23% (PIRES, 2010).

¹⁵ O “Consenso de *Washington*” foi um decálogo de medidas liberalizantes e de ajustes que foram sugeridos como reformas para países em desenvolvimento. Foi concebido no âmbito de organizações vinculadas ou sediadas em *Washington*, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (LACERDA, 2010)

Tabela 03: IGP-DI (%) entre 1991 e 1994

Mês/Ano	1991	1992	1993	1994
Janeiro	19,93	26,84	28,73	42,19
Fevereiro	21,11	24,79	26,51	42,41
Março	7,25	20,70	27,81	44,83
Abril	8,74	18,54	28,21	42,46
Mai	6,53	22,45	32,27	40,95
Junho	9,86	21,42	30,72	46,58
Julho	12,83	21,69	31,96	24,71
Agosto	15,49	25,54	33,53	3,34
Setembro	16,19	27,37	36,99	1,55
Outubro	25,85	24,94	35,14	2,55
Novembro	25,76	24,22	36,96	2,47
Dezembro	22,14	23,70	36,22	0,57
Anual	480,23	1.157,84	2.708,17	1.093,89

Fonte: Ipeadata (2023).

A demissão da então Ministra da Economia Zélia Cardoso deu lugar às políticas ortodoxas do seu sucessor Marcílio Moreira, dando novamente prioridade ao combate ao *déficit* público. O último ano do governo Collor, que viria a ser afastado em outubro de 1992 devido ao movimento que pedia seu *impeachment* e, posteriormente renunciaria ao cargo, em dezembro de 1992, voltou a ter a taxa de inflação anual acima dos 1000%. Com a renúncia de Collor assumiu o governo, seu vice Itamar Franco, para concluir o mandato no período de 1992 a 1995. O período de Itamar Franco (1992-1995) como presidente da República, se colocou na posição de um “governo de transição”. No entanto, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda, ainda na gestão Itamar Franco, tem-se a gestação do último plano econômico que seria implantado no País. Implementado, em 1994, o Plano Real foi o único a reduzir, de forma duradoura, a inflação brasileira. A entrada em circulação da moeda Real se deu em 01 de julho de 1994, na gestão do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (GREMAUD *et al.*, 2017). É sobre este contexto histórico de gestação e os fundamentos que deram suporte à implantação do Plano Real, em suas três fases, que será tratado na seção que segue.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS QUE DERAM SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL HÁ 30 ANOS NO BRASIL

3.1 ANTECEDENTES

Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso se tornou Ministro da Fazenda, em meio a uma taxa de inflação mensal acima dos 30% e à incredulidade da sociedade, à respeito do combate à inflação porque o presidente Itamar Franco, em oito meses de mandato, já tinha nomeado quatro ministros da Fazenda. A equipe econômica de FHC, que contava com os economistas: Edmar Bacha, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan e Winston Fritsch, apresentou o diagnóstico de que o principal causador da inflação, mas não único, era o desequilíbrio fiscal. Reconhecia, também, a necessidade da desindexação para a estabilidade de preços (CARDOSO, 1995; CASTRO, 1999). Em relação aos planos anteriores, a originalidade do Plano Real estava no fato de não ser implementado de surpresa, mas, sim de forma gradual e o não congelamento dos preços, tendo em seu lugar a criação da Unidade Real de Valor (URV).

Para Arida (2019), a transparência seria importante para dar credibilidade ao plano. O ajuste fiscal também deveria vir antes da troca do padrão monetário. O contexto internacional era favorável: “O país havia reingressado no fluxo voluntário de recursos externos, tendo acumulado um volume significativo de reservas; a economia estava mais exposta à concorrência devido ao processo de abertura comercial, limitando a capacidade dos agentes de repassarem para preços os choques” (GREMAUD *et al.*, 2017, p.481). Assim, o Plano Real foi concebido como um programa a ser implementado em três fases: o ajuste fiscal, a desindexação e a emissão da nova moeda.

3.2 FASE I: O AJUSTE FISCAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO “EFEITO OLIVEIRA-TANZI ÀS AVESSAS”

Nesta fase foram tomados dois conjuntos de medidas: o Programa de Ação Imediata (PAI), que entrou em vigor em maio de 1993 e o Fundo Social de Emergência (FSE), implementado em fevereiro de 1994. O PAI tinha como foco a redefinição da relação da União com os Estados e do Banco Central com os bancos estaduais e municipais. Já o FSE pretendia dar continuidade aos esforços do PAI, sendo constituído através da desvinculação de algumas receitas do Governo Federal, com o objetivo de amenizar a rigidez excessiva dos gastos da União ditada pela Constituição Federal de 1988. A capacidade do Governo Central de controlar suas contas públicas foi afetada devido a três fatores: o crescimento das receitas vinculadas; a redução da participação dos gastos federais que dificultava a capacidade de controlar os dispêndios; e o crescimento das despesas com a Previdência. Os dois primeiros itens foram foco nas medidas adotadas pelo PAI, visto que a gravidade da situação previdenciária não estava em evidência ainda. (CASTRO, 1999)

Para Lacerda (2010), havia necessidade de uma ampla reorganização do setor público, para equilibrar finanças e relações com a iniciativa privada. Para isto seria preciso, segundo o governo: redução dos gastos da União e o aumento da sua eficiência; recuperação da receita tributária; equacionamento das dívidas dos estados e municípios com a União; controle rígido dos bancos estaduais; saneamento dos bancos federais e a privatização de estatais. As medidas adotadas pelo PAI foram: corte no orçamento no valor de US\$ 6 bilhões, em 1993; limitação das despesas com os servidores civis em 60% da receita corrente da União, dos estados e dos municípios e o estabelecimento de diretrizes ligadas à cooperação entre União, estados e municípios. Obrigatoriamente, os estados e municípios tinham que manter em dia, os seus compromissos financeiros com a União, para receberem recursos federais.

De acordo com Castro (1999), as medidas do PAI foram eficientes no combate à sonegação e a média mensal de arrecadação dos impostos da União aumentou em US\$ 500 milhões. Este fator, juntamente com o corte efetuado nas despesas públicas, levou ao equilíbrio a execução orçamentária de 1993. Mas a luta contra a inflação persistiu. Conforme nota-se na Tabela 03, a inflação se manteve acima dos 30% mensais durante o segundo semestre de 1993.

O principal fundamento teórico utilizado na elaboração desta primeira fase do Plano Real seria a existência de um “*déficit* potencial”, com o argumento de que ocorreria um “Efeito Oliveira-Tanzi às Aversas” no Brasil, porque os impostos seriam protegidos contra a inflação, porém as despesas não. Essa análise pode ser melhor compreendida através da análise do trabalho publicado por Edmar Bacha, em 1994.

3.2.1 O *déficit* potencial e o Efeito Oliveira-Tanzi às Aversas

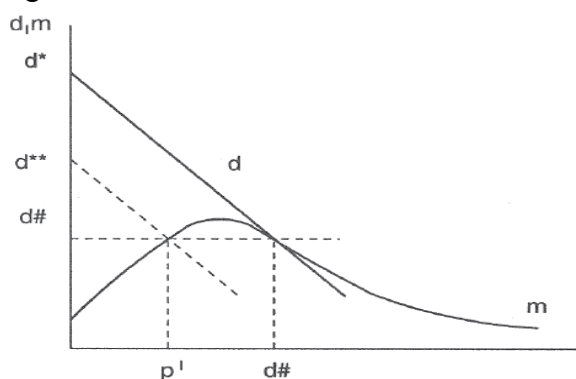
A inflação anual brasileira foi superior aos 1.000%, em 1992, porém, o *déficit* do setor público não teve a mesma proporção, representando apenas 1,7% do PIB, no conceito

operacional. Esse fator, de acordo com Bacha (1994), não anularia o caráter fiscal da aceleração inflacionária pelos seguintes motivos: *déficit* orçamentário potencial com inflação zero e a erosão pela inflação das despesas orçamentárias do governo. O “*déficit* potencial” seria o responsável por um desequilíbrio das contas públicas, não revelado. Esse *déficit* potencial seria a diferença entre o *déficit* reprimido, em que se faz uma compressão temporária de despesas governamentais, como, por exemplo, a folha de salários do funcionalismo público, e do *déficit* suprimido, que seria o ajuste estrutural através do corte de gastos e/ou aumento das receitas. (BACHA, 1994; CASTRO, 1999)

O *déficit* potencial está embutido no próprio orçamento da República, mesmo que este esteja supostamente equilibrado em suas contas, devido à existência de uma subestimação das receitas do governo em relação a suas despesas e uma superestimação em relação a suas receitas. A demanda por recursos vinha sendo muito superior ao que era verificado ao final do ano fiscal.¹⁶ A inflação era utilizada para reprimir as despesas orçadas, reduzindo o *déficit* orçamentário aos valores efetivamente observados ao fim do ano fiscal. Como o orçamento embute uma previsão inflacionária expressivamente menor do que a inflação efetivamente observada, o valor real das despesas orçadas era reduzido, já que estes eram fixos em termos nominais, enquanto as receitas públicas eram indexadas pela inflação verificada, favorecendo a redução do *déficit* (BACHA, 1994; CASTRO, 2011)

Outro ponto levantado por Bacha (1994) era de que o Ministério da Fazenda, por meio do controle de caixa, adiava a liberação das verbas orçamentárias para o final do ano ou para os restos a pagar do ano seguinte, fazendo com que o valor real dessas despesas fosse adicionalmente reduzido pela inflação. Castro (2011, p. 144) sintetiza os argumentos de Bacha: “Dessa forma, existiria um desajuste fiscal *ex ante* (isto é, entre os gastos e as receitas orçadas) muito elevado, mas conforme a inflação corroía os gastos do governo em termos reais (e suas receitas mantinham-se relativamente protegidas), surgia, *ex post*, um *déficit* apenas moderado.” A soma desses efeitos na economia brasileira levaria à realização de um “Efeito Oliveira-Tanzi às Avessas”. O Efeito Oliveira-Tanzi tradicional, conforme explica Castro (2011), se dá quando o aumento do *déficit* público ocorre em função de uma perda real das receitas, com os gastos se tornando indexado de maneira melhor do que as receitas e, conseqüentemente, havendo perdas para o governo, em forma de um *déficit* ou redução do *superávit*. O caso descrito por Bacha (1994) é o oposto, com as receitas estando mais protegidas da inflação do que as despesas.

Figura 01: Curva de Laffer



Fonte: Bacha (1994, p. 10).

¹⁶ Para um estudo aprofundado sobre o *déficit* potencial no Brasil, ver Guardia (1992), usado como referência pelo próprio Bacha em seu artigo.

Para ilustrar sua hipótese, Bacha (1994) apresenta uma adaptação da Curva de Laffer¹⁷ (Figura 01), onde o eixo vertical representa o *déficit* público e o horizontal representa a inflação. A curva “m” é a curva de Laffer de inflação, onde o imposto inflacionário¹⁸ é crescente até um ponto máximo, a partir do qual passa decrescer após. A curva “d” representa o efeito da inflação sobre o *déficit*, sendo esta negativamente inclinada, de forma que apresenta uma relação negativa com o aumento da inflação, demonstrando também que no ponto d*, onde a inflação é igual a zero, o valor potencial do *déficit* é atingido. Essa relação negativa contrapõe o Efeito Tanzi-Oliveira clássico e valeria apenas para países em que suas receitas são mais bem indexadas que suas despesas, como o Brasil. Mesmo que seja realizada uma reforma monetária que atrelasse a moeda doméstica a uma moeda internacional, para reduzir a inflação do ponto d# para o ponto p’, o modelo aponta que *déficit* ficaria superior ao imposto inflacionário arrecadado. A aceleração inflacionária avançaria até o ponto em que o valor do imposto inflacionário se adaptasse a necessidade de financiamento do setor público, ou seja, retornando ao ponto de equilíbrio d#, onde há a interseção entre as curvas “d” e “m”. (BACHA, 1994; CASTRO, 1999)

Para Bacha (1994), a melhor solução seria promover um ajuste fiscal profundo, capaz de tornar possível o equilíbrio entre imposto inflacionário e *déficit* sem que houvesse a necessidade de uma repressão fiscal, a fim de tornar a curva “d” uma paralela com as abscissas. Castro (2011) destaca duas críticas que o modelo de Bacha recebeu: a) por mais bem indexadas que fossem as receitas, inflações elevadas sempre geram prejuízo para a carga tributária, de modo que não é possível que seja evitada uma perda de valor real entre o fator gerador de um tributo e o momento de sua arrecadação; b) os agentes com poder maior de barganha, como, por exemplo, os empreiteiros, poderiam exigir compensações tendo ciência do atraso que o governo tem para realizar seus pagamentos anulando, dessa forma, os efeitos benéficos que o controle de caixa feito pelo governo traria.

Em suma, o trabalho de Bacha argumenta que durante o período pré-Real no Brasil, a inflação era importante não somente porque gerava receita através do imposto inflacionário, mas, também porque em termos reais, corroía a despesa programada no orçamento. As arrecadações do governo não eram afetadas em termos reais devido ao fato de serem mais bem indexadas que seus gastos, explicando a inflação alta em um cenário de *déficit* operacional pequeno (BACHA, 1999; BACHA, 2023). Em artigo publicado em 2023¹⁹, o próprio Bacha explica que esta foi a fundamentação teórica da primeira fase do Plano Real, referente ao ajuste fiscal. Segundo Bacha (2023, p. 4): “O argumento do artigo foi útil para a concepção do sequenciamento das medidas do Plano Real, cuja primeira etapa foi a aprovação de emenda constitucional que permitiu o envio para o Congresso de um orçamento razoavelmente equilibrado para 1994.”

3.3 FASE II: A UNIDADE REAL DE VALOR E OS FUNDAMENTOS DA PROPOSTA “LARIDA”

A segunda fase do Plano Real teve como principal objetivo apagar a memória inflacionária e realizar a desindexação da moeda brasileira. Ao contrário dos planos

¹⁷ A curva de *Laffer*, em seu conceito original, foi formulada pelo economista Arthur Laffer e, em resumo, argumenta que a partir de determinado nível, a elevação da taxa de impostos pode reduzir o nível de arrecadação devido ao desestímulo no trabalho que poderia causar. (KRUGMAN E WELLS, 2023) O modelo de Bacha, ao invés de trabalhar com a taxa de impostos, trabalha com o imposto inflacionário.

¹⁸ “Conceitualmente, o imposto inflacionário é definido como a demanda real por moeda multiplicada pela taxa de inflação $[(M/P)(P'/P)]$, onde M é o estoque de moeda, P, o nível dos preços e a apóstrofe representa a derivada da variável em relação ao tempo.” (CASTRO, 2011, p. 144)

¹⁹ Artigo preparado para livro em homenagem ao economista Eduardo Guardia, organizado por Ana Carla Abrão, Ana Paula Vescovi e Pedro Malan.

anteriores, que optaram pelo congelamento de preços, este seria feito por meio de uma “quase moeda” que reduziria o período de reajuste de preços (CASTRO, 2011). De acordo com Bacha (1998), os desalinhamentos dos preços impunham pressões inflacionárias adicionais, porque forçavam para cima os preços defasados, componente inercial da inflação brasileira. Assim, seria necessário realinhar os preços. Para combater o componente inercial da inflação foi criada a URV, em março de 1994, integrando com o Cruzeiro Real, o Sistema Monetário Nacional. A URV não era uma nova moeda e tinha uso exclusivo como padrão de valor monetário. Assim, o Cruzeiro Real manteve sua função de meio de pagamento. A URV deveria servir aos agentes econômicos como uma fase de transição da moeda antiga para o Real e seu cálculo diário seria estabelecido através da variação de três índices: IGP-M, IPCA-E e IPC-FIPE²⁰ (CASTRO, 1999; LACERDA, 2010).

A URV foi usada para restaurar a função de unidade de conta da moeda que havia sido perdida devido às pressões inflacionárias, assim como também referenciar preços e salários. O Banco Central emitia, diariamente, relatórios sobre a desvalorização do Cruzeiro Real e a cotação da URV. Desse modo, a URV auxiliou os setores econômicos na determinação de preços, incluindo salários e efetuação de contratos, independentemente das desvalorizações geradas pela inflação (LACERDA, 2010). Do ponto de vista de suas implicações macroeconômicas, a URV gerava uma externalidade significativa ao estabelecer um mecanismo eficaz de coordenação decisória para a formação de valores nominais como preços, salários e aluguéis: “Ela [A URV] tornou desnecessário o congelamento, a pré-fixação, ou qualquer outro mecanismo coercitivo de intervenção nas decisões soberanas dos agentes econômicos. Ela ofereceu uma fecunda terceira via entre a heterodoxia e a ortodoxia” (FRANCO, 1995, p. 49). Logo após o lançamento da URV, muitas semelhanças foram notadas entre ela e a proposta de Reforma Monetária formulada por Pêrsio Arida e André Lara Resende, em 1985. E que foi base teórica para a realização da segunda fase do Plano Real.

3.3.1 A proposta “Larida”

O ano de 1984 foi intenso no que diz respeito ao debate econômico, em um cenário de transição política do Regime Militar para a Nova República, em 1985. Surgiram diversas propostas e enfoques a respeito da elevação da taxa de inflação. Dentre as correntes que se destacaram havia duas vertentes que buscavam combater o componente inercial brasileiro: o choque heterodoxo e a moeda indexada (CUNHA, 2006; GREMAUD *et al.*, 2017). O choque heterodoxo, formulado por Francisco Lopes consistia em, basicamente, duas fases: congelamento de preços e a descompressão de até 1,5% para reestabelecer preços relativos e foi a base teórica para o Plano Cruzado. Já a moeda indexada, idealizada por André Lara Resende e Pêrsio Árida buscava a desindexação da economia, sendo a base teórica da URV (CASTRO, 2011; GREMAUD *et al.*, 2017).

A Reforma Monetária de Arida e Lara Resende teve sua primeira versão apresentada em uma conferência promovida pelo *Institute of International Economics* em *Washington* em dezembro de 1984, onde recebeu o apelido de proposta “Larida” pelo economista Rudiger Dornbusch, sendo a junção do sobrenome dos autores (ARIDA, 2019; CASTRO, 1999). Em seu trabalho, Arida e Resende (1985) destacam cinco principais enfoques de combate à inflação naquele período como “falsos conceitos”. O primeiro nega que as medidas de austeridade tenham falhado em reduzir a inflação, com a contração monetária agindo como

²⁰ IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) é calculado pelo FGV da mesma maneira que o IGP-DI (ver capítulo 1); IPCA-E é o acumulado trimestral do IPCA-15 (cálculo do IPCA que utiliza como período de coleta o dia 16 do mês anterior até o dia 15 do mês de referência); IPC-Fipe (índice de Preços do Consumidor) calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), mede a variação de preços no Município de São Paulo. (IBGE, 2023)

fator para redução da inflação após uma defasagem de tempo. Essa teoria foi criticada pela indeterminação da defasagem temporal, sendo considerado um “ato de fé”. O segundo enfoque fundamenta-se no dogma de que não há inflação sem um *déficit* fiscal subjacente financiado por expansão monetária. Arida e Resende (1985) apontam que a eliminação do *déficit* fiscal no conceito operacional, apesar de condição necessária para combater a inflação, ela por si só não é o suficiente.

O terceiro enfoque reconhece a inoperância das medidas de austeridade e as caracteriza como sendo a natureza psicológica da inflação brasileira, devido à falta de credibilidade das autoridades monetárias. A inflação seria como uma bolha cuja expansão só teria fim após a ascensão de um novo governo fidedigno. A deficiência nessa teoria, segundo Arida e Resende (1985), estaria em uma busca pela credibilidade não é suficiente para lidar com a pressão inflacionária. O quarto e quinto enfoques seriam referentes, respectivamente, aos choques ortodoxo e heterodoxo. O choque ortodoxo é desconsiderado como opção de combate à inflação por Arida e Resende (1985), pelos custos sociais e econômicos. Referente ao choque heterodoxo, Arida e Resende (1985) argumentam que, apesar do correto diagnóstico a respeito da inflação inercial, o congelamento de preços sugerido pelos heterodoxos em um cenário de inflação rigorosa só traria um equilíbrio débil no longo prazo, devido a volatilidade dos preços.

Arida e Resende (1985) definem que a inflação brasileira era predominantemente inercial, sendo a extensão do período de indexação dos contratos um dos principais motivos. O reajuste do valor nominal dos contratos em 100% da inflação verificada no período prévio não garantia a meta de um valor real mesmo que ele contemplasse o pleno reajuste das perdas devido à inflação passada. O valor real médio de um determinado contrato depende da taxa de inflação vigente, e, a menos que a extensão do período seja mínima, as cláusulas de indexação são uma cobertura imperfeita da pressão inflacionária. Quanto menor for o período entre reajustes, mais elevado será o valor real de um contrato. Do ponto de vista da inércia, o reajuste de preços com retardo no período de indexação é definido como um infortúnio por Arida e Resende (1985), pois a memória do sistema econômico esvaziaria uma redução da inflação devido aos contratos terem memórias ainda de taxas de inflação mais elevadas de períodos anteriores. Zerar essa memória do sistema era necessário para romper a inércia.

A partir dessas premissas e críticas, Arida e Resende (1985) apresentam os elementos de sua Reforma Monetária: introdução de uma nova moeda indexada - o Novo Cruzeiro (NC) em uma data preanunciada, com paridade fixa de um para um com a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN)²¹, a taxa de câmbio em cruzeiro acompanharia o sistema de minidesvalorizações durante o período de transição; livre conversão dos cruzeiros para NC, em bancos comerciais e outros locais preunciados, pelos agentes econômicos, para evitar um aumento da circulação dos cruzeiros; depósitos a vista no sistema bancário e todas as transações efetuadas pelo Banco Central seriam convertidas em NC; todos os contratos em ORNT poderiam ser imediatamente transformados em NC; preços administrados pelo governo seriam cotados em NC; cálculo da inflação, em cruzeiros, teria continuidade após a emissão do NC e política de indexação salarial não seria abolida por lei, havendo a opção de conversão de contratos para a NC. A reforma monetária não obteria sucesso se o NC não tivesse uma âncora que preservasse seu valor real ao longo do tempo, segundo Arida e Resende (1985).

De acordo com Simonsen (1985), alguns pontos da reforma monetária eram criticáveis, dentre eles: a circulação simultânea de duas moedas criaria uma confusão transacional; o combate à inflação inercial seria inútil se não se conter também o *déficit*

²¹ Título público federal emitido com a característica de pagar remuneração acrescida de correção monetária. O valor unitário do título passou a representar indexador largamente utilizado na economia brasileira. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023)

público e a expansão monetária; antes da nova moeda se consolidar como unidade de conta nos contratos, ela seria um meio de troca, pois seria preferível mantê-la em caixa ou em depósitos à vista ao invés dos cruzeiros antigos, dificultando o controle monetário e podendo inutilizar a reforma e o exemplo da experiência húngara, entre 1945 e 1946, onde se introduziu um esquema de moeda indexada semelhante e teve como resultado a maior hiperinflação de sua história (CASTRO, 2011; SIMONSEN, 1985).

De qualquer maneira, a proposta “Larida” foi uma base conceitual importante para a URV e o Plano Real. As semelhanças entre ela e a segunda fase do Plano Real são evidentes, sendo algumas o livre arbítrio para a adesão dos preços e contratos do novo indexador; depósitos e ativos financeiros compulsoriamente denominados no indexador; a conversão de rendas contratuais pelo seu valor médio e a vinculação do dólar à variação do indexador. Enquanto os planos Cruzado, Bresser e Verão seguiram a proposta de congelamento de preços o Plano Real, em caminho oposto, se embasou, em boa parte, na reforma monetária idealizada por Pêrsio Arida e Lara Resende (CASTRO, 1999; CASTRO, 2011).

A proposta de Reforma Monetária de Arida e Resende não foi apenas adotada na formulação da URV, como também teve alguns pontos ajustados para se adequar às condições específicas da economia brasileira. A primeira inovação, em relação à proposta original, foi que a URV não significaria a existência de uma nova moeda, mas apenas uma nova unidade de conta, para evitar que esta fosse contaminada pela inflação do Cruzeiro. Outras inovações foram a introdução dos custos de *menu*²², para evitar uma aceleração inflacionária excessiva, e a criação de um indexador superior, calculado diariamente com a variação de três índices de preços: IGP-M, IPCA-E e IPC-Fipe. Outra mudança em comparação à proposta “Larida” foi a defesa de uma política monetária ativa, contrariando a passividade implícita na proposta original (CASTRO, 1999; CASTRO, 2011; CUNHA, 2006). Em suma, a reforma monetária proposta de Pêrsio Arida e André Lara Resende foi indispensável base teórica para a formulação da segunda fase do plano Real, a URV. Não apenas a proposta da moeda indexada como, também, as críticas que a proposta “Larida” recebeu.

3.4 FASE III: O REAL E SUAS POLÍTICAS

Em 01 de julho de 1994, após grande parte dos valores da economia brasileira ter sido convertido para a URV, o Governo Federal decretou a Medida Provisória (MP) n. 542, dando assim início à terceira fase do Plano Real. A MP n. 542 introduziu a nova moeda, o Real, marcando o fim da URV, e também estabeleceu as regras da sua emissão. A URV do dia, que estava em paridade com o dólar e equivalente a Cr\$ 2.750,00, foi transformada no Real, tendo o mesmo valor. Castro (1999) lista as principais medidas estabelecidas pela MP: lastreamento da oferta monetária doméstica, no conceito da base monetária, em reservas cambiais; fixação nos limites máximos para o estoque da base monetária por período, podendo ser revistas as metas em até 20% de seu valor inicial pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)²³; mudanças institucionais no funcionamento do CMN e paridade fixa entre o Real e o dólar de 1 para 1, por tempo indeterminado, podendo esta ser alterada pelo CMN.

²² “Custos de *menu*” podem ser definidos como o custo real de se alterar um preço listado. Um exemplo dessa situação é durante o período hiperinflacionário no Brasil no início dos 1990, em que os funcionários dos supermercados consumiam uma grande parte do expediente substituindo etiquetas de preços antigas por novas. (KRUGMAN E WELLS, 2023)

²³ Órgão federal criado em 1964 pela lei que implantou a reforma bancária no país. É responsável pela edição de resoluções: normas superiores de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, que têm por objetivo manter a estabilidade da moeda e definir as políticas de crédito e cambial. A princípio, os participantes do conselho eram representantes dos ministérios da área econômica e de outros órgãos públicos e entidades representativas do setor privado. Após a Lei do Real, a composição foi reduzida para o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central. (SENADO FEDERAL, 2024)

Ressalta-se, também, o ajuste de liquidez feito pelo Banco Central, em junho de 1994, onde os recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista foram aumentados de 40% para 100% e os depósitos compulsórios a prazo que foram fixados em 20%. O objetivo desta política, característica do Plano Real e que contrapunha os planos anteriores, era conter o impulso da demanda que poderia ocorrer após a estabilização da economia brasileira. O governo também limitou as operações de crédito, que, juntamente com a nova política sob os depósitos compulsórios e as metas de expansão monetária restritivas, formaram a chamada “âncora monetária” do Plano Real (CASTRO, 2011; GREMAUD *et al.*, 2017).

Para Franco (1995), as políticas monetárias adotadas foram fundamentais na criação de um movimento contracionista para compensar a pressão expansionista, gerada pela transferência de renda, dada à redução drástica da inflação. Em outubro de 1994, devido ao insucesso das metas monetárias, que não se mantiveram, a âncora monetária foi abandonada pelo governo, sendo adotada a âncora cambial em seu lugar. Conforme Soares (2015), a âncora cambial consiste no anúncio governamental de uma menor e constante desvalorização da taxa de câmbio nominal e, no caso brasileiro, a taxa de câmbio comercial, visando reduzir as expectativas de inflação ao servir como referência de preço na economia. Os objetivos da âncora cambial são três principais: redução das expectativas inflacionárias, pois a desvalorização da moeda é associada à inflação; redução da indexação, já que a taxa de câmbio é usada como *proxy* para ajustar os preços; e redução da inflação nos bens comercializáveis devido à sobrevalorização do câmbio real, que barateia as importações e limita a capacidade dos produtores domésticos de aumentar os preços (SOARES, 2015).

Foi adotada uma âncora cambial com limites para a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar onde, conforme mencionado anteriormente, era estabelecido um teto de paridade de 1 para 1 entre as moedas. Essa política, porém, não contava com um limite inferior, sendo uma flutuação assimétrica de câmbio. O elevado patamar de reservas internacionais brasileiras, próximas aos US\$ 40 bilhões, se mostrou como uma condição importante para a instalação da ancoragem cambial (CASTRO, 2011; SOARES, 2014).

Estas foram as bases teórico-históricas que fundamentaram a implantação do Plano Real que tem, durante estes 30 anos, mostrado bons resultados no combate à inflação. Segundo o IBGE (2024), desde 1996 poucas vezes a inflação brasileira atingiu 10% ao ano. Entre junho de 2023 a maio de 2024, o IPCA ficou em 3,93%, confirmando a robustez e a resiliência do Plano Real.

CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi analisar os aspectos teórico-históricos e conceituais que deram origem e fundamentaram a criação do Plano Real, em 1994. Por meio deste estudo observou-se que o Brasil é um país com longo histórico inflacionário. No entanto, a aceleração inflacionária atingiu o nível galopante durante a crise do “Segundo Choque do Petróleo”, em 1979, quando chegou a atingir o patamar de 77,25% a.a. Posteriormente atingiu o nível hiperinflacionário, tendo como auge o ano de 1993, quando alcançou o índice de 2.708,17%. A inflação brasileira só passou a ser controlada após o lançamento do Plano Real, em 1994, e que vigora até o momento.

O Plano Real foi fundamentado, em sua primeira fase, no “Efeito Oliveira-Tanzi às avessas”, discutido no trabalho acadêmico lançado por Edmar Bacha, em 1994, e, em sua segunda fase, pela proposta “Larida”, discutida por Pêrsio Árida e André Lara Resende em 1985. A terceira fase do Plano, que consistia na adoção da âncora monetária e, posteriormente, na âncora cambial, não teve originalidades como as anteriores, conforme afirma Castro (2011), não havendo, dessa forma, um trabalho específico que possa ser usado como sua fundamentação teórica.

Apesar do diagnóstico da Fase 1, de ajuste fiscal ter se mostrado inválido, visto que a estabilização se deu junto com a piora das contas públicas, a URV se mostrou um indexador superior aos congelamentos de preços aplicados nos planos de estabilização anteriores à criação do Plano Real. A Reforma Monetária, a partir de uma nova moeda indexada mantida em conjunto, temporariamente, com a moeda antiga, serviu de importante base teórico-prática para a Fase III.

Em suma, o conjunto de discussões que fundamentou o Plano Real contribuiu para que este fosse o mais bem sucedido plano econômico implementado na história brasileira, obtendo resultados indiscutivelmente melhores que seus antecessores ao levar a inflação a uma queda imediata logo após a introdução da nova moeda no País.

REFERÊNCIAS

- ARIDA, P. **Coleção História Contada do Banco Central do Brasil**. v. 20. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019.
- ARIDA, P; RESENDE, A. L. Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil. **Texto para Discussão**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nº 85, p. 1-19, jan. 1985.
- BACHA, E. L. **O fisco e a inflação**: 30 anos depois do Plano Real. 23 jul. 2023. Disponível em: <https://iepecdg.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2024
- BACHA, E. L. O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 1(53), p. 1-16, jan./mar, 1994.
- BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- BAER, W. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A teoria da inflação inercial brasileira. In: REGO, J. M. **Aceleração recente da inflação**. São Paulo: Bial, 1989.
- CAGAN, P. The monetary dynamics of hyperinflation. In: FRIEDMAN, M. **Studies in the quantity theory of money**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956
- CARDOSO, F. H. Introdução. In: FRANCO, G. **O Plano Real e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- CASTRO, A. B; SOUZA, F. E. P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, L. B. Esperança, Frustração e Aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, F, *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CASTRO, L. B. **História precoce das ideias do Plano Real**. (192f). Dissertação (Mestrado), Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F, *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CUNHA, P. H. F. A estabilização em dois registros. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 36, n. 2, p. 383-402, abr. 2006.
- CUNHA, P. H. F. **Heterodoxos? Ortodoxos**: os falsos moedeiros falsos. (316f). Tese (Doutorado), Escola de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FRANCO, G. **O Plano Real e Outros Ensaio**s. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- FGV. **Estatísticas - IGP**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/igp>. Acesso em: 07 out. 2023.
- FURSTENAU, V. Inflação: monetaristas e estruturalistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1981.

GREMAUD, A. P, *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F, *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IBGE. **Estatísticas** - Econômicas - Preços e custos - Índice Nacional de Preços ao Consumir Amplo – O que é. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos>. Acesso em: 07 out. 2023.

IPEADATA. **Macroeconômico** - Temas - Preços - FGV/Conj. Econ.-IGP – IGP-DI Mensal. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 19 nov. 2023

KRUGMAN, P; WELLS W. **Introdução à economia**. 6 ed. Barueri: Atlas, 2023.

LACERDA, A. C, et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

LOPES, F. L. Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjeturas. **Revista de Economia Política**, v. 5, nº 2, p. 135-151, abr/jun. 1985.

MARIANO, J. **Introdução à economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MODIANO, E. C. A Ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: ABREU, de P, et al. **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica (1889-1989)**. São Paulo: Campus, 1990.

MORAES, R. C. de. Teorias estruturalistas da inflação. **Revista Análise Econômica**, ano 8, nº 14, p. 11-38, nov. 1990.

MORAN, C. A. A; WITTE, G. A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, ano 1, nº 1, p. 119-141, mar. 1993.

PIRES, M. C. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RESENDE, A. L. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. **Revista de Política Econômica**, v. 5, n. 2, p. 3-24, abr./jun. 1985.

RESENDE, A. L. Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual. **Revista de Economia Política**, v. 9, nº 1, p. 7-20, jan/mar. 1989.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economics**. 19th ed. Boston: McGraw-Hill Education, 2009.

SANTOS, L. P. F dos. **Inflação e hiperinflação: utilização das funções da moeda como ferramentas para a estabilização dos preços - o caso brasileiro de 1994**. Portugal: Universidade de Lisboa, ano 6, p. 1239-1343, 2020.

SILVA, L. R. M. **Hiperinflação no Brasil: do Cruzado à estabilização com o Real**. (43 f). Monografia (Graduação), Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

SIMONSEN, M. H. A inflação brasileira: lições e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, out/dez, 1985.

SIMONSEN, M. H; CAMPOS, R. de O. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SOARES, F. A. R. **Economia brasileira: da Primeira República ao governo Lula**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SOUZA. N. A de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TEIXEIRA, E. **Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANNA, S. B; VILLELA, A. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F, *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VILLELA, A. Dos “Anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F, *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

FUNDAMENTOS DA TEORIA ECONÔMICA CLÁSSICA: SMITH E OS LADOS REAL E MONETÁRIO DA ECONOMIA¹

Rosalina Lima Izepão²
Denise da Silva M. Carvalho³
Thais Andreia A. de Souza⁴
Raoni Felipe de A. André⁵

ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

Não é preciso ser economista para entender porque Adam Smith (1723 – 1790) é o maior teórico clássico do capitalismo. Em sua obra máxima, 'A riqueza das nações', publicada em 1776, Smith sistematizou, de forma brilhante, os fragmentos de estudos econômicos produzidos por seus antecessores, traçando um modelo explicativo de crescimento econômico que, desde então, vem sendo a base para estudos no mundo todo. Ante ao exposto, no presente artigo tem-se como objetivo apresentar os fundamentos que dão suporte à teoria econômica clássica smithiana. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva, tendo-se como fonte primária o livro 'A riqueza das nações'. Na análise foi dada ênfase aos livros Primeiro e Segundo, porque expressam os dois lados da economia, o real e o monetário, se constituindo nas principais partes teóricas do seu modelo explicativo de crescimento econômico. Os resultados mostraram que no Livro Primeiro tem-se as investigações sobre a natureza e as causas da produção, principal medida de riqueza de uma nação, enquanto no Segundo o autor discute a natureza do capital e como este pode ser acumulado. Smith pensou, também, na institucionalidade quando tratou do Estado no Livro Quinto, deixando os livros Terceiro e Quarto para tratar da evolução histórica das políticas econômicas, além de acrescentar propostas normativas ligadas à legislação e às políticas econômicas.

Palavras-chave: Adam Smith. Produção. Acumulação de Capital. Crescimento Econômico

ABSTRACT

It is not necessary to be an economist to understand why Adam Smith (1723–1790) is the greatest classical theorist of capitalism. In his masterpiece, 'The Wealth of Nations' (1776), Smith brilliantly systematized the fragments of economic studies produced by his predecessors, outlining an explanatory model of economic growth that has since been the foundation for studies around the world. Given this context, the objective of this article is to present the foundations that support Smith's classical economic theory. Methodologically, this is a bibliographic-descriptive research, using 'The Wealth of Nations' as the primary source. The analysis focuses on the first and second books, as they represent the two sides of the economy: the real and the monetary, forming the main theoretical components of his explanatory model of economic growth. The results showed that the first book investigates the nature and causes of production, the main measure of a nation's wealth, while in the second, the author discusses the nature of capital and how it can be accumulated. Smith also considered institutional frameworks when discussing the role of the state in the fifth book, leaving the third and fourth books to address the historical evolution of economic policies, in addition to proposing normative approaches related to legislation and economic policies.

Key-words: Adam Smith. Economic Growth. Production. Capital Accumulation.

JEL: B 11

¹ Vinculado ao Projeto de Ensino Institucional "Grupo de Estudos de Economia Política (GEEP)".

² Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). – rlizepao@uem.br.

³ Foi professora do Departamento de Economia da UEM – dsmlcarvalho2@uem.br.

⁴ Professora do Departamento de Economia da UEM – taasouza2@uem.br.

⁵ Professor do Departamento de Economia da UEM – rfaandre2@uem.br.

INTRODUÇÃO

Adam Smith (1723-1790), em sua obra ‘A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas’ mostra porque é considerado o ‘pai’ da Ciência Econômica. Profundo conhecedor do capitalismo inglês, durante a I Revolução Industrial Smith conseguiu sintetizar em um só livro, a partir dos estudos de seus antecessores ⁶, o funcionamento do capitalismo da época, destacando sua estruturação e organização visando promover o crescimento econômico da nação. Depreende-se, portanto, que as ideias expressas na referida obra não são inteiramente originais, o que em nada reduz a sua importância desde a publicação original, em 1776, até a atualidade.

A progressão das ideias liberais, em contraponto às políticas econômicas mercantilistas absolutistas, é verificável antes mesmo de Smith despontar como filósofo iluminista. O banqueiro Richard Cantillon, por exemplo, em 1734, já havia esboçado uma teoria do valor e preço. Dudley North, em 1691, já apontava para o fato do comércio internacional não ser um benefício unilateral, por representar vantagens mútuas aos países envolvidos. Já David Hume, amigo e confidente de Smith, avançou ainda mais nos estudos econômicos. Para Brue (2005: 56): “[...]. Se tivesse escrito um tratado completo e sistemático sobre economia, teria chegado próximo ao topo, como um dos fundadores da ciência.” Quando se trata da defesa do liberalismo, além dos fisiocratas, também não se pode esquecer de John Locke, “pai” do liberalismo político.

De qualquer modo, foi Smith quem juntou todas as ideias, em um modelo explicativo de crescimento econômico, nunca antes teorizado de forma sistemática. Foi Adam Smith quem deu continuidade, com absoluto sucesso, às interpretações de seus antecessores a respeito dos fenômenos econômicos. Em 1800, “A riqueza das nações”, já estava disponível em francês, alemão e italiano (FEIJÓ, 2007). Ante o exposto, tem-se como objetivo no presente artigo discutir os fundamentos da teoria econômica smithiana, apresentada na obra “A riqueza das nações”, no que refere aos lados real e monetário da economia. Metodologicamente tratou-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva, tendo o livro “A riqueza das nações” como fonte primária. Nesta obra foram analisados os 5 livros, enfatizando-se os livros Primeiro e o Segundo porque tratam especificamente do objeto deste estudo. A versão utilizada para análise foi a publicada em 1988, pela editora Abril Cultural. Adicionalmente foram utilizados, como fontes secundárias, livros que tratam sobre o tema.

Esta ênfase dada ao Livro Primeiro justifica-se pelo fato de nele encontrarem-se os fundamentos da geração da riqueza de uma nação, tendo como pilares: o trabalho produtivo, o aperfeiçoamento da divisão do trabalho, valor e preços, além da distribuição dos rendimentos entre as classes, a importância do mercado e das instituições. Quanto às explicações sobre a natureza do capital, formas de emprego e acumulação são encontradas no Livro Segundo. Nestes dois livros encontram-se, portanto, a parte teórica principal da obra.

O artigo encontra-se estruturado em três seções, além desta Introdução e da Conclusão. Na primeira seção apresentam-se Smith, suas principais obras e o contexto histórico europeu em que viveu. Na segunda, têm-se algumas considerações acerca do livro “A riqueza das nações”, destacando-se as principais ideias presentes nos livros Terceiro, Quarto e Quinto. Na terceira seção, descrevem-se e analisam-se os livros Primeiro e Segundo, onde Smith apresenta as bases econômicas em que se fundamentam os lados real e monetário da economia.

⁶ Negociantes, banqueiros, além de grandes intelectuais iluministas do século XVIII.

1 ADAM SMITH: UMA BREVE BIOGRAFIA E A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA DO SURGIMENTO DA ECONOMIA CLÁSSICA

1.1 ADAM SMITH: UMA NOTA BIOGRÁFICA

Adam Smith (1723 – 1790), nasceu na Escócia. Ao concluir o ensino secundário em Kirkcaldy, sua cidade natal foi para a universidade de Glasgow estudar humanidades mas, em 1740, antes de graduar-se ganhou uma bolsa de estudos para Oxford onde interessou-se por filosofia clássica e literatura. Concluiu seu bacharelado, em 1746, e retornou desempregado para sua cidade natal, onde sobreviveria ministrando cursos avulsos de literatura inglesa. Tendo formação em Ciência Moral, Política e Línguas, em Oxford, iniciou sua carreira como professor, em 1751, na universidade de Glasgow onde lecionou Filosofia Moral (STEWART apud SMITH, 1999).

Em 1759, publicou o livro ‘A teoria dos sentimentos morais’⁷. Smith já havia publicado outros escritos no *Edinburgh Review* e outros conceituados periódicos, além do ensaio ‘Os princípios que guiam e conduzem a investigação científica ilustrados pela história da astronomia’, entre 1746 e 1748. Smith escrevia sobre temas interdisciplinares como ética, arte, literatura, estética, línguas, história das ideias e outros. Mas foi a ‘A teoria dos sentimentos morais’ sua primeira grande obra. O livro teve cinco edições e foi traduzido para outras línguas, o que projetou o nome de Smith internacionalmente (FEIJÓ, 2007).

Após 12 anos lecionando Filosofia, Smith deixou o magistério para tornar-se tutor de dois enteados do seu amigo e Ministro das Finanças da Inglaterra, Townshend. Este posto lhe rendeu uma pensão vitalícia e viagens pela Europa, incluindo a França onde conviveu, por dois anos, com fisiocratas como Jacques Turgot e François Quesnay, árdios defensores do liberalismo. Desde então Smith aproximou-se, definitivamente, do tema economia política. Gostou das críticas ao mercantilismo feitas pelos fisiocratas e, também, absorveu a ideia da riqueza como ‘bens consumíveis anualmente reproduzidos pelo trabalho da sociedade’ (OSER ; BLANCHFIELD, 1983 : 65).

Em 1766, Smith aposentou-se e iniciou seus escritos que resultaram na publicação, em 1776, da sua principal obra ‘A riqueza das nações’. Neste livro Smith apresenta, com farto material histórico e empírico, um modelo explicativo para o crescimento econômico das nações.

O laboratório foi claramente a Inglaterra, o único país a industrializar-se no século XVIII. É interessante notar que embora no século XVII, a Inglaterra ainda se encontrasse em posição inferior à Holanda no que se refere ao comércio e à França no tocante à manufatura, em meados do século XVIII, já se destacava como potência

⁷ Nesta obra filosófica, Smith defende o Estado liberal, ao discutir vícios e virtudes, mostrando que o homem, diferente do pensamento de Maquiavel e Hobbes, defensores do absolutismo, sabe conviver em sociedade. Que os homens não sociais são exceções que devem ser tratadas por meio do sistema de justiça. Assim, se a maioria das pessoas sabe se comportar em sociedade, a tutela do Estado é desnecessária. As forças morais restringem o egoísmo dos indivíduos, impõem regras de conduta e unem as pessoas levando-as a escolher o bem comum. Às exceções, isto é, àqueles que não seguem as regras existe a justiça para puni-los, penalizando-as de acordo com a gravidade do crime. Ver Smith (1999)

hegemônica capitalista tanto na atividade comercial, quanto industrial. Expandidas em escala mundial, estas atividades levaram a Inglaterra à acumulação crescente de capital. Este crescimento econômico inglês, sem precedentes na história do capitalismo até então, levou Adam Smith a dedicar 10 anos de estudos até a publicação, em 1776, de “A riqueza das nações”.

Quadro 01 – Principais obras publicadas por Adam Smith

N.	Ano	Título
01	1746-1748	<i>Edinburgh Review</i> e outros periódicos conceituados (artigos diversos e interdisciplinares)
02	1746-1748	Os princípios que guiam e conduzem a investigação científica ilustrados pela história da astronomia.
02	1759	A teoria dos sentimentos morais
03	1776	Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, mais conhecida como “A riqueza das nações”.
04	1795*	História da Astronomia História da Metafísica História da Física

Fonte: elaborado pelos autores com base em FEIJÓ (2007).

Nota: * Publicações póstumas.

Segundo Stewart apud Smith (1999), Smith tinha um projeto de escrever um livro que fosse um amplo tratado sobre os princípios de economia, mas, infelizmente não conseguiu executar esta tarefa, vindo a falecer em 1790, aos 66 anos.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA PUBLICAÇÃO DE “A RIQUEZA DAS NAÇÕES”, MARCO DO SURGIMENTO DA ESCOLA CLÁSSICA DE ECONOMIA POLÍTICA

A publicação de “A riqueza das nações”, em 1776, por Adam Smith, na Inglaterra é o marco do surgimento da escola clássica de economia política. Nesta época, a Inglaterra já era o centro do capitalismo industrial, considerando-se que de 1750 a 1830, a Revolução Industrial ficou praticamente restrita à Inglaterra. Fruto da transição de uma sociedade rural para industrial; da mudança no trabalho artesanal para o fabril assalariado e da utilização da energia a vapor, esta Revolução transformou a Inglaterra no maior produtor e exportador de produtos manufaturados do mundo. O que se buscava era a produção em larga escala, para atender a demanda do mercado mundial.

Assim, não é por acaso que Smith iniciou a sua principal obra “A riqueza das nações”, ressaltando a importância da divisão do trabalho, pois a I Revolução Industrial tinha como característica básica a produção em larga escala. Porque, sendo o país mais industrializado do mundo, tinha todos os continentes como mercado consumidor. Portanto, era preciso produzir mais e mais. Logo, no processo produtivo necessitava-se de um trabalhador com destreza, para aumentar a produtividade do trabalho. O que seria mais facilmente obtida com o aperfeiçoamento constante da divisão do trabalho. Smith viveu o primeiro estágio da I Revolução Industrial na Inglaterra, ocorrida em meados do século XVIII.

Nesta época, a Inglaterra já era uma nação considerada rica se destacando tanto na agricultura, quanto no comércio e na indústria, em escala mundial. Tratava-se de um período em que a Inglaterra reunia as condições necessárias para dominar o processo de acumulação capitalista, a saber:

a) no campo religioso, a Revolução Puritana, iniciada em 1642, estimulou o enriquecimento e a poupança;

b) no político, a Revolução Gloriosa de 1688, transferiu o poder político da monarquia para a burguesia, favorecendo os seus negócios com ampliação da oferta de infraestrutura como estradas, portos e canais, além do desenvolvimento de políticas econômicas voltadas para o incremento do comércio externo e à melhoria da circulação interna de mercadorias pela eliminação de barreiras alfandegárias e uniformização de impostos;

c) no campo econômico, houve a conquista de mercados consumidores e fornecedores de matérias primas e;

d) no social, mão de obra disponível e muitos consumidores (BEAUD, 2004).

Para Brue (2005: 47): “Em 1776, a Inglaterra, como país mais eficiente e poderoso do mundo, do ponto de vista da indústria, beneficiou-se enormemente do livre comércio internacional. À medida em que empresários ingleses tornaram-se mais fortes, não precisavam mais contar com subsídios do governo [...]”. Com a Revolução Industrial, que praticamente ficou limitada à Inglaterra, no período de 1750 a 1830, o país se tornou o maior produtor e exportador de produtos manufaturados, a população nos centros urbanos cresceu significativamente e a exploração da força de trabalho atingiu níveis impressionantes (ARRUDA, 1980).

Isso tudo atrelado ao avanço da ciência moderna, explica porque a denominada Escola Clássica surgiu na Inglaterra e a sua preocupação constante com a acumulação de capital e o crescimento econômico. Com o avanço científico, as pessoas já não aceitavam dogmas antigos como verdades absolutas. O pensamento newtoniano, por exemplo, exerceu grande influência na economia clássica, incitando as pessoas a seguirem o curso natural das “coisas”. O interesse próprio passou a ser encarado como uma lei natural, assim como o enriquecimento e as recompensas para a propriedade e o uso produtivo da riqueza. (BRUE, 2005).

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE ADAM SMITH E A OBRA “A RIQUEZA DAS NAÇÕES”

Adam Smith, assim como seus antecessores mercantilistas e fisiocratas, produziu reflexões sobre a economia e a política em sintonia com os problemas do tempo em que viveu. Os mercantilistas⁸, amplamente criticados por Adam Smith e o fisiocratas⁹ cujo valor do pensamento foi reconhecido por Smith, embora não tivessem

⁸ Preocupavam-se principalmente com a acumulação de metais preciosos pelas nações, balanço comercial favorável, colonialismo de exploração, protecionismo, monopólios, população numerosa, nacionalismo e acima de tudo com a centralização do poder nas “mãos” do monarca. As excessivas regulamentações tanto na produção, quanto na comercialização interna e externa foram características principais desta fase do capitalismo denominada capitalismo comercial. O liberalismo, corrente de que Adam Smith fazia parte, surgiu se contrapondo a esta situação.

⁹ Defendiam, entre outras coisas, a ideia de ordem natural; o *laissez-faire* – *laissez-passer*; a produção, embora agrícola, como medida de riqueza das nações e a taxação aos proprietários de terras. Há autores que defendem a ideia de que a fisiocracia poderia ser considerada a primeira escola de economia. Ver Oser e Blanchfield (1983).

conseguido elevar seus conhecimentos à categoria de ciência, deixaram contribuições importantes para os seus sucessores, incluindo Smith.

Embora Smith tenha começado a escrever “A riqueza das nações”, em 1766, obra fruto de sua dedicação aos estudos de economia política, a sua reputação como acadêmico brilhante já havia sido obtida com a publicação em 1759, do livro intitulado “A teoria dos sentimentos morais”. Nesta obra, Smith defendeu a ideia de que o egoísmo das pessoas é contido pelos seus sentimentos morais. Assim, embora os indivíduos fossem guiados pelas forças econômicas e pelo autointeresse, a sociedade era justa e o bem coletivo alcançado. Em 1776, publicou a primeira edição de “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”, popularizado como “A riqueza das nações”. A princípio, a obra não teve grande repercussão, a exemplo do que ocorreu com “A teoria dos sentimentos morais”. De acordo com Araújo (1995)

Na época ninguém imaginava a revolução que esta obra iria causar no estudo da Economia Política. Nem o próprio Adam Smith. Porque o impacto produzido pelo livro só pode ser explicado por uma conjunção favorável de fatores. Estávamos nos inícios da industrialização e de um esforço impetuoso para a abertura de novos mercados. As inúmeras regulamentações existentes na época, relativas à liberdade comercial e industrial, eram como barreiras ao dinamismo empresarial que estava se iniciando, na Inglaterra e que, em breve, contaminaria toda a Europa. [...] (ARAÚJO, 1995:28-29).

O livro de Smith, “A riqueza das nações” foi, segundo Araújo (1995), um forte ataque às ideias mercantilistas, tendo os seus argumentos sobre o liberalismo obtido apoio da iniciativa privada. Tratava-se de uma obra, cujos argumentos se contrapunham à excessiva intervenção do Estado em todas as áreas da sociedade e da economia, aos monopólios concedidos pelo Estado às grandes companhias e às leis protecionistas que dificultavam a mobilidade de capital e mão de obra.

Estruturada em 5 livros, a obra “A riqueza das nações”, apresenta um modelo explicativo para o crescimento econômico das nações, embasado em considerações e exemplos históricos, bem como materiais empíricos trabalhados de tal maneira que possibilitaram à obra dar à economia política o *status* de ciência.

Como já mostrado na Introdução deste artigo, embora as ideias de Smith não possam ser consideradas originais, o mérito é grande justamente por ter conseguido sintetizar em um só livro, um modelo explicativo de crescimento econômico nunca antes teorizado de forma tão coerente e sistemática. Nessa obra, Smith, logo de início explica que a riqueza das nações é definida pela produção anual *per capita* da nação, de bens vendáveis. Assim, esta riqueza advém do trabalho produtivo, que deve ser aprimorado e obtido pelo constante aperfeiçoamento da divisão do trabalho. Portanto, quanto maior a divisão do trabalho, maior seria a produção e a riqueza da nação. Mas Smith alerta para o fato de ter que ampliar mercados para estimular a divisão do trabalho, aumentar a produtividade e a riqueza da nação.

A renda anual da nação era, segundo Smith, distribuída da seguinte maneira: a) renda recebida pelos proprietários de terras, pelos aluguéis das terras; b) lucros recebidos pelos capitalistas e; c) salários que representavam a remuneração dos trabalhadores, definidos pelo mercado. Estes eram, portanto, os componentes dos preços de uma mercadoria. Para Smith quando uma mercadoria qualquer era vendida

pelo que exatamente ‘valia’, tinha-se o seu ‘preço natural’. No entanto, o ‘preço efetivo’ em que uma mercadoria era vendida denominava-se ‘preço de mercado’, sendo determinado pela interação entre a oferta e a demanda.

O dinheiro, segundo Smith é um importante instrumento do comércio. Além das questões monetárias, Smith chama atenção para a importância da acumulação de capital, para o avanço da divisão do trabalho e a absorção de mão de obra. Smith dividiu o capital em dois tipos: fixo (máquinas e instrumentos de trabalho, por exemplo) e circulante (salários e matérias primas). Para o autor, o melhor gasto é com capital fixo. Neste aspecto, elogia quem pratica a parcimônia – poupança e condena o esbanjador. Todo recurso poupado deve ser direcionado ao investimento. O crédito também. Estes temas foram tratados nos Livros Primeiro e Segundo de “A riqueza das nações” e serão retomados neste artigo, de maneira mais detalhada, na seção 3, porque entende-se que neles estão os principais fundamentos da teoria econômica smithiana, no que se refere aos lados real e monetário da economia.

O Livro Terceiro, de “A riqueza das nações”, intitulado “A diversidade do progresso da riqueza nas diferentes nações” é composto por apenas 4 capítulos e neles Smith apresenta uma síntese da evolução histórica das políticas econômicas da humanidade. Destaca a importância do comércio entre o campo e a cidade enfatizando as vantagens para ambos e ainda resgata a história europeia após a Queda do Império Romano, no século V, quando se teve a implantação do sistema econômico feudal, evidenciando a ineficiência da produção e da servidão. Crítica, da mesma forma, a escravidão moderna nos campos de cana de açúcar e de tabaco. Elogia a segurança que os arrendatários de terras possuíam na Grã-Bretanha, na época em que viveu, destacando que esta não era uma situação comum em outras nações europeias.

Neste Livro, Smith evidencia, ainda, sua preocupação com o desestímulo à agricultura, tais como: serviços públicos que os pequenos proprietários eram obrigados a prestar; os impostos cobrados dos arrendatários; além do ambiente desfavorável em várias partes da Europa às melhorias no cultivo da terra, em especial pela proibição da exportação de trigo sem licença especial e pelas restrições impostas ao comércio interno, não somente para o trigo, mas para todos os outros produtos agrícolas. Smith concluiu o Livro citando exemplos históricos, nos quais incluiu as cidades italianas a partir do século XII, ressaltando que o comércio das cidades historicamente contribuiu para o progresso do campo, por meio do consumo de seus produtos.

Para Smith, antes da introdução do comércio exterior e manufaturas mais aperfeiçoadas, os proprietários de terras tinham mais clientes e isto dava poderes aos barões. O que não ocorreu no feudalismo. Por outro lado, segundo o autor, na maior parte da Europa do seu tempo, estava ocorrendo o inverso. O comércio e as manufaturas das cidades estavam sendo a causa do aprimoramento do campo. O inverso ocorria nas colônias norte americanas e o progresso era maior. O que segundo Smith teria ocorrido na Inglaterra, França, Portugal, Espanha, exceto na Itália, cujas terras foram aprimoradas pelo comércio externo e pela exportação de produtos manufaturados. Mas a riqueza proveniente dos aperfeiçoamentos da agricultura é mais sólida e mais durável, segundo Smith.

No Livro Quarto, intitulado “Sistemas de economia política”, composto por 3 capítulos, Smith inicia dizendo que:

A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro prover uma renda ou manutenção farta para a população [...], segundo prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. (SMITH, 1988: 43)¹⁰

Smith analisa o sistema comercial ou mercantil, por nós conhecido como mercantilismo, para quem o dinheiro, caracterizado pelo ouro e prata, seria a principal medida de riqueza de uma nação. O acúmulo de metais, segundo Smith, para os defensores deste sistema seria necessário para manter a soberania da nação, por isto as nações europeias deveriam acumular metais, controlando as exportações e importações e assegurando monopólios, em defesa da produção nacional. Para Smith, estes argumentos utilizados pelos defensores do que chamou de “Sistema comercial ou mercantil” eram em parte sólidos, mas a maioria era sofisma porque a riqueza de uma nação se dava pela quantidade de bens vendáveis produzidos anualmente, como explicou no Livro Primeiro. De acordo com Smith, a ideia de que o comércio externo só beneficiava uma nação, pela entrada de metais preciosos, era errônea porque a verdadeira utilidade deles era facilitar a circulação de mercadorias, ou seja, eram meios de pagamentos.

O protecionismo e os monopólios, característicos do “Sistema Mercantil”, também foram criticados por Smith. Para o autor, quem estimula uma atividade econômica específica, não aumenta as atividades em geral. Os indivíduos devem ser livres para escolher onde e como aplicar seu capital. E o fazem melhor que um estadista. Tanto a livre importação de gado estrangeiro, quanto de mantimentos salgados e até de cereais, para Smith pouco acarretaria para os produtores internos da Grã-Bretanha. Smith chama de irracionais as restrições britânicas às importações da França porque somente uma balança desfavorável com a França, não se estenderia ao mundo todo., parte destes produtos importados da França poderiam ser reexportados pela Grã-Bretanha. Ademais a balança comercial não é conhecida com exatidão.

A “teoria” da balança comercial favorável para Smith é absurda e os argumentos usados pelos mercantilistas contra a importação de vinhos franceses eram falaciosos e só interessavam a alguns comerciantes. Os comerciantes da França e da Inglaterra tinham medo da concorrência entre si, segundo Smith. Seria mais vantajosa a comercialização entre eles porque a liberdade de comércio leva à riqueza do comércio e da nação. A prosperidade ou declínio de uma nação depende da produção e consumo anuais. É neste capítulo que Smith usou a famosa expressão ‘mão invisível’ que aparece uma só vez na obra. Para o autor,

Geralmente, na realidade, ele [o indivíduo] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas a sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções [...]. (SMITH, 1988: 65)¹¹

¹⁰ Smith (1988), Livro Quarto, Vol. II.

¹¹ Smith (1988), Livro Quarto, Vol. II.

No que se refere ao Estado, Smith reservou o Livro Quinto, para esta discussão. Intitulado “A receita do soberano ou do Estado”. Para Smith, o Estado tem importantes funções a desempenhar, mas, sem se constituir em obstáculos à livre iniciativa, tolher as liberdades individuais ou inibir o crescimento econômico individual e das nações, como faziam os Estados absolutistas mercantilistas. Ou seja, o Estado não pode e não deve, segundo Smith, interferir no curso natural da sociedade, mas deve auxiliar o desenvolvimento da livre iniciativa e da própria nação, inclusive controlando, da melhor forma possível suas receitas e despesas. Para Smith são funções primordiais do Estado:

a) “O primeiro dever do soberano, o de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes [...]” (SMITH, 1988: 3). Se deve fazer isto com a força militar – exército. Os gastos são permitidos em tempos de guerra e de paz;

b) Justiça: “O segundo dever do soberano, o de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma” (SMITH, 1988: 15). O que comporta gastos com um sistema judicial independente e rigoroso. Para Smith, uma sociedade onde a justiça não funciona tende a declinar.;

c) O terceiro dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para a grande sociedade, são de tal natureza [...]” (SMITH, 1988: 25). Para Smith, existem obras como as de infraestrutura, por exemplo, que exigem grandes investimentos em capital levando ao desinteresse da iniciativa privada. O estado deve assumir estes investimentos;

d) Promoção da instrução dos cidadãos de todas as idades. Quanto à educação/instrução além dos edifícios, o Estado deveria auxiliar os professores com uma ajuda de custo porque, em geral, recebiam apenas contribuições voluntárias, sobretudo os religiosos.

e) Adicionalmente, Smith incluiu uma quarta função do Estado que seria a manutenção, com dignidade, do sustento do soberano. Segundo Smith (1988: 91): “Além da despesa necessária para possibilitar ao soberano o cumprimento de seus vários deveres, requer-se determinada despesa para sustentar sua dignidade.”

De onde viriam as receitas para estas despesas do Estado? Do povo, por meio de impostos e tributos. Para Schumpeter (1964), este Livro Quinto de “A riqueza das nações” é um completo tratado de finanças.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA POLÍTICA SMITHIANA

3.1 O LADO REAL DA ECONOMIA: LIVRO PRIMEIRO

Nos livros Primeiro e Segundo estão os fundamentos da teoria econômica smithiana. No Livro Primeiro tem-se o lado real da economia e no Segundo, as discussões sobre economia monetária. Em “A riqueza das nações”, logo de início Smith mostra que a riqueza de uma nação não está no acúmulo de metais preciosos ou na agricultura, como prescreviam os mercantilistas e fisiocratas, respectivamente, mas, sim, na sua produção anual de bens tangíveis, obtida por meio do trabalho produtivo. O Livro Primeiro intitulado “As causas do aprimoramento das forças

produtivas do trabalho e a ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diversas categorias do povo” é composto de 11 Capítulos.

O Capítulo 1 é iniciado por Smith afirmando que o aumento da produção, principal riqueza de uma nação, depende do aperfeiçoamento constante da divisão do trabalho porque esta oferece ao trabalhador habilidade, destreza e bom senso, possibilitando, inclusive, a invenção de máquinas e equipamentos. Para comprovar sua hipótese Smith utiliza-se do exemplo da fábrica de alfinetes, onde um trabalhador não treinado, sem familiaridade com a máquina não poderia produzir, sequer, um alfinete por dia. Se houvesse empenho ao máximo, não produziria 20 alfinetes ao dia. No entanto, com a divisão do trabalho este mesmo trabalhador conseguiria produzir 4.800 alfinetes por dia. A sua conclusão foi de que isto poderia ocorrer em qualquer outro ofício, em que houvesse a divisão do trabalho. Portanto, não somente em fábricas de alfinetes.

Assim, Smith destaca que, quanto mais avançada a sociedade, maior será a sua produção seja de linho, lã, polidores de linho, branqueadores, preparadores do tecido ou outros bens. Smith ressalta, entretanto, que no caso agrícola não é bem assim porque a agricultura, pela sua natureza, não comporta tanta divisão do trabalho. Segundo Smith: “[...] é impossível separar com tanta nitidez a atividade do pastoreador da do cultivador de trigo, quanto à atividade do carpinteiro geralmente se diferencia do ferreiro...” (SMITH, 1988: 18). No campo, geralmente quem cuida das ovelhas é o mesmo que planta, além de dependerem das diferentes estações do ano.

Por isso as nações mais ricas superam as mais pobres na agricultura e nas manufaturas, mas são superiores nas últimas. Suas terras são intensivas em capital e o trabalho nas manufaturas são superiores. Smith encerra o capítulo mostrando que todas as camadas da sociedade são beneficiadas pela divisão do trabalho porque multiplica a riqueza, isto é, são os produtos gerando abundância à nação.

Nos capítulos 2, 3 e 4, Smith explica que a origem da divisão do trabalho advém da propensão humana de permutar ou trocar o excedente de sua produção por outros produtos de que necessita. O autor afirma, ainda, que cada produtor ao fazer isto promove o bem coletivo, mas o faz inconscientemente porque é movido pelo autointeresse. Logo:

“[...] Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles...” (SMITH, 1988:25)¹².

A certeza de poder permutar estimula a produção. Da mesma forma, a extensão do mercado é importante. Grande mercado estimula a produção e o desenvolvimento das manufaturas. Por isto os meios de transportes são fundamentais, além do uso do dinheiro, para facilitar as trocas. Porque estabelecida as trocas e a produção de excedente, as nações civilizadas adotaram o uso dos metais e dinheiro como meios de pagamentos.

Em seguida, Smith passou a tratar dos temas relacionados ao valor e preços. Estes temas foram tratados dos capítulos 5 ao 11, do Livro Primeiro. Para Smith (1988: 36): “O trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias”, se constituindo este no primeiro preço e não os metais. No entanto, é mais natural estimar o valor da mercadoria em dinheiro, cujo valor depende da abundância ou da

¹² Smith (1988), Livro Primeiro, Vol. I

escassez. O valor real do dinheiro é sempre o mesmo, o valor nominal é que varia e determina se é prudente ou não comprar uma mercadoria.

No capítulo 6, Smith descreve e explica os fatores que compõem o preço das mercadorias. No estágio primitivo seria a hora trabalho, mas nas sociedades desenvolvidas os componentes do preço são:

- a) Os salários pagos aos trabalhadores, como remuneração pelo trabalho;
- b) O lucro do empresário, que deve cobrir gastos com matérias-primas, salários dos trabalhadores e do empresário pela gestão do negócio e pelo risco do empreendimento, além da restituição do estoque, do patrimônio ou capital investido e da extensão do patrimônio do empresário, sem a qual ele não teria interesse em investir e;
- c) A renda da terra, paga aos proprietários de terras.

Quanto aos preços tanto o natural, quanto o de mercado, Smith os explica no sétimo capítulo. O preço natural, de longo prazo, é o que realmente a mercadoria vale. Ocorre quando uma mercadoria é vendida por um preço que “cobre” os custos dos salários, lucros e renda da terra, mais os custos para levá-la até o mercado. Se vendida abaixo deste preço não proporcionará lucro. O preço de mercado, de curto prazo, é o preço efetivo pelo qual a mercadoria é vendida. Pode ser acima do preço natural, igual ou abaixo, sendo que este último representa prejuízo. Trata-se de um preço que é determinado pela interação entre a oferta e a demanda.

Nos capítulos 8 e 9, Smith dedicou-se a explicar as circunstâncias que determinam os salários e os lucros do capital. No que se refere aos salários, isto depende do grau de desenvolvimento de cada sociedade. O salário é definido, por Smith, como a recompensa natural pelo trabalho e que, nas sociedades desenvolvidas, os salários normais dependem dos contratos entre patrões e trabalhadores. Em razão dos interesses opostos, o patrão deseja pagar menos e o trabalhador ganhar mais. Mas os patrões levam vantagem nas negociações, segundo Smith porque podem se associar e têm a proteção do Parlamento.

Assim, os salários são reduzidos à subsistência para permitir a perpetuação da mão de obra. Somente em situações excepcionais, afirma Smith, os salários são maiores. Por exemplo: quando há escassez de mão de obra e em casos de nações progressistas. Uma riqueza grande, em um país estagnado gera salários baixos, segundo Smith. Assim, os salários variam de lugar para lugar e muitas vezes os preços dos mantimentos e salários caminham em campos opostos. Porque salários maiores fazem os preços das mercadorias subirem.

Quanto aos lucros, o seu aumento ou diminuição depende do aumento ou diminuição dos salários, mas, também, do progresso ou declínio da sociedade. A concorrência reduz a taxa de lucro e o lucro varia de um dia para o outro. E não dá para calcular esta variação, segundo Smith. Os juros do capital oferecem apenas uma noção, ou seja, é uma medida mais ou menos. Ademais, para Smith, os juros também variam de lugar para lugar. Em nações mais ricas, os salários e os juros são mais altos e, portanto, os lucros do capital são maiores e, assim todos os homens laboriosos crescem, com o aumento nos lucros do capital. O autor cita como exemplos a Inglaterra, Holanda e as colônias da América do Norte.

Em nações mais pobres, ocorre o contrário, segundo Smith. Estas nações negligenciam o comércio exterior, dão monopólios aos ricos e têm deficiência na lei e na justiça, assim como a China, as taxas de juros são altas e causam efeitos danosos aos pobres. É o que sempre ocorreu, de acordo com Smith, em situações como estas desde o Império Romano. Para Smith, a taxa de juros normal deve ser suficiente para compensar perdas ocasionais às quais toda aplicação de capital está sujeita.

Os diferentes níveis de salários, nos diversos tipos de empregos e os diferentes níveis de lucros, nas diversas formas de emprego do capital são assuntos tratados por Smith, no capítulo X, do Livro Primeiro. Para Smith, os lucros do capital são imprevisíveis e, assim como os salários, variam de sociedade para sociedade, além de dependerem de muitas circunstâncias.

Quanto aos salários, as desigualdades, isto é, as variações são decorrentes da natureza do próprio emprego, segundo Smith e dependem dos seguintes fatores:

- a) Tipo de trabalho;
- b) Dispendio para aprender a ocupação;
- c) Sazonalidade;
- d) Grau de confiança exigido para o seu exercício e;
- e) Da probabilidade ou improbabilidade de sucesso na carreira.

Por outro lado, os lucros do capital, assim como os salários, variam de acordo com o ramo; localização do empreendimento e com as certezas e incertezas de retorno; caráter agradável ou desagradável da ocupação e risco ou segurança.

Na sequência Smith aponta, também, as desigualdades oriundas da política na Europa como fatores que provocam desigualdades importantes quanto à mão de obra e capital, por não deixarem as coisas seguirem o livre curso. Smith cita três maneiras pelas quais a política prevalecente na Europa provocava desigualdades:

- a) Limitação da concorrência entre algumas profissões;
- b) O aumentando da concorrência entre outros empregos e;
- c) A criação de obstáculos à livre circulação de mão de obra e de capital tanto de uma profissão para outra, quanto de um lugar para outro.

Observa-se, portanto, que são críticas aos Estados nacionais absolutistas, onde prevaleciam as políticas econômicas mercantilistas, a exemplo da França, Espanha, Portugal e outros. Smith encerra o Livro Primeiro discorrendo sobre a renda da terra, segundo o qual: “[...] o preço pago pelo uso da terra, é naturalmente a maior que o arrendatário pode permite-se pagar, nas circunstâncias efetivas da terra[...]” (SMITH, 1988: 121)¹³. Para Smith: “[...] a renda entra na composição do preço das mercadorias de forma diferente dos salários e do lucro. Salários e lucros altos ou baixos são a causa do preço alto ou baixo das mercadorias, ao passo que a renda da locação da terra, alta ou baixa, constitui efeito dos preços altos ou baixos das mercadorias[...]” (SMITH, 1988: 122)¹⁴. Ou seja, salários e lucros altos, preço altos do produto. A renda depende deste preço.

Para o autor isto levava a duas situações na época em que viveu: havia produtos da terra que sempre proporcionavam renda, a exemplo dos alimentos porque eram produtos de primeira necessidade, enquanto outros às vezes proporcionam renda e às vezes não porque dependiam da possibilidade de exploração da terra.

Adam Smith conclui o capítulo afirmando que toda melhoria da sociedade tende, direta ou indiretamente, elevar a renda real da terra e a aumentar a riqueza real do proprietário da terra. Assim, o resultado da produção anual de cada país, se divide em três partes: renda da terra; salários da mão de obra e lucro do capital para as classes que deles vivem. O investimento no trabalho produtivo é sempre preferível ao improdutivo.

¹³ Smith (1988). Livro Primeiro, Vol. I.

¹⁴ Id. Ib.

3.2 O LADO MONETÁRIO DA ECONOMIA: LIVRO SEGUNDO

Adam Smith inicia o Livro Segundo intitulado “A natureza, o acúmulo e o emprego do capital”, fazendo um resgate do Livro Primeiro. Diferencia a sociedade primitiva onde trabalho era realizado apenas para atender as próprias necessidades do homem, da sociedade avançada quando já existe a produção de excedentes para trocas. O que leva, também, à necessidade do aperfeiçoamento constante da divisão do trabalho. Trata-se de uma fase onde, segundo Smith, a acumulação de capital é critério para a divisão do trabalho e, conseqüentemente, para o aprimoramento das forças produtivas. O Livro Segundo encontra-se estruturado em cinco capítulos. É o Livro menos extenso de toda obra “A riqueza das nações”, embora esteja entre os mais importantes.

No capítulo 1, que trata da divisão do capital, Smith esclarece que existem dois tipos de indivíduos. Aquele que só tem capital para manter-se e, portanto, não obtém renda dele e o outro que tem capital para gastar durante o ano. Este último usa uma parte do capital para consumo e a outra parte, poupa, auferindo renda. À esta renda dá-se o nome de capital. Para Smith existem duas maneiras de se auferir renda ou lucro do capital: uma delas é comprando bens e revendendo com lucros, ou seja, é um capital que sai da mão e volta, recebendo o nome de capital circulante. A outra forma é investindo em máquinas e equipamentos para terra, o que se denomina capital fixo.

Existem diferentes capitais, para diferentes profissões, ressalta Smith. Para o comerciante, o capital é circulante; alfaiates e sapateiros, por exemplo, usam tanto capital fixo, quanto circulante, enquanto nas minas e na agricultura usam-se, na maioria das vezes, capital fixo, porém, auferem-se lucro dos dois. Quanto ao capital da nação, Smith o define como a soma de todos os capitais da população, dividindo-se em três partes, destinadas:

- a) Ao consumo e, neste sentido, não gera lucro;
- b) Ao proprietário: para aquisição de máquinas, equipamentos, construções para o proprietário ou aluguel, melhorias na terra e investimentos em mão de obra e;
- c) À geração de lucro somente quando muda de dono, tais como: o dinheiro, os estoques de provisões, matérias-primas ou produtos prontos.

Assim, o objetivo do capital seja fixo ou circulante é aumentar e/ou manter o capital. Este capital pode ser utilizado para consumo imediato ou para investimentos. Este último é mais importante. Contudo, para haver investimentos é preciso haver segurança. Em países violentos, não importa a época histórica, costuma haver fuga de capitais e de investimentos, de acordo com Smith.

Quanto ao dinheiro, à acumulação de capital e o trabalho produtivo e improdutivo, foram temas tratados nos capítulos 2 e 3. O dinheiro, para Smith, vale o que com ele se pode comprar e é definido como “a engrenagem de circulação de bens que essa roda faz girar...” (SMITH, 1988: 220)¹⁵. As moedas são só peças metálicas em si. O dinheiro vale o seu poder de compra, pois não se trata do dinheiro em si, mas dos bens que com ele se pode comprar para o conforto e qualidade de vida.

O dinheiro dá agilidade às atividades econômicas e a substituição do dinheiro em ouro e prata, pelo papel-moeda foi positiva em razão da diminuição dos custos de transação. Smith explica que os bancos emitiam seu próprio papel-moeda, às vezes

¹⁵ Smith (1988), Vol. II, Livro Segundo.

de forma excessiva. Por isso este deveria ser regulado pelo Estado. Este controle é necessário porque, segundo Smith, o papel moeda ou qualquer outro tipo nunca deve ultrapassar o valor de ouro e prata, com que supre a “praça” ou circula no país.

No que se refere ao trabalho, para Smith, existiam dois tipos: o produtivo e o improdutivo. O trabalho de um operário que fabricava um objeto era trabalho produtivo, enquanto o de um criado doméstico, médico, músico ou advogado, por exemplo, era improdutivo. No entanto todos os trabalhadores, produtivos ou improdutivos seriam igualmente mantidos pela produção anual da terra e da mão-de-obra do país. Entretanto, ressaltava Smith, que a produção tem limites. Então, Smith não via “com bons olhos” a contratação do trabalho improdutivo, alertando, a partir de fatos históricos que as nações que mais cresceram, em diferentes épocas, foram aquelas que investiram mais no trabalho produtivo, inclusive, porque isto funcionaria como um estímulo a mais trabalho e mais riqueza para os indivíduos e para as nações.

O capital, para Smith tem que ser empregado no setor produtivo. Por isto condenava quem gastava sua renda em futilidades e elogiava o poupador que possibilitava, com isso, a acumulação de capital. Assim, entendia que todo recurso poupado era transformado em investimentos. Dessa forma, não existia insuficiência de demanda efetiva, preocupação central dos estudos posteriores de Malthus e de Keynes, por exemplo. Assim, os capitais são aumentados pela parcimônia e reduzidos pelo esbanjamento e má administração. Nestes aspectos, Smith observa que o bom consumidor é aquele que reserva uma parte de sua renda para investimentos, enquanto os esbanjadores desviam o capital da destinação correta, que seria contratar mão de obra, aumentar estoques de provisões ou qualquer outra natureza de investimento no setor produtivo.

Mas para haver investimento, Smith alerta para o fato de que é preciso haver, também, boa administração da nação e dos negócios. As nações empobrecem quando há más gestões tanto nos negócios privados, quanto públicos. Nos dois últimos capítulos do Livro Segundo, Smith trata do dinheiro emprestado a juros e dos outros tipos de empregos do capital. De acordo com o autor, o dinheiro emprestado a juros, para o prestador é capital porque o tomador restitui com juros o dinheiro emprestado, gerando renda ao prestador. Mas, quanto ao tomador, existem dois tipos: o perdulário, que usa o dinheiro emprestado para consumo imediato e aquele que toma o dinheiro emprestado para investir. Este último é o que tem mais crédito e é mais importante para a nação e ao prestador.

Quanto aos diversos empregos do capital, Smith afirma que este pode ser aplicado de quatro maneiras, isto é, para:

1. Obter produção da terra bruta.
2. Manufaturar o produto para o consumo imediato.
3. Transportar a produção de onde há abundância, para onde há escassez.
4. Dividir a produção, de acordo com a demanda ocasional.

Há neste contexto, um importante destaque de Smith à atividade comercial porque, segundo o autor, o comércio é muito benéfico para a cidade e o campo, mas, quando a cidade não consegue obter tudo o que necessita no país, deve comercializar com outros países. Smith ressalta que o comércio exterior enriquece um país e, por isto não deve ser restrito por regulamentações. Sendo assim, a preocupação com uma balança comercial sempre superavitária, defendida pelos mercantilistas, era inútil.

Notam-se, portanto, porque que “A riqueza das nações”, embora tenha tido seu valor totalmente reconhecido apenas no século XIX segundo Heilbroner (1996), é uma leitura imprescindível para a formação de profissionais, não importa a área do conhecimento. Para o economista é um dever, uma obrigação! Segundo Schumpeter,

o livro é: “[...] o mais bem-sucedido dos livros não apenas de economia, mas, com a possível exceção de *Origin of species*, de Darwin, de todos os livros científicos aparecidos até hoje” (SCHUMPETER, 1964: 226).

CONCLUSÃO

Como pode-se observar, no modelo explicativo de crescimento econômico das nações, apresentado em “A riqueza das nações”, por Adam Smith, a produção anual *per capita* de bens tangíveis é a medida de riqueza. Assim, o aumento desta produção depende da mão de obra empregada, isto é, do trabalho produtivo. Mas, o número de trabalhadores empregados ocorre em função do estoque de capital disponível no país. A partir da aplicação do capital acumulado no setor produtivo, tem-se a necessidade do aperfeiçoamento constante da divisão do trabalho que é estimulada, também, pela ampliação dos mercados interno e externo e do avanço nos meios de transportes. Além de tais fundamentos teóricos apresentados no Livro Primeiro, os temas valor e preço da mercadoria também são amplamente discutidos porque deles depende a acumulação de capital e a distribuição dos rendimentos entre as classes. O preço natural é o que realmente vale o produto e o de mercado é determinado pela interação entre a oferta e a demanda. Salários, lucros e rendas, remunerações do trabalhador, capitalista e proprietário de terras, respectivamente, são componentes do preço. Estes elementos inter-relacionados compõem o lado real da economia smithiana.

No Livro Segundo, Smith ressalta que, no entanto, é o emprego do capital seja circulante ou fixo, em suas diferentes formas, que põe em movimento a vida econômica de uma nação, por meio da sua aplicação no trabalho produtivo, gerando um espiral de crescimento, que deve ser mantido ao longo do tempo. Do contrário, a economia e a sociedade tendem a declinar. Smith atesta isto a partir do uso de um vasto material histórico, observado em diferentes épocas e estágios de desenvolvimento da humanidade.

Em seu estudo, as questões institucionais também foram tratadas com a maior relevância, não se tratando, portanto, de um “modelo” mecânico de crescimento econômico. Assim, o papel do Estado, a justiça, a segurança e administração pública e privada funcionariam como incentivos básicos aos investimentos produtivos, à acumulação de capital e, conseqüentemente, ao crescimento econômico das nações.

REFERÊNCIAS

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HEILBRONER, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OSER, J; BLANCHFIELD, W. C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volumes I, II e III.

SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

STEWART, D. Biografia crítica. In: SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



ISBN nº 978-65-01-11585-6

**AS DIFICULDADES E OS CUSTOS PARA SE CASAR E SE DIVORCIAR: ESTUDO
ECONÔMICO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA NO FIM DO
PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO (1795-1826)**

Elias Theodoro Mateus

ÁREA 01: HISTÓRIA ECONÔMICA, ECONOMIA POLÍTICA E METODOLOGIA

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de acompanhar partes das trajetórias de vida de duas mulheres, Francisca Maria das Neves (1756-c.1826) e Pulcheria Maria de São José (1787-1850), mãe e filha, que viveram na região aurífera de Minas Gerais. Serão analisadas as fontes documentais atinentes aos seus respectivos matrimônios em uma perspectiva econômica. As estratégias de tomada de decisão das duas mulheres serão confrontadas com a realidade concreta em que viveram, tendo como cenário os arraiais mineradores do termo da cidade de Mariana e como contexto mais geral o quadro de crise do sistema colonial e do processo de independência política do Brasil. A partir de um processo de habilitação matrimonial, um libelo cível de divórcio, dois inventários e dois assentos de matrimônio seguindo a cronologia dos fatos familiares imbricada no processo histórico mais geral, serão discutidos temas relativos à formação da família e sua desagregação no período colonial. Para atingir os objetivos principais, tomamos por base os pressupostos teóricos narrativos ricoeurianos associados a uma abordagem metodológica micro-histórica.

Palavras-chave: história da família; economia; Minas Gerais colonial.

ABSTRACT

This paper aims to follow parts of the life trajectories of two women, Francisca Maria das Neves (1756-c.1826) and Pulcheria Maria de São José (1787-1850), mother and daughter, who lived in the gold-mining region of Minas Gerais. The documentary sources related to their respective marriages will be analyzed from an economic perspective. The decision-making strategies of the two women will be confronted with the concrete reality in which they lived, taking as a scenario the mining settlements of the term of the city of Mariana and as a broader context the picture of the crisis of the colonial system and the process of political independence of Brazil. From a marriage authorization process, a civil divorce libel, two inventories, and two marriage records, following the chronology of family events intertwined with the broader historical process, issues related to family formation and its disintegration in the colonial period will be discussed. To achieve the main objectives, we take as a basis the Ricoeurian narrative theoretical assumptions associated with a micro-historical methodological approach.

Keywords: family history; economy; colonial Minas Gerais.

Classificação JEL: B40, H31, N96.

1. INTRODUÇÃO

A historiadora Michelle Perrot escreveu o livro *As mulheres ou os silêncios da história*, publicado pela primeira vez em 1998. Trata-se de uma autora consagrada nos chamados estudos de gênero com ênfase na história das mulheres. Nas últimas décadas, a historiografia dedicada aos estudos sociais e econômicos tem se beneficiado do uso desta categoria. O diálogo com a categoria gênero é imposição do objetivo da investigação: reconstituir fragmentos das trajetórias interconectadas de duas mulheres – **Francisca Maria das Neves** (1756-?) e **Pulcheria Maria de São José** (1787-1850), mãe e filha, mulheres ainda pouco conhecidas pela historiografia atual. Os lampejos de suas vidas podemos ver por meio de documentos históricos, papéis sobreviventes à passagem do tempo, hoje conservados em importantes arquivos brasileiros, justamente as fontes primárias desta pesquisa. Perrot (2009, p. 12) diz que “os arquivos de polícia e de justiça, infinitamente preciosos para o conhecimento do povo, homens e mulheres, devem ser analisados até na forma sexuada de seu abastecimento”. O que levava uma mulher a acessar os canais da justiça no final do período colonial e quais canais acessavam? Por quais razões? São duas perguntas iniciais que os documentos acerca das vidas de Francisca e Pulcheria nos instigam.

No Arquivo Nacional (AN), no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM), no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) e no Arquivo Joaquim Nabuco se encontram as fontes que nos permitem espiar os fragmentos da vida de Francisca, a mãe, e da vida de Pulcheria, a filha. A partir delas procuraremos compreender as estratégias adotadas nos processos de tomada de decisão nos âmbitos da administração dos bens, dos seus contextos familiares e do contexto econômico mais geral, dadas as condições sócio-históricas e as restrições impostas pela escassez dos recursos, de onde vem, portanto, nosso interesse pela leitura econômica das fontes.

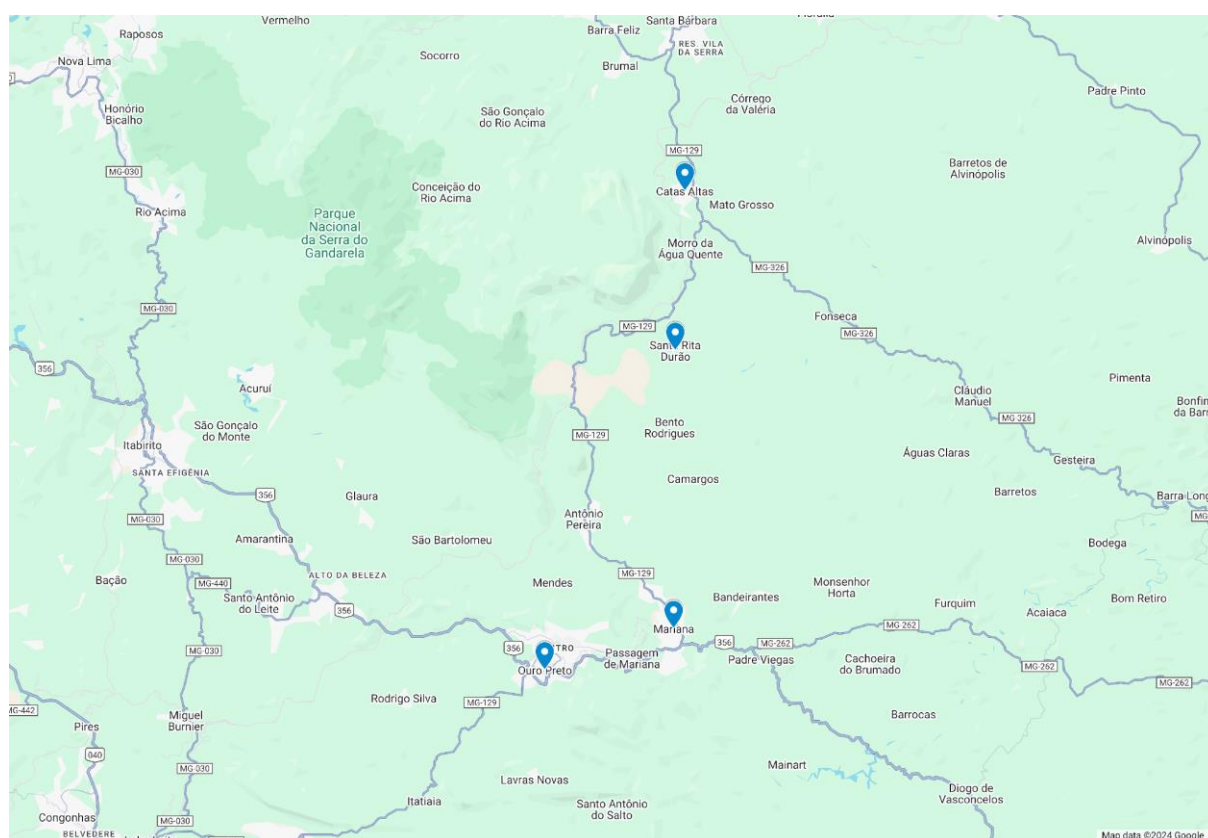
As fontes sobre as quais falamos são, para Francisca Maria das Neves, o seu processo de habilitação matrimonial com **Antônio José da Costa Guimarães** (c. 1755-1796) tramitado no juízo eclesiástico do bispado de Mariana em 1795, o assento de matrimônio registrado no livro dos casamentos da freguesia de Catas Altas, também de 1795, e o inventário dos bens que ficaram por falecimento do marido, tramitado no juízo secular da cidade de Mariana por uma década, de 1796 a 1806. Quanto a Pulcheria Maria de São José temos o assento do matrimônio registrado no livro da freguesia do Inficionado, em 1809, a justificação de sevícias e o libelo de divórcio que moveu contra seu marido **Custódio Alves da Costa** (c. 1777-1825), ambos protocolados no juízo eclesiástico do bispado de Mariana em 1815, processo de divórcio que se arrastou de tribunal em tribunal até 1820, e igualmente o inventário dos bens que ficaram para o casal na ocasião da morte do marido, tramitado no juízo secular de Mariana entre 1826 e 1828.

Nas páginas seguintes, buscaremos de forma resumida acompanhar cada um destes processos judiciais sempre mantendo no horizonte perspectivas econômicas de modo a atender os objetivos desta apresentação e recorrendo, sempre que necessário a composição do texto, a outras fontes imediatamente laterais ao conjunto aqui eleito. Das tantas indagações possíveis ao conjunto documental, uma foi eleita como ponto de partida: quanto custava para se casar e quanto custava para se divorciar no Brasil colonial? É pressuposto que cada caso é um caso, como bem sabemos. No entanto, quando confrontamos o caso específico em tela com a historiografia dedicada aos estudos das famílias perceberemos correlações e certas regularidades que nos permitirão conclusões sobre os custos sociais e os custos econômicos implicados no matrimônio e no divórcio, considerando sempre as racionalidades intrínsecas àquela sociedade que os gestou (AMARAL, 2012; CAMPOS, 2003; SILVA, 1984; SILVA, 1998; FIGUEIREDO, 1997).

Adotamos a perspectiva teórico-metodológica que combina a teoria narrativa de Paul Ricoeur (1913-2005) com a abordagem micro-histórica (LEVI, 1992; GINZBURG, 2006; DAVIS, 1987; DOSSE, 2015; RIBEIRO, 2015). Ao analisar os processos judiciais de Francisca Maria das Neves e Pulcheria Maria de São José, buscamos compreender como as experiências individuais dessas mulheres se articulam com as estruturas sociais e econômicas do Brasil colonial, um período marcado por profundos marcadores de diferença de gênero e também de raça (SCHWARCZ, 2019). A teoria ricoeuriana nos permite reconstruir as narrativas de vida, desvelando os sentidos atribuídos às ações individuais no contexto mais geral, na própria tessitura do tempo e das escalas temporais. A micro-história, por sua vez, possibilita uma imersão nos detalhes dos processos judiciais, metodologia indispensável a esforços de reconstituição biográfica de agentes históricos do período colonial.

Uma vez que os agentes históricos privilegiados nesta investigação viveram em um contexto espacial particular, indicamos no **Mapa 01** a circunscrição geográfica da experiência por eles vivida. Francisca e Pulcheria viveram nos arraiais de Catas Altas e do Inficionado, na região agro-mineradora do termo da cidade de Mariana. Atualmente, as duas áreas correspondem respectivamente ao município de Catas Altas (MG) e ao distrito de Santa Rita Durão (subordinado à cidade de Mariana), distantes cerca de 16 km entre si.

Mapa 01: Catas Altas e Inficionado – Termo da cidade de Mariana



Fonte: MyMaps. O mapa destaca parte da região imediata de Santa Bárbara-Ouro Preto e da região intermediária de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. A paisagem é marcada pela Serra do Espinhaço e pela Serra do Caraça, espaços privilegiados dos agentes históricos daqui em diante apresentados.

Até os custos implicados no casamento e no divórcio se tornam objeto da composição da intriga e, portanto, da própria narrativa. Os processos judiciais nos permitem estimar, a partir da análise quantitativa dos valores monetários presentes nas folhas das custas processuais, os custos financeiros do casamento e do divórcio, bem como analisar as implicações econômicas e sociais dessas decisões. A partir do constatado nas fontes, consideramos variáveis como dote,

herança e administração de bens, assim como as identidades, a reconfiguração das redes de apoio e o acesso a recursos. A análise detalhada desses processos, especialmente no que diz respeito aos valores monetários envolvidos nas transações, permitirá uma compreensão mais precisa dos custos e benefícios econômicos associados às decisões matrimoniais e às experiências de divórcio no contexto colonial.

O artigo se estrutura em três partes logo após a sequência desta introdução, na qual expusemos as considerações teórico-metodológicas e os pressupostos da pesquisa. Por se tratar de um estudo prosopográfico (STONE, 2011), seguiremos a cronologia dos fatos familiares, de modo que a primeira sessão busca reconstituir o percurso da trajetória de Francisca Maria das Neves ligada às suas estratégias de constituição de arranjos familiares. A segunda sessão é dedicada à apresentação da experiência de Pulcheria Maria de São José com o matrimônio e com a desagregação da família. Já a terceira e última sessão, antes das considerações finais, interrelaciona as trajetórias da mãe e da filha quando temos a notícia da morte de Francisca. Em todas as sessões, os olhares predominantes sobre o conjunto documental foram o econômico e o social. Por meio dessa lente, procuraremos identificar e analisar determinados fenômenos que podem nos ajudar a compreender melhor as nuances da sociedade colonial.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. FRANCISCA MARIA DAS NEVES

No início da década de 1790, os fatos da conjuração mineira estavam na ordem do dia, fosse de um ou do outro lado do oceano Atlântico. Catas Altas foi um importante polo produtor de ouro no auge da mineração aurífera e esse processo produtivo estava associado a uma economia de produção agropecuária, especialmente por parte dos grupos abastados ligados à mineração (SANTOS, 2018, p. 23). Foi nesse arraial e naquela época histórica que Francisca Maria das Neves teve suas duas filhas, **Claudia** e Pulcheria, ainda na década de 1780. Foi lá que ela conheceu um mascate português chamado Antônio José da Costa Guimarães, o qual girava pelos arraiais do termo de Mariana a mascatear há quase vinte anos, sem nunca ter fixado residência em lugar algum, vagando de arraial em arraial. Nesse período, desenvolveu e alimentou grandes afetos por Francisca. Certo dia, talvez na tentativa de lhe fazer um agrado, Antônio prometeu dar um escravo à menina Claudia no dia em que ela se casasse¹, promessa formalizada no seu testamento redigido em 1794. Alguns meses depois, no início de 1795, o mascate caiu gravemente molesto nos lados do arraial de Catas Altas e, desde então, fixou residência por lá. Daí a seis meses decidiu se casar com Francisca e, para que tudo ocorresse dentro das formalidades necessárias, acionou os canais oficiais para fazer os proclamas².

A legislação que regulamentava os casamentos no período colonial eram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. De acordo com o primeiro livro, título 64, §269, todos aqueles que “pretenderem casar, o farão saber a seu pároco, antes de se celebrar o matrimônio de presente, para os denunciar, o qual, antes que faça as denúncias, se informará se há entre os contraentes algum impedimento” e, constatando-se não haver nada que impedisse a realização do matrimônio, o pároco da freguesia “fará as denunciações em três domingos, ou dias santos de guarda contínuos à estação da missa do dia, e as poderá fazer em todo o tempo do ano, ainda que seja Advento ou Quaresma, em que são proibidas as solenidades do matrimônio” (CONSTITUIÇÕES, 1853, p. 110). Pelas datas e pela pressa que Antônio e

¹ AHCSM. Inventário de Antônio José da Costa Guimarães [1796]. 1º ofício, códice 12, auto 405, fl. 13r. Disponível em: <https://casasetecentista.lampeh.ufv.br/visualizador?id=903>.

² AEAM. Processos de habilitação matrimonial (século XVIII), registro 743.

Francisca pareciam ter para se casar, certamente queriam realizar a cerimônia antes do dia 29 de novembro, quando começaria o advento natalino daquele ano.

O mascate reinol entrou na década de 1790 dispondo de considerável estoque de fazenda seca. A propósito da definição, no dicionário do padre Raphael Bluteau (1798, vol. 2, p. 826), *fazenda* era o conjunto de “bens que andam em comércio”, seja de “fazendas da Índia, de roupas ordinariamente, e drogaria”. Os “efeitos comerciáveis” que constituíam o patrimônio do mascate, especialmente os tecidos, as roupas e os calçados, correspondiam a 36% do total, enquanto o restante era referente a peças em ouro e prata, penhores, dois escravizados africanos e um cavalo. Como bem nos recorda a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva (1984, p. 115), “o fato de um dos contraentes ser reinol, isto é, natural de Portugal, complicava extraordinariamente o processo de casamento, pois lhe era necessário provar ser solteiro em sua pátria” – e esse era justamente o caso de Antônio. Todo o seu patrimônio, seus afetos por Francisca, seus negócios, tudo foi posto em perspectiva pelo mascate. No dia 17 de outubro de 1795, os pretendentes receberam o despacho favorável do cabido para se prosseguirem as diligências necessárias.

Temos, portanto, a primeira fonte contemplada nesta apresentação: o processo de habilitação matrimonial tramitado na câmara eclesiástica do bispado de Mariana. O processo de casamento entre Antônio e Francisca foi mais longo e caro do que o usual. Como de praxe, ambos precisaram dar seus depoimentos e apresentar provas de sua identidade. A falta do registro de batismo do noivo, um documento fundamental para comprovar sua origem, poderia atrasar significativamente o processo. Recorreu ao testemunho de várias pessoas, inclusive de um clérigo, para atestar sua identidade e seus costumes. Prestou também fiança, no valor de 30\$000 réis, com a condição de dentro de dois anos apresentar cópia do assento de batismo realizado, segundo seu depoimento, na freguesia de Santa Cristina de Arões, comarca de Guimarães, em Portugal³. Em 20 de novembro, os contraentes finalmente obtiveram autorização do cônego João Ferreira Soares, promotor dos casamentos do bispado de Mariana, para se casarem – celebração que aconteceria em poucos dias. Ao fim do processo, as folhas da conta final, com os valores a pagar ao promotor e ao escrivão, tudo devidamente pago pelo mascate: 6\$625 réis e meio, mais 5\$532 réis do processo de justificação de solteiro, além dos 30\$000 réis já mencionados da fiança.

No dia 25 de novembro de 1795, uma quarta-feira, às 11 horas da manhã, Antônio e Francisca se receberam em matrimônio na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas. O registro se acha na folha 85 do livro dos assentos de matrimônio da freguesia de Catas Altas (1742-1864) e vai transcrito a seguir:

Aos vinte, e cinco do mês de novembro de mil sete- | centos e noventa, e cinco anos, pelas onze horas do dia | Nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ca | tas Altas, feitas as denúncias, e mais diligências | necessárias, em presença do Reverendo Vigário Encomendado | **João Baptista de Figueiredo**, e das Testemunhas o Guar | da Mor **Manoel Mendes** morador no Inficionado, e o Al | feres **Francisco Xavier de Freitas**, e das mais que presentes se a | chavam se receberam in face Ecclesia por pala | vras de presente claras e absolutas os contraentes Antonio José da Costa e Francisca Maria das Neves, de que para constar fiz este assento dia e era ut supra.

O Vigário Encomendado João Baptista de Figueiredo⁴

³ Maria Beatriz Nizza da Silva traz o exemplo de Teodoro Antônio Filgueiras de Castro, natural e batizado em Portugal, de quem foi exigido pelo juiz dos casamentos de São Paulo que apresentasse testemunhas de que ele era solteiro, livre e desimpedido em sua pátria. Ele não pôde apresentá-las, pois não conhecia ninguém em São Paulo que o conhecesse desde sua terra de origem. “Sabemos que nesse caso ele teve de depositar a elevada quantia de 30\$000 para poder casar-se” (SILVA, 1984, p. 116).

⁴ AEAM. Casamentos. Catas Altas (1742-1864), fl. 85r. Consultado em familysearch.org/pt.

Imagem 01: Igreja Matriz de Nossa de Nazaré de Santa Rita Durão



Igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré, construída no século XVIII, no antigo arraial do Inficionado, hoje distrito de Santa Rita Durão, na cidade de Mariana (MG). Foto do autor. 14 jan. 2022.

Imagem 02: Igreja Matriz de Nossa da Conceição de Catas Altas



Fotografia da praça da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, cidade de Catas Altas (MG). Imagem disponível em: <https://www.catasaltas.mg.gov.br/2023/06/12/igreja-matriz-nossa-senhora-da-conceicao/>. Acesso em 01 out. 2024.

O casamento nem chegou a celebrar bodas de papel. Francisca ficou viúva quatro meses após o enlace. Tão logo Antônio morreu, ela acionou a justiça secular para fazer o inventário dos bens que ficaram para o casal. Ela nem chegou a formalizar uma petição inicial, pois na abertura do processo, cinco semanas após o falecimento do inventariado, o escrivão compareceu na casa da viúva para se fazer o arrolamento dos bens. Nomeados os louvados avaliadores e prestados os juramentos necessários, encontraram 111 itens (peças em ouro, em prata, utensílios domésticos, tecidos em grande quantidade, roupas, joias e calçados variados, armas, móveis, um cavalo e dois escravos). Tudo somava o valor de 740\$626 réis. Havia também uma relação de 29 créditos concedidos a um grupo diverso de pessoas entre 1780 e 1796, um somatório de 725\$525 réis. Deu-se por finda a declaração do que havia ficado como bens do falecido e se fizera o traslado do testamento, como de praxe naquele tipo de ato da administração judicial. Dali a pouco mais de um ano, em 1797, Francisca juntou aos autos uma relação de 73 pessoas que tinham alguma dívida com seu falecido marido, contas que no agregado chegavam a 167\$561 réis e meio. Em 1800, novo acréscimo de bens: doze cadeiras de campanha, avaliadas em 21\$600 réis.

O **Gráfico 01** apresenta a participação de cada um dos três grupos na herança. Cerca de um décimo do total corresponde às dívidas de terceiros, ao passo que os créditos concedidos a terceiros respondem a 43,83% do total. Já os bens materiais satisfazem a participação em 46,05% do total. Para melhor avaliar a participação específica dos subgrupos peças em ouro e prata, penhores, mercadorias, animais e escravos no agregado do grupo dos bens materiais, cujo resultado é apresentado no **Gráfico 02**.

Gráfico 01: Herança de Antônio José da Costa Guimarães

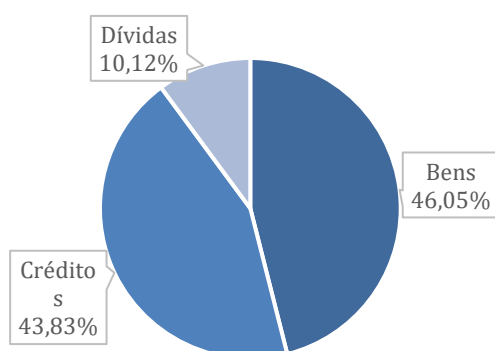
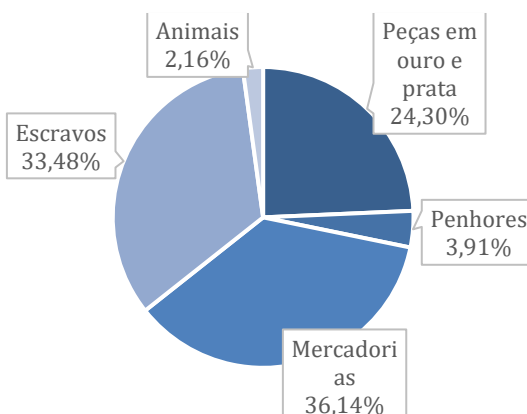


Gráfico 02: Composição do grupo dos bens materiais



Os inventários são fontes riquíssimas para a pesquisa histórica. Em especial quando o objetivo é reconstituir os elementos materiais da vida cotidiana, a economia e a sociedade em determinado período. Em Minas Gerais, por exemplo, os inventários podem revelar detalhes sobre os arranjos familiares, as propriedades e os hábitos de consumo. Nos últimos anos, a historiografia voltada para os estudos da sociedade e da economia se beneficiou do uso dos inventários e dos testamentos, gerando trabalhos muito interessantes⁵. Alguns bons exemplos são o estudo realizado por André Figueiredo Rodrigues (2010) sobre a transmissão dos bens dos inconfidentes mineiros; de forma especial, a análise minuciosa que Adriana Romeiro (2017) fez do inventário do governador da capitania de Minas Gerais Dom Lourenço de Almeida na busca de compreender as suas estratégias em suas práticas de enriquecimento ilícito; Maria Alice Rosa Ribeiro (2015) fundamentou-se na análise de inventários para comparar as formas de riqueza e de financiamento das economias açucareira e cafeeira em Campinas entre os séculos XVIII e XIX, além do fato de que a autora articular abordagem metodológica da micro-análise ao campo da história econômica; a historiadora Ana Caroline Carvalho Miranda (2024) combina em suas análises tanto inventários quanto ações cíveis, demonstrando a potencialidade destas fontes para o estudo das relações econômicas entre mulheres no período colonial na vila de Pitangui, em Minas Gerais.

O extenso auto de inventário dos bens que ficaram por falecimento do mascate Antônio José da Costa Guimarães permite variadas leituras. Quando a lente da categoria gênero é posta sobre os créditos e as dívidas constantes no rol do inventário, observa-se que no caso dos créditos todos foram concedidos a pessoas do sexo masculino. Já no caso das dívidas, verifica-se uma divisão equilibrada no sexo dos mutuários, com leve vantagem para as pessoas do sexo masculino: enquanto 53% dos devedores eram homens, 47% eram mulheres. A presença de mulheres nessa condição nos inventários indica a participação delas no mercado local durante o período colonial. Para efeitos de análise, apresentamos a tabela a seguir em que as dívidas das mulheres ao falecido Antônio foram distribuídas nas seguintes faixas:

⁵ Existe um conjunto documental que ainda é pouco conhecido na historiografia, a saber, as testamentarias. Trata-se da prestação de contas de testamentos. Estudos no campo da história social e da história econômica podem se beneficiar desta documentação ainda praticamente inexplorada. No AHCSM, por exemplo, existe uma grande quantidade desses autos.

Tabela 01: Frequência das dívidas contraídas por mulheres com o inventariado

Classes			Frequência
\$150	---	2\$595	23
2\$595	---	5\$040	8
5\$040	---	7\$485	2
7\$485	---	9\$930	0
9\$930	---	12\$375	1

A análise das dívidas contraídas por mulheres com o falecido mascate Antônio revela um padrão interessante. A maioria das mulheres devia quantias relativamente pequenas, não ultrapassando duas oitavas e cinco vinténs de ouro, equivalente a 2\$595 réis⁶. Dez das devedoras tinham dívidas que iam de duas oitavas e três quartos até cinco oitavas e três vinténs. A predominância de dívidas de baixa monta sugere que esses laços de dívida estavam provavelmente associados a transações cotidianas. O caso de **Águeda Gonçalves** se destaca no conjunto porque, dentre homens e mulheres, com a dívida de 12\$375 réis, ela é a que possuía a maior dívida, superando significativamente a média das demais devedoras. A existência de dívidas maiores evidencia relações mais complexas, que poderiam envolver empréstimos para investimentos em atividades produtivas ou até mesmo relações de dependência econômica. Essa heterogeneidade nas dívidas femininas reflete a diversidade de papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade mineira do período colonial.

Como acertadamente se disse na introdução, cada caso é um caso, ainda que existam padrões observáveis e regularidades. Mas cada caso é um caso porque os personagens são específicos e as trajetórias de vida são únicas. O processo de inventário dos bens do falecido mascate, aberto em maio de 1796, só conheceu a partilha dos bens no final do ano 1800, quando se arrolaram os últimos bens conhecidos de Antônio - as tais doze cadeiras de campanha. Na partilha, nada coube à viúva inventariante, uma vez que ela não estava nomeada no testamento como herdeira e nem havia gerado filhos do testador. Recordemos que o testamento foi redigido em 1794 e, portanto, antes da consumação do casamento. O caso começa a ficar mais interessante quando Francisca se impõe para tentar mudar sua sorte, pois se sentiu injustiçada com a excludente partilha, ficando cada vez mais claro o conflito de interesse entre ela e os testamenteiros de seu falecido marido.

No final de 1801, a viúva inventariante junta ao auto de inventário dois documentos capazes de fazê-la obter um quinhão da herança: uma escritura pública e um contrato particular. O argumento central de Francisca, em sua petição, para não ter declarado antes os mencionados documentos foi a sua rusticidade, isto é, apelou para um estado de ignorância que lhe privou a ciência. Conforme o historiador Antônio Manuel Hespanha (2005, p. 71), “era o rústico incapaz de se exprimir corretamente e de compreender as subtilezas da vida, essencialmente da vida jurídica”, e acrescenta ainda que ele, o rústico, “era o pobre cujas causas nunca atingiam uma importância que justificasse as formalidades solenes de um julgamento”. Mas quando acessamos processos judiciais ocorridos no Brasil durante o período colonial, identificamos o

⁶ Uma oitava de ouro, em 1796, valia 1.200 réis. Um vintém, na mesma época, valia 37,5 réis. Meia pataca, também naquele contexto, corresponde ao valor de 300 réis. Todas essas unidades de conta aparecem no inventário. Nesse cálculo, constata-se que 1 oitava correspondia a 32 vinténs. No final da terceira seção, voltaremos a tangenciar o assunto do valor da oitava de ouro a partir de problemática monetária do final do período colonial.

recurso à rusticidade na retórica de defesa dos direitos de modo positivo, atrelada ao problema da desculpabilidade da ignorância (MIRANDA, 2024, pp. 138, 152 e 173). Francisca estava também preocupada com a posse de uma escrava africana, chamada **Josefa Angola**, comprada fiada por seu falecido marido e cujo assunto também foi tratado na sua petição.

O primeiro documento apresentado pela viúva foi um contrato de casamento feito por decisão do mascate Antônio e registrado com pública forma em 26 de outubro de 1795, portanto um mês antes do matrimônio. Nele, Antônio declarou que a “sua mulher futura Francisca Maria das Neves sem terem filhos legítimos deste matrimônio disse ele outorgante a dotava com a quarta parte dos seus bens tendo respeito às dívidas, que o casal dever”⁷. Já o segundo documento, de natureza particular, corresponde a um documento escrito e assinado pelo próprio mascate no dia 18 de março de 1796, portanto quando já estavam casados. Por este documento, Antônio revogava as disposições daquela escritura pública, sem que, no entanto, o tenha formalizado perante um tabelião. No documento, o mascate explica a razão pela qual fez o primeiro contrato e por que motivo o estava revogando, conforme declara:

(...) escritura foi feita somente pelo receio que eu tinha de pagar as custas de uma demanda que a dita minha mulher trazia, ou em seu nome corria contra **Francisco José de Barros**, sendo porém o meu intento muito diverso, e o ajuste do meu casamento ter sido feito sem esta condição; antes sim ser minha mulher senhora em igual parte nos meus bens, e eu nos dela, e porque se fez a dita escritura somente para aquele fim, sendo eu contratado para casar sem aquele ajuste, e sendo sempre minha vontade que a dita minha mulher seja senhora da sua meação pagas as dívidas do nosso casal, e querendo eu para a vida, e para a morte o meu desengargo lhe faço este papel (...).⁸

Em outras palavras, a viúva inventariante desejava ficar com pelo menos metade dos bens de seu falecido marido. A decisão caberia ao provedor dos defuntos e ausentes da cidade de Mariana, mas ele não se convenceu da suficiência das provas, alegando o fundamento jurídico segundo o qual um papel particular não anula a escritura pública. Francisca recorreu da decisão, praticamente implorando às autoridades a garantia de ao menos 25% assegurada pela escritura do contrato, no que foi então atendida em 22 de março de 1802: “Proceda-se à emenda da partilha fazendo-se unicamente à viúva quinhão da *quarta parte* dos bens na forma da escritura fl. 41. Silva Nogueira”⁹. Finalmente em outubro de 1804 se fez a reforma e emenda da partilha, contemplando a parte que coube a Francisca no valor de 305\$958 réis. No entanto, a solução alcançada não significou o fim das dificuldades para a viúva, uma vez que a maior parte de sua herança consistiu em créditos a receber de terceiros, sem liquidez imediata. Em agosto de 1805, o juiz julgou procedente a nova partilha e um ano depois o auto foi às contas finais: as custas processuais ficaram em 19\$221 réis.

2.2. PULCHERIA MARIA DE SÃO JOSÉ

A passagem do século XVIII para o século XIX se caracterizou por grandes convulsões políticas e sociais de um e outro lado do Atlântico. Revoluções que puseram fim a governos absolutistas, outras que encerraram longos períodos de domínio colonial, todas orientadas por ideologias modernas e inspiradas na filosofia iluminista liberal, algo que, sem dúvida, impactou as economias. No sertão minerador das Gerais, a vida da família de Francisca seguia seu curso. Em 1802, Cláudia Maria das Neves (1782-?), a filha mais velha, se casou com **Manoel Vaz de Freitas** (1770-1814) em Catas Altas. O primeiro filho deste casal foi batizado com o nome de

⁷ AHCSM. Inventário de Antônio José da Costa Guimarães [1796]. 1º ofício, código 12, auto 405, fl. 41r.

⁸ AHCSM. Inventário de Antônio José da Costa Guimarães [1796]. 1º ofício, código 12, auto 405, fl. 42r.

⁹ AHCSM. Inventário de Antônio José da Costa Guimarães [1796]. 1º ofício, código 12, auto 405, fl. 44v.

Francisco e teve como padrinhos **Gabriel Antonio Gonçalves Basto** (1746-1827) e a filha dele com Francisca, a jovem Pulcheria Maria¹⁰. Claudia e Pulcheria eram irmãs pelo lado materno. Claudia ficou com o marido em Catas Altas e Francisca se mudou de vez para o Inficionado, onde passou a viver com Gabriel e com a filha mais nova. A propósito, Gabriel desde sempre reconheceu a paternidade de Pulcheria, fato público e notório¹¹, e pela filha sempre demonstrou muito apreço, afeto, confiança e devoção.

Na seção anterior mostramos o potencial dos inventários para a reconstituição de contextos familiares no período colonial, tanto a partir do caso concreto de Francisca quanto da própria historiografia. Chamamos a atenção agora para um outro tipo documental ainda pouco explorado quando o assunto são os arranjos familiares, que são os processos crime e as ações cíveis. Os indícios que temos da dinâmica familiar Gabriel, Francisca e as filhas, nós os obtemos não em inventários, mas sim em processos de natureza judicial, uma vez que essa própria dinâmica foi posta à prova inúmeras vezes nas décadas de 1810 e 1820¹². No início do século XIX, o Inficionado era um arraial vibrante, com população em torno de 3.400 pessoas, enquanto a freguesia da Sé de Mariana tinha pouco mais de cinco mil habitantes (TRINDADE, 1998, p. 81-83). Gabriel vivia amigado com Francisca em sua casa que ficava na praça da igreja matriz do Inficionado. Vista por certo ângulo, o casal e a filha formavam uma família - sem que, no entanto, tenha sido sacramentada conforme as determinações do Concílio de Trento. Mesmo assim, Gabriel tratava publicamente a Francisca como “sua mulher”.

Em 1808 ocorreu a transferência da Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro no contexto das guerras napoleônicas, evento único na história das monarquias modernas: D. João VI decidiu mudar todo o aparato administrativo, fiscal e judicial metropolitano para a capital da sua principal colônia. A decisão do príncipe regente representa, portanto, um ponto de inflexão tanto na história do Brasil quanto na história de Portugal. Talvez o maior impacto tenha sido justamente a abertura dos portos às nações amigas, que na prática extinguiu o monopólio colonial. Esses fatos impactaram sobremaneira a vida dos habitantes da colônia, do litoral ao interior. Em 1808, a jovem Pulcheria Maria nem podia imaginar o quanto a vinda da Família Real para o Brasil, para tão pertinho dela, a impactaria. Acompanhem os fatos.

Era dia 21 de novembro de 1809, por volta das três horas da tarde, na igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado. Pulcheria atravessou o corredor da nave central para se casar com Custódio Alves da Costa (c.1777-1825), feitas as denúncias e obtida a provisão para o matrimônio, tudo conforme o Concílio Tridentino e as Constituições. A seguir, apresentamos a transcrição do assento de matrimônio que, apesar de realizado no Inficionado, se acha registrado no livro dos casamentos de Catas Altas (muito provavelmente porque Custódio morava nesta freguesia e para onde levou sua esposa depois de casados).

Aos vinte um dias do mês de novembro de mil oitocentos e nove pelas três horas da tarde, de licença minha, em presença do Reverendo **Antônio Rodrigues Ferraz** e das testemunhas, o R. **Domingos Pereira Fraga** e o tenente **Antônio José Gonçalves Basto**, na matriz do Inficionado, se receberam in face eclesiae por palavras de na forma do Sagrado Concílio Tridentino, feitas as denúncias e obtida provisão do ordinário, Custódio Alves da Costa, filho legítimo de **Antônio da Costa Silva** e de sua mulher **Maria Tereza de Jesus**, e Pulquéria Maria de São José, filha natural de Francisca Maria das Neves *parda forra*, minha paroquiana, e logo lhes foram dadas as bênçãos nupciais na forma do ritual romano. Era ut supra.

O vigário João Batista de Figueiredo¹³

¹⁰ AEAM. Batismos. Catas Altas (1798-1837), fl. 38r. Consultado em familysearch.org/pt.

¹¹ AHCSM. Justificação de paternidade [1821]. 2º ofício, código 144, auto 2987.

¹² AN. Casa de Suplicação do Brasil. EJ.0.ACI.1918. Libelo de Apelação Cível de Divórcio [1815-1820]. Arquivo Joaquim Nabuco (STF). Julgamentos Históricos [1815], nº 52. Justificação de Sevícias. AHCSM. Processos-crime [1820]. 2º ofício, código 208, autos 5207 e 5208.

¹³ AEAM. Casamentos. Catas Altas (1742-1864), fl. 105v. Consultado em familysearch.org/pt.

Custódio nasceu na freguesia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara e foi batizado na Itabira do Mato Dentro por volta do ano de 1777, o primeiro do reinado de D. Maria I. Muito provavelmente era o caçula de uma sequência de nove irmãos. Na época de seu casamento com Pulcheria, já morava no arraial de Catas Altas onde possuía uma morada de casas na Rua Direita, uma chácara, escravos, animais e suas ferramentas de trabalho, sendo que junto a seu irmão **Domingos Alves da Costa** (1768-1825) tinha alguns serviços de mineração. Em 16 de setembro de 1810, o casal compareceu na igreja matriz de Catas Altas para batizar o filho, o pequeno **Manoel Zeferino**. Acontece que o menino já havia sido batizado pelo avô materno, em casa, por ocasião do seu nascimento devido a algum risco que a criança corria. Na cerimônia oficial, Gabriel figura naquele arranjo como padrinho do próprio neto¹⁴. O assento de casamento e o assento de batismo de Manoel são os dois primeiros documentos conhecidos em que, do ponto de vista cronológico, o casal aparece. Coincidentemente ou não, no AEAM não localizamos seus banhos na série dos processos de habilitação matrimonial, documento indispensável para a celebração do casamento *in face eclesiae* (como vimos no caso de Francisca e Antônio). No entanto, a inexistência do auto de habilitação de Pulcheria e Custódio naquele arquivo pode estar relacionada ao insucesso do matrimônio, como será demonstrado a seguir.

O primeiro ano do casamento de Pulcheria e Custódio foi marcado por algumas turbulências, especialmente por causa do grande desafeto entre o genro e a sogra. Como Pulcheria logo engravidou, precisou de auxílios e buscou socorro da sua mãe e da prima **Maria Vicência de Jesus** (1791-1815). As duas foram morar com Pulcheria sem o consentimento de Custódio. Certo dia, Pulcheria flagrou o marido numa situação de intimidade com Maria Vicência, o que gerou uma grande confusão. No desfecho, prevaleceu a versão de Custódio, segundo a qual a prima da mulher é quem estava se oferecendo para ele, enquanto a versão de Maria Vicência alegava que Custódio era quem tinha tentado forçá-la. Em vão, pois Pulcheria não acreditou na sua palavra e a expulsou de casa, de cujo episódio resultou o desentendimento entre as duas primas até o fim da vida de Maria Vicência¹⁵.

Quando casou, Pulcheria levou como dote cinco escravos dados pelo pai e mais 200\$000 réis oferecidos pelo tio Antônio José Gonçalves Basto (1744-1829). Custódio, por sua vez, com o tempo, se mostrou um mau administrador dos bens do casal. Por exemplo, o dinheiro do dote foi todo empregado na compra de uma carga de toucinho e o investimento não teve o retorno esperado, sendo, pelo contrário, um retumbante fracasso. Vendeu animais por preço inferior ao da real avaliação, além de outras decisões imprudentes que contribuíram para o desgaste do casamento. As coisas entre eles pioraram diante dos adultérios cometidos por Custódio com várias mulheres, enquanto Pulcheria se enamorou por um vizinho. Custódio sustentava suas concubinas com vestidos e até mesmo com peças de carne. Pulcheria mandava de mimo doces jabuticabas para seu enamorado. Os adultérios, o descuido com o patrimônio familiar, tudo ficava ainda mais grave com as violências físicas e verbais do marido contra a esposa e com o quadro de alcoolismo de Custódio que provocava os mais medonhos medos em Pulcheria que chegou a dormir com uma faca embaixo da cama para se proteger quando o marido chegava embriagado da rua. Some-se a isso as intrigas tecidas e os boatos alimentados por terceiros que concorriam para o processo de desagregação do casal.

O peculiar cenário familiar e comunitário que entreteve a atenção das vizinhanças, da arraia miúda aos poderosos da terra, culminou na grande cena do dia 27 de dezembro de 1814, o dia da separação. Custódio pegou a mulher e o filho e os levou de volta para casa dos pais dela, abandonando-os na entrada do arraial do Inficionado. Pulcheria pensou nos riscos que correria no trajeto e procurou socorro em **Francisco de Souza Braga** (1775-1857), seu compadre e grande amigo, homem pardo e conhecido alfaiate em Catas Altas. Pelo que disse Francisco em depoimento, sua comadre tinha razões de sobra para se preocupar, por ela e até

¹⁴ AEAM. Batismos. Catas Altas (1798-1837), fl. 69r. Consultado em familysearch.org/pt.

¹⁵ AN. Casa de Suplicação do Brasil. EJ.0.ACI.1918. Libelo de Apelação Cível de Divórcio [1815-1820], fl. 13r.

pelo menino, porque no auxílio que lhe prestou “seu compadre testemunhou os impropérios e injuriosas palavras” com que Custódio tratou a esposa desde Catas Altas até o Inficionado¹⁶. Evidente que Custódio tinha uma opinião diversa sobre essa personagem, homem com estreita aliança com Pulcheria e sua mãe, por cujo motivo se tornou “inimigo acérrimo” de Custódio “por condescendência com as duas”¹⁷.

O libelo cível de divórcio movido por Pulcheria contra Custódio hoje se encontra sob guarda do Arquivo Nacional e fornece os detalhes do processo de separação, narrado por vinte testemunhas e arguido por quatro advogados, em Mariana e em Salvador. De toda a rica manancial de documentos atinentes à investigação, este auto é o mais robusto: são 175 fólios, em recto e verso, preenchidos por diferentes escrituras, que testemunham o prolongado processo de separação dos corpos, dos bens e abolição perpétua do vínculo espiritual. Aberto em três de julho de 1815, primeira instância em Mariana, fechado em três de outubro de 1820, segunda instância em Salvador, terminou nas gavetas da Casa de Suplicação do Brasil, na Corte do Rio de Janeiro, em função do último recurso ao qual a autora poderia buscar. Mas nessa última instância, a matéria nunca chegou a ser apreciada. Como foi sugerido no início desta seção, as fontes de natureza judicial oferecem grande potencialidade para o estudo da história das famílias - e este estudo de caso demonstra convincentemente o pressuposto inicial.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1984) reservou o último capítulo do seu clássico estudo sobre o sistema de casamento no Brasil colonial para tratar da desagregação do casal. A autora identificou 88 processos de divórcio no Arquivo da Cúria de São Paulo para o período que se estende de 1700 a 1822, constatando um aumento considerável do número desse tipo de litígio no início do século XIX. Silva (1984, p. 210) nos informa que, na época, predominavam três principais explicações para este fenômeno, a saber: uma revolta feminina contra a reclusão e o recato; uma educação recebida que não preparava a mulher para a sujeição e obediência; e o fato de a mulher não aceitar mais ser “corrigida” fisicamente pelo marido. Ao confrontar as normas institucionais com casos concretos experimentados nos tribunais da época, ela analisa as principais causas do divórcio no período considerando o quadro histórico mais geral. O caso do divórcio entre Pulcheria e Custódio coincide com esse período de aumento no número de pedidos protocolados no juízo eclesiástico. Além do mais, as alegações de Pulcheria, a sua “revolta”, giravam em torno dos adultérios, do alcoolismo, das agressões físicas e verbais, da dilapidação dos bens, dos ciúmes – enfim, do combo completo que preencheu inúmeros fólios das petições, libelos e alegações de pretendentes ao divórcio no período colonial.

A pesquisa de Isabela Guimarães Rabelo do Amaral (2012), defendida como dissertação de mestrado em Direito, é o trabalho mais recente e completo em matéria da história do divórcio na região de Minas Gerais. Analisando uma série de processos do juízo eclesiástico do bispado de Mariana no século XVIII e, especialmente, no século XIX, a autora sistematizou e apresentou os dados obtidos e que nos permitem ter uma visão geral da prática do divórcio e da nulidade do casamento naquele período em que as mulheres pareciam estar “revoltadas” contra sua situação jurídica e contra sua condição subalterna. Para o bispado de Mariana, ao longo dos dois séculos, foram localizados 156 libelos de divórcio e nulidade existentes no AEAM, dos quais 79 correspondem ao século XVIII e 74 correspondem ao XIX, sendo os outros três sem data ou após 1900. Amaral (2012, p. 207) defende que nestes processos “as mulheres buscaram defender seus direitos e se rebelaram contra a situação de submissão, usando do direito até mesmo para proteger interesses que não eram abarcados diretamente pela lei”. Nas duas primeiras décadas do Oitocentos, foram julgados 28 libelos de divórcio e de nulidade no juízo eclesiástico de Mariana, sendo um deles aquele que corresponde ao nosso objeto de pesquisa¹⁸.

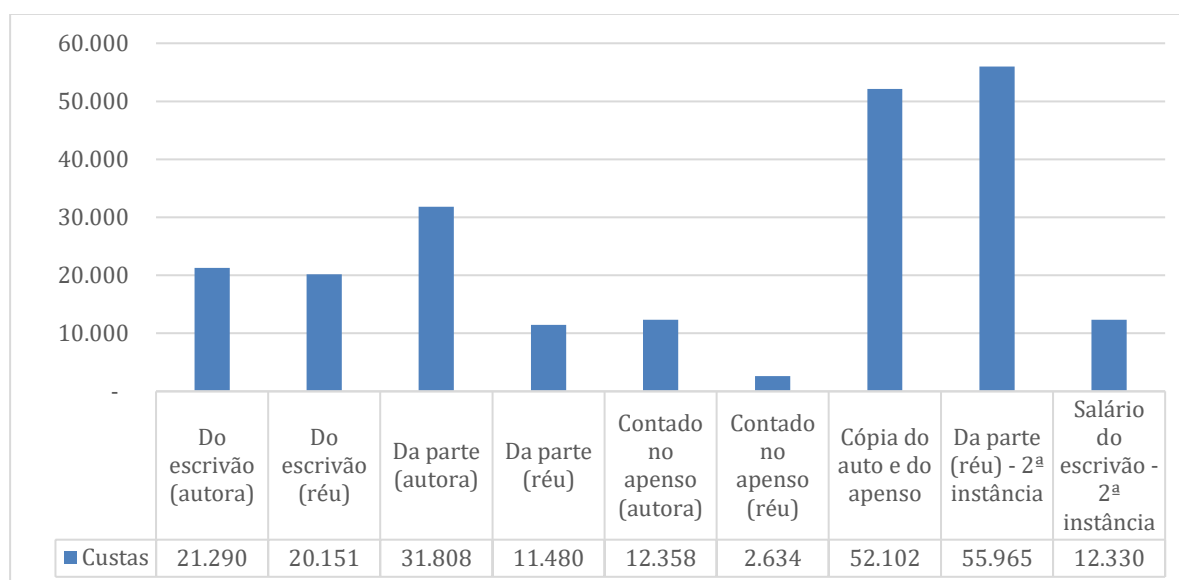
¹⁶ AN. Casa de Suplicação do Brasil. EJ.0.ACI.1918. Libelo de Apelação Cível de Divórcio [1815-1820], fl. 13v.

¹⁷ AN. Casa de Suplicação do Brasil. EJ.0.ACI.1918. Libelo de Apelação Cível de Divórcio [1815-1820], fl. 17v.

¹⁸ O caso de Pulcheria e Custódio não foi analisado pela autora pois escapa ao seu recorte temporal (1822-1900).

Dentre os dados acerca dos processos de divórcio e nulidade, Amaral (2012, p. 209) aponta para a questão das custas processuais que, naqueles casos, variavam de 30\$000 réis até 300\$000 réis a depender dos procedimentos, número de testemunhas ou do apelo a recursos. Ela afirma que, dentre aqueles por ela analisados entre 1822 e 1900, o mais simples teve o custo de 25\$000 réis e o mais complexo chegou ao valor de 771\$680 réis. Silva (1984; 1998), por sua vez, não chega a aventar a questão das custas processuais. Mas esta questão é de extrema importância para compreender o perfil das mulheres que tinham condições econômicas para acessar os tribunais e sustentar suas ações de divórcio ou de nulidade. Majoritariamente, as mulheres foram autoras das ações e quanto à classe social, de acordo com Amaral (2012, p. 278), não é possível traçar um perfil rigoroso, mas que “pode-se dizer que essas mulheres tinham determinadas posses, pertencendo, provavelmente, a classes altas e intermediárias”. A autora ainda lembra que talvez a busca pelo auxílio do juízo eclesiástico não fosse tão plausível para grupos sociais com menos posses, considerando o valor das custas processuais.

Gráfico 03: Custas do processo de divórcio na primeira e na segunda instância para cada uma das partes



O cálculo contábil do processo de divórcio movido por Pulcheria (autora) contra Custódio (réu), na primeira e na segunda instância, chegou ao valor de 220\$118 réis, custas que foram distribuídas às duas partes conforme o **Gráfico 03**. Na primeira instância, as custas por parte da autora foram da ordem de 65\$456 enquanto que as custas por parte do réu ficaram em 34\$265, ou seja, quase duas vezes menor. Quando a autora apelou da sentença proferida pelo vigário geral **Marcos Antônio Monteiro de Barros** para a instância superior, no que foi pelo mesmo vigário geral atendida, determinou-se que, antes de subirem os autos por apelação que fossem copiados – o que obviamente redundaria em novas custas ao casal em litígio: a cópia do auto e seu apenso importou a quantia de 52\$102, valor que correspondia a pouco mais da metade daquilo que somavam as custas individuais de cada uma das partes. Já na segunda instância, vemos apenas indicação de custas da parte do réu, que alcançavam a cifra de 55\$965, além de 12\$330 do salário do escrivão. A soma fora efetivamente paga? Nenhum indício registrado na fonte que confirme a informação. No final das contas, o peso maior das custas do divórcio recaiu sobre o réu, na proporção de 41% do total, além do fato de que coube a Custódio o pagamento da cópia dos autos, conforme o processo de execução de dívida movido pelo

escrivão contra o casal¹⁹, lembrando que a cópia custou a eles 52\$102, isto é, 23,7% das custas totais.

Dado o objetivo do artigo e a restrição do número de páginas, não é possível esmiuçar os detalhes biográficos dos agentes históricos contemplados nesta composição da intriga. O auto de libelo de divórcio não é a única fonte que dispomos para compreender este processo de desagregação familiar que ocorreu concomitante a outro processo, mais geral, a saber o da trama da independência política do Brasil. Paralelo ao divórcio, ocorreram outras contendas judiciais envolvendo as redes de Pulcheria e Custódio, as quais nos permitem ter uma real noção da complexidade daquela separação. No total, são 34 processos judiciais abertos entre 1813 e 1821 que, sequenciados, permitem visualizar a sucessão dos acontecimentos, uns em função dos outros e uns na sequência dos outros, conforme orientação teórica emprestada de Paul Ricoeur (2010). Retomando o ponto central deste artigo, propusemos um recorte específico: quais os custos envolvidos no casamento e no divórcio, segundo as racionalidades sociais e econômicas daquela sociedade entre o fim do século XVIII e o início do XIX.

No intervalo decorrido entre 1821 e 1825, os escrivães do judiciário não registraram nenhum fragmento daquela experiência de desagregação familiar, do divórcio entre Pulcheria e Custódio. Em meados da década de 1820, nos primeiros anos do Estado brasileiro independente, os dois viviam separados, mas em permanente disputa. Enquanto a esposa queria se manter separada pelos justos motivos de não tolerar as violências, da insubmissão e do zelo pelo patrimônio que dispunha, o marido queria, por sua vez, manter o laço conjugal por algum afeto extremado e pelo desespero ante sua ruína material. No fim de sua vida, Custódio declarou em testamento que a escassa herança era resultado do dispêndio dos seus teres com “pleitos de Justiça”. Quando tratou de sua situação conjugal, informou que era casado em face da Igreja conforme Concílio de Trento com Pulcheria, mas “divorciados há anos”. Na sequência, nomeou o herdeiro, os testamenteiros, algumas recomendações para velório e enterro e arrolou uns poucos bens e duas dívidas - enfatizando que fossem pagas. Mas reservou as suas derradeiras palavras para uma declaração que segue transcrita na íntegra: “declaro que disse divorciado com a minha esposa, porém ela nunca teve sentença a seu favor, por isso assim o declaro”²⁰. Dali exatas duas semanas, ele veio a óbito em Catas Altas, na casa da cunhada onde vivia de favor. No Inficionado, Pulcheria se achava formalmente viúva e assim passou a se apresentar publicamente. Livre do marido, mas não do casamento.

2.3. PULCHERIA MARIA, VIÚVA E ÓRFÃ

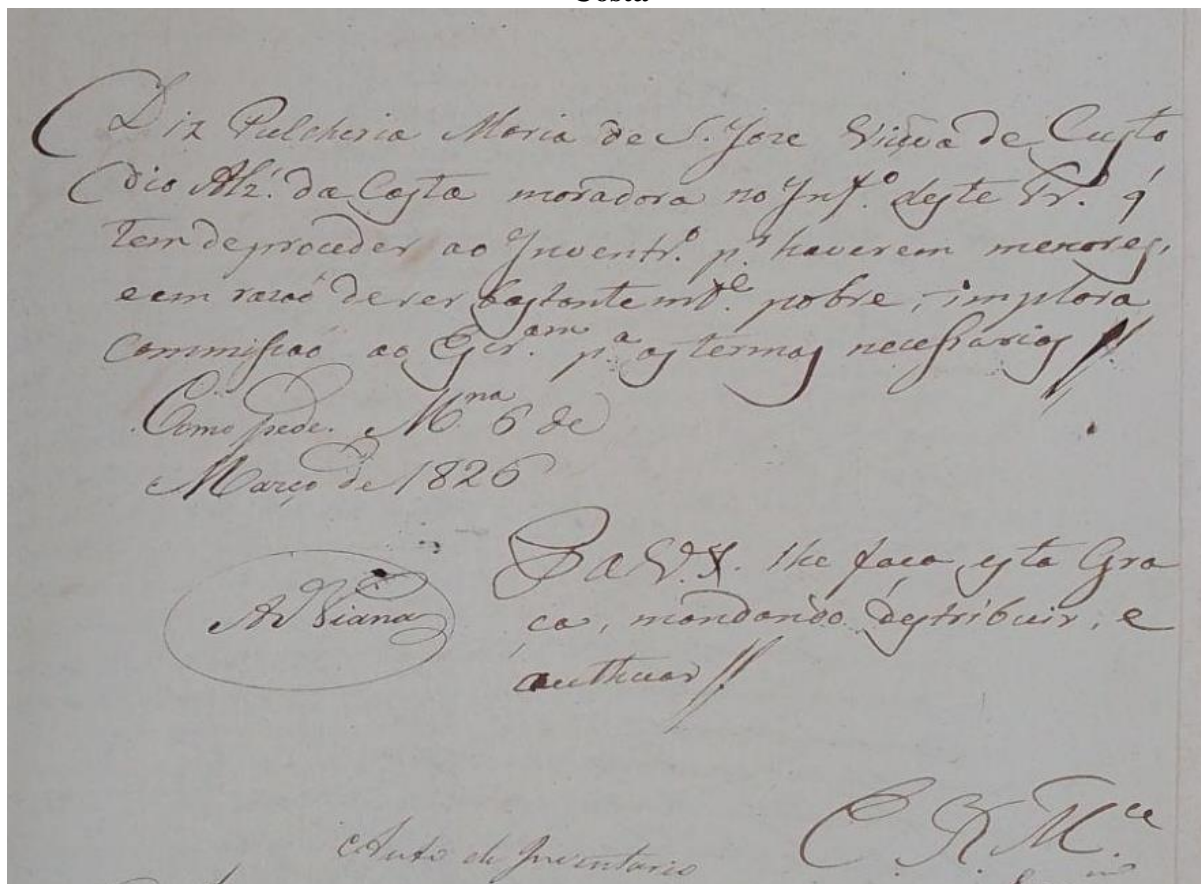
Francisca e Gabriel, os pais de Pulcheria, viviam juntos no Inficionado há cerca de vinte anos quando, em meados da década de 1820, Francisca morreu. Gabriel, mesmo solteiro, ficou viúvo da mulher que tanto amou. Sua filha, sua legítima herdeira, também estava viúva. Foi então que no dia seis de março de 1826 Pulcheria acionou a justiça para se proceder ao inventário dos bens de seu falecido marido. “Em razão de ser bastante pobre”, dizendo ela, implorou ao escrivão que preparasse os termos necessários sem custos, no que foi atendida pelo juiz. Ficou marcado o dia quatro de abril para a avaliação dos bens pelos louvados e, nesse mesmo dia, Gabriel aproveitou a presença do oficial de justiça para fazer a aprovação do seu próprio testamento em favor da filha. Detalhe à parte, no fim da relação dos bens pertencentes ao finado Custódio, uma informação sobre a mãe da viúva: “Declarou ela viúva inventariante que a este inventário pertence parte de uma morada de casas sitas no arraial de Catas Altas que foram da **falecida mãe dela inventariante Francisca Maria das Neves**, que se acha ainda por

¹⁹ AHCSM. Execuções [1817]. 2º ofício, código 721, auto 27694.

²⁰ AHCSM. Inventário de Custódio Alves da Costa [1826]. 1º ofício, código 76, auto 1621, fl. 7r. Disponível em: <https://casasetecentista.lampeh.ufv.br/visualizador?id=1346>.

partilhar”²¹. Temos então a notícia da morte de Francisca, sem saber exatamente quando isso se deu.

Imagem 03: Petição da abertura do inventário dos bens do falecido Custódio Alves da Costa



[**Petição**] Diz Pulcheria Maria de São José viúva de Custódio Alves da Costa moradora no Inficcionado deste Termo que | tem de proceder ao Inventário por haverem menores, | e em razão de **bastantemente pobre**, implora | comissão ao Escrivão para os termos necessários. || Pede a Vossa Senhoria lhe faça esta Gra | ça, mandando distribuir, e | autuar. || E Receberá Mercê. [**Despacho**]: Como pede. Mariana 6 de | Março de 1826. || Araújo Viana. Imagem disponível em: <https://casasetecentista.lampeh.ufv.br/visualizador?id=1346>.

O famigerado inventário dos bens que ficaram por falecimento de Custódio feito a requerimento da viúva inventariante Pulcheria é composto de 19 folhas, em recto e verso, e tramitou de 1826 a 1828. Quando comparado com o processo de inventário do falecido marido de Francisca Maria das Neves, esse foi mais célere. No entanto, muitas reviravoltas na vida de Pulcheria redefiniram os rumos deste processo, como veremos ao fim da seção. O fato em si é que ela tinha um filho, herdeiro do falecido Custódio, e que um dia também seria seu herdeiro. Desde cedo, Gabriel preparou a filha para com responsabilidade administrar seu patrimônio e a experiência de Pulcheria com os trâmites judiciais e com as tramas do poder local lhe fora muito útil nos anos que se seguiram à sua viuvez. A **Tabela 02** mostra, em ordem decrescente de valores, os bens arrolados no inventário do falecido Custódio, declarados pela viúva, que foram avaliados por **Jerônimo José da Silva** e **Manoel da Cunha Dias**, notórios moradores do arraial do Inficcionado.

²¹ AHCSM. Inventário de Custódio Alves da Costa [1826]. 1º ofício, código 76, auto 1621, fl. 5r.

Tabela 02: Bens arrolados no inventário de Custódio Alves da Costa

Descrição do Item	Valor
João Angola de doze anos	200.000,00
Antônio Cabinda de doze anos	200.000,00
Joaquim Cabinda doente de idade de treze anos	80.000,00
Duas éguas castanhas	18.000,00
Um cavalo russo igualmente pequeno	14.400,00
Um cordão de ouro que pesa nove oitavas	12.600,00
Um capote de casimira com bandas de veludo	8.000,00
Um potro pequeno ruço	8.000,00
Um par de brincos de águas marinhas em ouro	6.000,00
Um par de canastras cobertas de couro	6.000,00
Uma vaca pequena com sua cria	6.000,00
Um vestido de sedinha cor-de-rosa	4.800,00
Uma vaca sem cria	4.800,00
Um tear pronto de tecer pano	4.200,00
Um rosário com trinta e três contas e um crucifixo de ouro	4.000,00
Um par de argolas de orelha de grisolita e pedras roxas	4.000,00
Dois anéis de pedra vermelha em ouro pequenos	3.600,00
Um relógio de algibeira inferior	3.600,00
Uma caixa grande com guarnição	3.600,00
Um anel de topázio amarelo	3.000,00
Um selim sem arreios	3.000,00
Um capote de baeta verde	3.000,00
Um par de botões de ouro com pedra roxa	2.400,00
Um caldeirão de ferro	2.400,00
Uma mesa lisa pequena	1.800,00
Um anel pequeno de pedra roxa em ouro	1.400,00
Um ferro de engomar	900,00
Uma caixa frasqueira	900,00
Um par de lençóis de algodão	900,00
Uma chocolateira pequena usada	600,00
Uma colcha de algodão usada	600,00
Um enxergão de algodão	600,00
Uma colher de ferro pequena	300,00
Um espelho	300,00
Francisco Angola de idade de quarenta anos	-

Os itens arrolados na **Tabela 02** podem ser agrupados em três categorias: escravos, animais e bens móveis. O primeiro grupo representa aquele dos bens com maiores preços, sendo o escravizado **Francisco Angola** uma exceção, uma vez que não lhe foi dado nenhum valor por se achar gravemente enfermo, “cheio de fistulas”, o qual logo faleceu. Na sequência, aparecem os animais *vacum* e cavalar. Por fim, os bens móveis que, por sua vez, foram reagrupados em cinco categorias: roupas, joias, ferramentas, utensílios e móveis. O **Gráfico 04** mostra a

participação relativa das três categorias mais amplas, ao passo que o **Gráfico 05** mostra a participação relativa das subcategorias no grupo dos bens móveis.

Gráfico 04: Herança de Custódio Alves da Costa

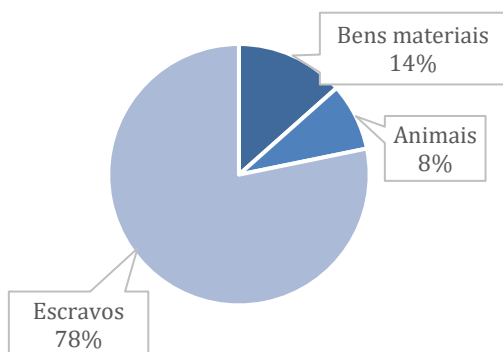
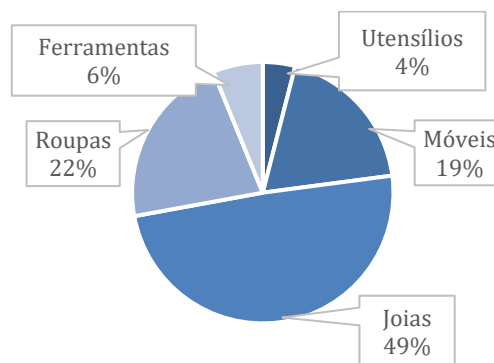


Gráfico 05: Composição do grupo dos bens materiais



Como dito anteriormente, os bens com maior valor nominal eram os escravos, cuja participação relativa no monte-mor do inventariado foi da ordem de 78%. Nesta contagem foi incluído o preço da avaliação do escravizado **João Angola** (200\$000 réis), o qual algum tempo depois veio a falecer e, portanto, seu valor foi excluído da partilha dos bens. Restaram os outros dois, ficando **Antônio Cabinda** à viúva e **Joaquim Cabinda** ao herdeiro Manoel Zeferino. Quanto aos animais, eles correspondiam a 8% do valor total. Interessa particularmente, agora, analisar a categoria dos bens móveis, que responde por 13% do monte-mor daquele inventário e, como também já dito, se subdivide em cinco grupos menores. O destaque vai para o conjunto das joias, representando praticamente metade do valor total dos bens móveis, seguido pelo das roupas. O vestido de sedinha cor-de-rosa, o capote de casimira com bandas de veludo e o capote de baeta verde, os anéis, brincos, argolas e botões, majoritariamente com pedras roxas, o rosário e o relógio de algibeira, tudo dava conta de vestir o corpo de Pulcheria e ornar sua imagem que via refletida no pequeno espelho. A escassez do mobiliário demonstra a precariedade com que viveu Custódio no final de sua vida. O tear, o ferro de engomar, a chocolateira e a colher, os derradeiros instrumentos do trabalho da casa.

Antes de encerrar a seção, retomemos um ponto introduzido no início do artigo. Em Minas Gerais, era comum o recurso ao ouro em pó como meio de pagamento em detrimento do uso de moedas dada a sua escassez (CARRARA, 2020). Também é comum identificar nos inventários peças em ouro e sua precificação estava condicionada ao preço da oitava de ouro. O primeiro item que Pulcheria declarou no inventário *post mortem* de seu marido foi um cordão de ouro que pesava nove oitavas. Os avaliadores trataram logo de indicar que cada oitava valia 1\$400 réis e, portanto, aquele cordão estava avaliado em 12\$600 réis. Três décadas antes, em 1796, os bens em ouro avaliados no inventário do falecido Guimarães foram calculados com base em 1\$200 réis a oitava. De acordo com o historiador Ronaldo Ferreira Vaz (2021), a oitava do ouro em pó valeu 1\$200 réis entre 1752 e 1823, período em que o Estado dominara absolutamente o amedramento, embora essa capacidade tenha declinado a partir de 1797. Essa variação positiva de \$200 réis no valor da oitava ocorrida no pós-independência pode ser interpretada como uma espécie de compensação ante a retração da base monetária e pela própria crise econômica, especialmente fiscal, que marcou a década de 1820, ou mesmo um sintoma

do processo inflacionário que caracterizou a economia brasileira naquele momento histórico (CARIELLO & PEREIRA, 2022).

Duas semanas antes de morrer, quando mandara escrever seu testamento, Custódio nomeou três testamenteiros e concedeu o prazo de dez anos para cumprimento de suas últimas vontades. Pelo curso dos acontecimentos, evidentemente que Pulcheria não foi nomeada como testamenteira. Aliás, o testador tinha opiniões muito fortes sobre sua esposa. Acontece, porém, que nenhum dos testamenteiros aceitou aquela incumbência e todos declinaram. Eis então que Gabriel Antonio, às vésperas de completar oitenta anos de idade, dirigiu uma petição ao juiz dos órfãos e ausentes de Mariana na condição de sogro do testador, alegando estar habilitado para assumir aquela testamentaria, no que foi prontamente atendido sem maiores empecilhos. Ninguém parecia disposto a comprar briga com aquele grupo familiar. Mas a roda da vida girou e levou para o além a alma do octogenário. Em agosto de 1827, Pulcheria vestiu o luto e subiu as escadarias da igreja matriz do Inficionado para sepultar seu amado pai. Estava assim, órfã de mãe e pai e viúva. Buscando defender seus interesses, e do filho, foi ela própria entregar uma petição ao juiz requerendo se tornar a legítima testamenteira de seu finado marido, no que também foi prontamente atendida. Em 1828 chegava ao fim aquele processo com a partilha dos bens e a sentença final. E as custas processuais que todas somaram 22\$312 réis. Dentro de quatro anos Pulcheria voltaria aos tribunais, provocada pelo promotor do juízo, desta vez para prestar contas do testamento de seu finado pai, mas esta é uma outra história.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho acompanhou fragmentos da trajetória de duas mulheres que viveram em Minas Gerais entre os períodos colonial e imperial brasileiro, fragmentos obtidos a partir de farta documentação judiciária e administrativa. Por maiores e mais significativos que sejam os dados recolhidos nas fontes, elas revelam muito mais sobre aquilo que calam do que sobre aquilo que enunciam. O mundo da administração e da justiça era dominado pelos homens e, portanto, a captura da fala e a própria representação da mulher eram feitas pelo filtro masculino. Esforços como o da presente pesquisa são tentativas de recuperar essas trajetórias de mulheres e revelar a complexidade do universo feminino no passado colonial. Valendo-se da abordagem metodológica micro-histórica, e da teoria narrativa do filósofo Paul Ricoeur, um indivíduo pode funcionar como porta-voz de sociedade e da época em que viveu. Foi com esse intuito que mergulhamos na história de Francisca Maria das Neves e de Pulcheria Maria de São José. Apesar das dificuldades impostas, elas demonstraram grande determinação na defesa de seus interesses e firmeza nos seus processos de tomada de decisão, em especial no âmbito do casamento. A propósito do tema, procuramos analisar os custos sociais e econômicos implicados na realização do matrimônio e no recurso ao divórcio: o que vimos foi um custo muito elevado para sustentar uma contenda judicial de divórcio, o que sugere que mulheres com certas posses ou com uma rede de apoio abastada poderiam enfrentar os tribunais com a finalidade de se separarem. Em suma, variadas são as fontes que podem ser utilizadas para estudar a história da constituição e da desagregação das famílias no período colonial, para além do tradicional uso dos processos de habilitação matrimonial e inventários. É preciso ampliar o olhar sobre as fontes, recuperar trajetórias individuais a partir de documentos que revelem as lutas e as negociações das mulheres por maior autonomia e reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. **Resistência feminina no Brasil oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no Bispado de Mariana**. 2012. Dissertação de Mestrado em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.
- BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 2 vols. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CARIELLO, Rafael; PEREIRA, Thales Zamberlan. **Adeus, senhor Portugal: crise do absolutismo e a independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARRARA, Angelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial. Uma revisão historiográfica. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 15-51, jan./abr. 2020.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martins Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2015.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HESPANHA, António Manuel. As fronteiras do poder. O mundo dos rústicos. **Revista Sequência**, n. 51, p. 47-105, dez. 2005.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 133-161.
- MIRANDA, Ana Caroline Carvalho. **Escravidão e direito cível em Pitangui colonial (1740-1799): um estudo à luz da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Curitiba: Appris, 2024.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 45, n. 3, pp. 527-565, jul./set. 2015.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vols. 1, 2 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Globo, 2010.
- ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SANTOS, Diana Fernanda Vaz de Melo dos. **Relações de parentesco, vizinhança e compadrio na freguesia agro-mineradora de Catas Altas (1712-1742)**. 2018. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EdUSP, 1984.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociol. Polit.** Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro; IEPHA de Minas Gerais, 1998.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **O sistema monetário português e seu sistema monetário-cambial no Brasil colonial**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, 2021.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)**. Fac-símile da edição de 1853. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.